

Processo Licitatório nº 24/2026

Modalidade:

Pregão Eletrônico nº 15/2026

Objeto: Contratação de empresa para a prestação serviços continuados de outsourcing de impressão, com fornecimento em regime de comodato de máquina copiadora/digitalizadora/impresora (multifuncional e a laser), incluindo a prestação de serviços de assistência técnica/manutenção.



Consórcio Intermunicipal de Saúde
da Microrregião do Vale do Piranga

LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 24/2026

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 15/2026

Objeto: Contratação de empresa para a prestação serviços continuados de outsourcing de impressão, com fornecimento em regime de comodato de máquina copiadora/digitalizadora/impresora (multifuncional e a laser), incluindo a prestação de serviços de assistência técnica/manutenção.

Autuação

Em 03 de junho de 2026, autuei o presente procedimento com a numeração, modalidade e objeto acima indicados. E, para constar, lavrei o presente termo que subscrevo.

Gabriel Gustavo Ferraz
Agente de Contratação





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 396C-A22A-E7CB-14EA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ GABRIEL GUSTAVO FERRAZ (CPF 068.XXX.XXX-92) em 03/06/2026 15:53:27 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/396C-A22A-E7CB-14EA>

PORTARIA Nº 079/2026

Designa empregado público para atuar como Agente de Contratação nos procedimentos regidos pela Lei nº 14.133/2021 e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga - CISAMAPI, no uso das atribuições legais e regimentais.

CONSIDERANDO o disposto nos incisos L e LX do art. 6º, bem como no artigo 8º, da Lei 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o agente de contratação é a pessoa designada por ato específico da autoridade competente, entre servidores efetivos do quadro permanente da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação;

CONSIDERANDO que a comissão de contratação é o conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o empregado público abaixo para, sem prejuízo das atribuições laborais em suas respectivas unidades de lotação, atuar como Agente de Contratação nos procedimentos regidos pela Lei nº 14.133/2021:

I. Gabriel Gustavo Ferraz;

Parágrafo único. O agente de contratação designado será responsável, entre outras atribuições, pela operacionalização, condução e julgamento das dispensas eletrônicas no Portal eletrônico que o CISAMAPI utiliza.

Art. 2º Designar o Agente de Contratação acima nominado para atuar como Pregoeiro, conforme o disposto no art. 8º, §5º da Lei 14.133/21.

Art. 3º Designar os empregados públicos abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Permanente de Contratação deste Consórcio, na qualidade de membros titulares:

- I. Bruno Gomides Crivelaro – Membro**
- II. Anderson Luiz Gonzaga– Membro**
- III. Israel Marinho Aparecido - Membro**

Art. 4º Designar a empregada pública **Cristiane Aparecida Corídola de Souza**, para membro suplente da Comissão Permanente de Contratação.

Art. 5º Designar como membros da equipe de apoio ao Agente de Contratação:

- I. Bruno Gomides Crivelaro – Membro**
- II. Anderson Luiz Gonzaga– Membro**
- III. Israel Marinho Aparecido - Membro**

Art. 6º Designar a empregada pública **Cristiane Aparecida Corídola de Souza**, para membro suplente da Equipe de Apoio dos Agentes de Contratação.

Art. 7º As designações em epígrafe terão caráter permanente, até que outro ato as modifique ou as revogue.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogada a Portaria nº 012/2026.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.
Ponte Nova, 23 de abril de 2026.

Eder Elói Alves Pena
Prefeito Municipal de Sem Peixe
Presidente do CISAMAPI



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3964-DB68-CE22-0F1D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ EDER ELOI ALVES PENA (CPF 105.XXX.XXX-24) em 23/04/2026 15:28:48 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/3964-DB68-CE22-0F1D>

PORTARIA Nº87/2026

*Nomeia Milena dos Santos como membro
da Comissão Permanente de Contratação
em caráter temporário*

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga – CISAMAPI, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto nos incisos L e LX do art. 6º, bem como no art. 8º da Lei nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos trabalhos da Comissão Permanente de Contratação;

CONSIDERANDO as férias do membro titular Israel Marinho Aparecido e da membro suplente Cristiane Aparecida Corídola de Souza;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. **Milena dos Santos** para atuar, em caráter temporário, como membro da Comissão Permanente de Contratação do CISAMAPI, em substituição ao membro titular e à suplente durante o período de férias dos mesmos.

Art. 2º A designação de que trata esta Portaria vigorará exclusivamente durante o período de afastamento dos substituídos, cessando automaticamente com o retorno de qualquer deles às suas funções.

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições constantes na Portaria nº 079/2026.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Ponte Nova, 29 de abril de 2026.

Éder Elói Alves Pena
Prefeito Municipal de Sem Peixe
Presidente do CISAMAPI



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C89E-F0AB-13D7-501A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ EDER ELOI ALVES PENA (CPF 105.XXX.XXX-24) em 29/04/2026 16:18:05 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/C89E-F0AB-13D7-501A>

Proc. Administrativo 1- 1.436/2026

De: Viviane O. - SE-DAA

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 12/05/2026 às 09:34:42

Setores envolvidos:

SE-DAA, DLCCP-COMP, DLCCP-ALM, SE-ENF

Contratação de empresa para a prestação serviços continuados de outsourcing de impressão, com o fornecimento em regime de comodato de máquina copiadora/digitalizadora/imprensa (multifuncional/laser I), incluindo a prestação de serviços de assistência té

Bom dia !

Davor considera este DFD retificado.

—

Viviane Cordeiro de Oliveira
Diretoria Administrativa e Assistencial

Anexos:

DFD_Locacao_de_impessoras_retificado.pdf

OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA RETIFICADO

DADOS DA ÁREA REQUISITANTE

Setor Requirante: Administrativo	
Responsável pela Demanda: Viviane Cordeiro de Oliveira	Cargo: Diretora Administrativa e Assistencial
E-mail institucional: gerencia.adm@cisamapi.mg.gov.br	Telefone institucional: (31) 3819-8810

1. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA/OBJETO:

Contratação de empresa para a prestação serviços continuados de outsourcing de impressão, com o fornecimento em regime de comodato de máquina copiadora/digitalizadora/impressora (multifuncional/laser l), incluindo a prestação de serviços de assistência técnica/manutenção na unidade assistencial do CISAMAPI em Ponte Nova e no polo na cidade de Rio Casca

- () Serviço não continuado
- (x) Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra
- () Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra
- () Material de consumo
- () Material permanente / equipamentos

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO DO(S) BEM(NS) OU CONTRATAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S):

Considerando a constante evolução tecnológica, e o curto período de vida útil de equipamentos de impressão que são designados as demandas existentes no CISAMAPI; considerando o alto custo para aquisição e manutenção dos equipamentos, tendo em vista a aquisição de impressoras com capacidade adequada para grandes volumes, onde, juntamente com a defasagem tecnológica, o equipamento logo se torna obsoleto. Somente a este fato, devemos salientar que os reparos preventivos e corretivos necessários para tal equipamento, além de suprimentos e peças utilizadas no reparo, gerariam altos custos administrativos com abertura de processos licitatórios; considerando a experiência do CISAMAPI com o uso de serviço de locação de impressoras, com o custo benefício, além da redução do período de indisponibilidade de equipamentos para manutenção, tendo em vista que a manutenção dos mesmos fica a cargo da locatária dos equipamentos.

A quantidade de documentos que são gerados na prestação dos serviços públicos e que necessitam ser reproduzidos para atender a demanda dos serviços do CISAMAPI, no desempenho de suas atividades finalísticas, impõe a necessidade de se disponibilizar equipamentos fotocopiadores multifuncionais com capacidade técnica e recursos reprográficos que propiciem maior flexibilidade e recursos operacionais e agilidade nas rotinas diárias dos trabalhos, a fim de gerar um aumento na produtividade, na qualidade e eficácia, visando proporcionar aos usuários maior rapidez de resposta da atividade administrativa e no atendimento de sua clientela alvo. Enfim, garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas de forma contínua, eficiente, segura e confiável.

TEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO/CATMAT	QUANT. DE EQUIPAMENTOS	QUANT. PÁGINAS MENSAL	VALOR UNIT. PAGINA	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL PARA 12 MESES
1	Outsourcing de impressão - sem franquia - faturamento por páginas impressas, impressão policromática, sem papel, impressora indicada para impressão de exames médicos CATMAT 26930	03	4.200	R\$ 1,00	R\$ 4.200	R\$ 50.400,00
2	Outsourcing de impressão - sem franquia - faturamento por páginas impressas - impressão monocromática sem papel, para impressão em geral dos setores administrativos e teste ergométrico e raio x.	07	18.000	R\$ 0,0940	R\$ 1.692,00	R\$ 20.304,00

	CATMAT 26891					
3	Outsourcing de impressão - sem franquia-faturamento por paginas impressas, - impressão monocromática em geral para os consultórios médicos	04	42.240	R\$ 0,0940	R\$ 3.970,56	R\$ 47.646,72
Total geral para 12 meses						R\$ 118.350,72

O projeto de contratação de serviço de impressão visa prover ao CISAMAPI de um modelo eficiente e eficaz, capaz de atender a todas as demandas de impressão, cópia, digitalização de documentos, através da instalação de equipamentos e do fornecimento de suprimentos, atendendo de forma continuada e controlada, evitando desperdícios e descontinuidade causada pela falta de insumos e de manutenção dos equipamentos.

Foi necessária a realização de um novo processo licitatório para locação de impressoras, considerando que não foi formalizado instrumento contratual à época da contratação, permanecendo a execução vinculada exclusivamente à Ata de Registro de Preços, sem a celebração do respectivo contrato administrativo ou instrumento equivalente. Ressalta-se que os valores unitários das locações foram obtidos com base no processo vigente. Segue em anexo o relatório da Diretora de Licitação, sobre a execução do processo anterior.

4. INDICAÇÃO DO(S) INTEGRANTE(S) DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO/FISCALIZAÇÃO PARA ESCLARECIMENTOS:

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Membro/ Cargo:

- Setor requisitante Diretora Administrativa e Assistencial - Viviane Cordeiro de Oliveira
- Gestor de Contrato - Aline Gomes Santana
- Fiscal de contrato Gabriel dos Santos da Cruz e Michele de Oliveira Damasio.

Assumo que os colaboradores designados como membros da equipe de planejamento e responsável pela fiscalização ficarão à disposição para dirimir eventuais dúvidas sobre esta requisição, bem como para acompanhar todo o procedimento de contratação, fornecendo todas as informações técnicas necessárias junto ao agente de contratação, pregoeiro e sua equipe de apoio. Certifico que a formalização da demanda acima identificada se faz necessária pelos motivos expostos na justificativa da contratação do presente documento.

Submeto Documento de Formalização da Demanda para avaliação.

Viviane Cordeiro de Oliveira
Diretora Administrativa e Assistencial

Autorizo a abertura deste processo.

MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS
Secretária Executiva



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D99A-B013-361D-2242

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ VIVIANE CORDEIRO DE OLIVEIRA (CPF 016.XXX.XXX-83) em 12/05/2026 09:35:13 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ GABRIEL DOS SANTOS DA CRUZ (CPF 164.XXX.XXX-06) em 12/05/2026 11:40:25 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ MICHELLE DE OLIVEIRA DAMÁSIO (CPF 126.XXX.XXX-10) em 12/05/2026 13:26:22 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D99A-B013-361D-2242>

RELATÓRIO

Em análise à execução da despesa referente à empresa M S Comércio e Locação de Equipamentos Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 11.922.202/0001-07, referente ao Processo Licitatório nº 043/2024 – Pregão Eletrônico nº 022/2024 – Ata de Registro de Preços nº 090/2024, esta Diretoria de Licitação constatou que em fatura enviada 03 de março de 2026, não há saldo contratual suficiente para a liquidação da despesa decorrente da execução do objeto.

Durante a análise documental, verificou-se que não foi formalizado instrumento contratual à época da contratação, permanecendo a execução vinculada exclusivamente à Ata de Registro de Preços, sem a celebração do respectivo contrato administrativo ou instrumento equivalente.

Ressalta-se que o objeto refere-se à prestação de serviços de natureza continuada, essenciais ao regular funcionamento das atividades administrativas, circunstância que demanda a formalização de instrumento contratual específico, no qual sejam estabelecidas as condições de execução, fiscalização e gestão da contratação.

Nessa hipótese, a formalização do termo de contrato mostra-se necessária, inclusive para possibilitar a prorrogação da vigência contratual, quando demonstrada a vantajosidade para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

Assim, a ausência de formalização do instrumento contratual compromete a adequada gestão da contratação e a regularidade administrativa da execução da despesa.

Tal situação ocasionou o esgotamento do saldo disponível na Ata de Registro de Preços, impossibilitando a continuidade da execução dos serviços por meio do processo mencionado, bem como a regular liquidação da fatura apurada.

Diante do exposto, esta Diretoria sugere a adoção das seguintes providências administrativas:

1. Abertura de procedimento para reconhecimento de dívida, com a devida instrução processual e justificativas pertinentes, visando possibilitar a regularização e posterior pagamento da despesa já executada;
2. Abertura de processo de contratação emergencial por dispensa de licitação, considerando tratar-se de serviço essencial para o funcionamento do CISAMAPI, de modo a evitar a descontinuidade da prestação dos serviços;
3. Instaurar Processo Licitatório na modalidade Pregão, visando a realização de contratação regular e definitiva para atendimento da demanda, observando os princípios da legalidade, economicidade e eficiência.

Encaminha-se o presente relatório para conhecimento e adoção das providências administrativas cabíveis.

Ponte Nova (MG), 13 de março de 2026.

Fernanda Rodrigues Hermenegildo
Diretora de Licitação e Planejamento



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: FCD4-2EAA-06FC-0DAE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ VIVIANE CORDEIRO DE OLIVEIRA (CPF 016.XXX.XXX-83) em 08/05/2026 09:43:36 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ MICHELLE DE OLIVEIRA DAMÁSIO (CPF 126.XXX.XXX-10) em 08/05/2026 10:42:37 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ GABRIEL DOS SANTOS DA CRUZ (CPF 164.XXX.XXX-06) em 12/05/2026 11:40:47 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/FCD4-2EAA-06FC-0DAE>

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ETP:

Autoridade responsável pela demanda: **VIVIANE CORDEIRO DE OLIVEIRA**

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa para a prestação serviços continuados de outsourcing de impressão, com fornecimento em regime de comodato de máquina copiadora/digitalizadora/impressora (multifuncional e a laser), incluindo a prestação de serviços de assistência técnica/manutenção na Unidade Assistencial do CISAMAPI em Ponte Nova- MG e no polo na cidade de Rio Casca- MG .

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da IN 40/2020) A presente contratação tem como objetivo suprir as necessidades de impressão, digitalização e reprografia de documentos e laudos de exames, espera-se com a solução a ser adquirida, a disponibilização ininterrupta do serviço de impressão, bem como qualidade dos materiais a serem utilizados e melhoria das rotinas administrativas e assistencial de todos os usuários nos setores visando manter o atendimento nas ações e serviços setoriais atendendo de forma mais ampla, ágil e distribuída as suas demandas organizacionais, com o menor risco possível de descontinuidade dos serviços.

Atualmente, o CISAMAPI possui o Processo Licitatório nº 043-2024 vigente, cuja execução permanece vinculada exclusivamente à Ata de Registro de Preços, sem a formalização do respectivo contrato administrativo ou instrumento equivalente. Dessa forma, o saldo disponível na Ata mostrou-se insuficiente para atender à demanda mensal do CISAMAPI..

Considerando essa situação o CISAMAPI tem a necessidade de realiza-se um novo processo licitatório.

4. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO A INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

O CISAMAPI, no presente momento, não possui plano de contratação anual vigente para o exercício de 2026.

O planejamento para a pretensão contratual se dará conforme as necessidades do CISAMAPI, conforme o histórico dos atuais contratos firmados com este objeto.

5. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO O ETP

Lei Federal Nº 14.133/2021.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A pretensão contratual se pauta na necessidade efetiva contratação de empresa para a prestação serviços continuados de outsourcing de impressão, com fornecimento em regime de comodato de máquina copiadora/digitalizadora/impressora (multifuncional e laser), incluindo a prestação de serviços de assistência técnica/manutenção na unidade assistencial do CISAMAPI em Ponte Nova- MG e no polo na cidade de Rio Casca-MG:



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga

A empresa deverá prestar os serviços de assistência técnica e manutenção (preventiva e corretiva), incluindo peças, instalações de softwares, manutenção de suprimentos originais (toner, revelador, cilindro, etc);

Deverá ser disponibilizado ao menos um (01) toner para cada impressoras monocromáticas e 1 kit completo para cada impressoras policromáticas reserva por máquina, para troca imediata em caso de esgotado o toner ou em caso de defeito no mesmo;

Todo custo relativo as manutenções, incluindo peças e partes é de responsabilidade da contratada

A empresa proponente deverá incluir obrigatoriamente na sua proposta comercial, a (s) marca (s) e o (s) modelo (s) dos equipamentos instalados, com intuito de conferir se o equipamento ofertado atende as especificações exigidas.

As impressoras interligadas diretamente nos equipamentos médicos tem que ser compatível com o sistema operacional de cada equipamento.

Na hipótese em que o equipamento não atender as especificações, ou as especificações forem inferiores as solicitadas e ou o equipamento médico não reconhece a impressora, a proposta será desclassificada;

As especificações dos produtos ofertados poderão ser superiores às especificações exigidas deste que atendem a necessidade do CISAMAPI , como por exemplo seja compatível com o sistema operacional dos equipamentos médicos.

Os preços estimados da contratação foi retirado da ATA DE REGISTRO vigente do processo licitatório nº 043-2024 com este mesmo objeto.

Os quantitativos de cada item foram estimados levando em consideração a estimativa de impressão para 12 meses, sendo considerado apenas para elaboração da proposta e não deve ser confundido com impressão mínima mensal .

O Contrato terá validade de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura

A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário

O critério de julgamento adotado deverá ser o menor preço por item.

Locais de instalações dos equipamentos de impressora serão na Unidade Assistencial de Ponte Nova localizado na Avenida Ernesto Trivelato,120 Bairro Triângulo em Ponte Nova e no Polo do CISAMAPI em Rio Casca localizado na Rua Raimundo Correa,115 Bairro das Graças em Rio Casca-MG.

À contratada caberá o planejamento e execução do processo de implantação da solução proposta, devendo o planejamento ser apresentado para aprovação e liberação de execução.

A implementação da solução constará de:

- Instalação dos equipamentos e customização das configurações;
- Identificação dos equipamentos;
- Implantação dos *softwares* de gerenciamento e contabilização dos equipamentos;
- Instalação do software Daiko para o equipamento colorido.A3
- Customização de relatórios;



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga

Treinamento de equipe de funcionários do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA-CISAMAPI.

Característica técnicas dos equipamentos (mínimo):

Equipamento tipo 01 – Item 01 – Considerando que serão três impressoras policromáticas. As impressoras para impressão de exames médicos, policromáticas deverão possuir as seguintes especificações mínimas :

Equipamento novo:

Impressora deverá ser indicada para impressão de exames médicos de alta resolução .

Tecnologia de impressão laser ou digital led de 04 cores (CMYK);

Resolução de Impressão: 600 X 600 dpi / 1200 X 600 dpi

Velocidade de impressão mínima: 30 ppm modo colorido e 35ppm mono ou velocidade superior

Conectividade mínima: USB 2.0 (High Speed), Paralela, 100BASE-TX/10BASE-T ou similar

Protocolos mínimos suportados: TCP/IP, NetBEUI, NetWare, EtherTalk

Ciclo de trabalho mínimo: Recomendado: Até 10.000 páginas/mês - Máximo: 100.000 páginas/mês

Memória de 256 MB – mínimo

Processador 500 MHZ – mínimo

Linguagem de impressão: PCL® 6, PCL 5c; PostScript® 3™; Windows Vista XPS; PDF Direct

Print vl.7ou compatível

Voltagem: 115/127 volts ou bivolt

Sistema operacional compatível com os equipamentos médicos do CISAMAPI .

Quantidade de equipamentos que serão instalados/utilizadas: 02 unidades

Quantidades de equipamentos backup: 01 unidade

E uma das impressoras policromáticas deverá ter as seguintes especificações mínimas , considerando a necessidade específica do equipamento de raio x (DRX- Compass) do CISAMAPI

Equipamento tipo 02 – Item 01 Equipamento novo, de primeiro uso

- Impressora, copiadora e scanner colorida.
- Hi-Speed USB 2.0, Ethernet 10/100/1000 Base TX.
- 42 páginas por minuto.
- Linguagens de impressão: PDF, PCL 6 e Post Script nível 3
- Processador 1,5 ghz.
- Memória padrão de 4 gb.
- Resolução de impressão 1200 x 1200.
- 02 gavetas de 500 folhas.
- Tamanho de papel até A3
- O equipamento deve ser compatível e vir acompanhado de driver de instalação para ambiente operacional Windows, Mac e Linux;
 - Equipamento devera ser instado com software **Daiko** para impressão de serviços de diagnostico de imagem

Quantidade de equipamento que será instalado/utilizado: 01 unidade

Equipamento tipo 03 – Item 02 - As impressoras multifuncionais monocromáticas deverão possuir as seguintes especificações mínimas:

Equipamento novo, de primeiro uso

Equipamento do tipo multifuncional: impressão, cópia e digitalização

Capacidade de impressão mensal suportado (págs. /mês): 40.000 (igual ou superior)

Alimentador automático de originais

Tamanho de papel suportado para impressão: A4, Carta, Ofício, Executivo, Envelope



Tamanho do vidro do scanner: mínimo escritório
Sistemas Operacionais compatíveis: Linux, Windows
Função cópia: Sim
Função Scanner de Rede Colorido: Sim
Formato de arquivo scanner colorido: PDF, BMP, JPEG (no mínimo)
Alimentador automático de original do scanner, com sistema de digitalização frente e verso
Impressão Frente e Verso (duplex) Automático: Sim
Velocidade de Impressão: 40 ppm (igual ou superior)
Resolução de Impressão: 600x 600 dpi (igual ou superior)
Tecnologia de Impressão: Laser monocromática
Conectividade: Rede Ethernet, USB 2.0
PDL/Emulação: PCL5e, PCL6, PostScript3, PDF V1.4, TIFF / JPG (mínimo)
Alimentação: 115/127 volts ou bivolt
Impressão direta no Pen Drive
Quantidade de equipamentos que serão instalados/utilizadas: 07 unidades
Quantidades de equipamentos backup: 01 unidade
Obs: serão 06 impressoras para ser entregue e instalada na Unidade Assistencial em Ponte Nova e 01 impressora para ser entregue e instalada no Polo do CISAMAPI em Rio Casca

Equipamento tipo 03 – Item 03 - A impressora monocromática deverá possuir as seguintes especificações mínimas:

Equipamento novo, de primeiro uso
Equipamento do tipo impressora
Tamanho de papel suportado para impressão: A4, Carta, Ofício, Executivo, Envelope
Função: impressão
Impressão Frente e Verso (duplex) automático: Sim
Tecnologia de Impressão: Laser monocromática
Impressão de 33 ppm (A4) e 35ppm (Carta), conexão USB, Ethernet e WiFi, memória de 256MB, velocidade do processador de até 350 MHz, ciclo mensal de impressão de até 80.000 folhas, conectividade NFC VOLTAGEM: 110-127V
Quantidade de equipamentos que serão instalados/utilizadas: 04 unidade

Requisitos Gerais de Contratação

O fornecimento de **peças e insumos** deverá ser garantido durante a duração do contrato e as prorrogações/aditivos por ventura acertado.

Serão previstos treinamentos dos usuários em seus postos de trabalho e o fornecimento, instalação e “customização” de software de gerenciamento e contabilização.

A contratada será responsável pela garantia de fornecimento de todas as peças e componentes do equipamento ofertado, inclusive aqueles entendidos como kit de manutenção, fusores, roletes, rolos, etc.

A solicitação de insumos e pedidos de manutenção será feita através de site próprio, telefone fixo ou email mantido pela própria contratada e que permita a emissão de relatórios gerenciais para acompanhamento e controle.

Para a resolução de quaisquer problemas apresentados pelos equipamentos e devidamente solicitados, a contratada obedecerá a seguinte tabela:

Tabela de hora útil

visita técnica	24 horas
Resolução dos problemas após visita técnica	24 horas
Fornecimento de toner	72 horas

O prazo é contado a partir do registro da ocorrência e se encerra na reativação do equipamento comprovada por um profissional do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRO REGIÃO DO VALE DO PIRANGA -CISAMAPI. No caso de tempo de recuperação do equipamento ser maior que aqueles previstos na tabela acima, a Contratada providenciará a substituição temporária do equipamento.

O horário de funcionamento do CISAMAPI é de 07:00h às 17:00h, de segunda a sexta-feira. Também neste período deverá a contratada colocar à disposição serviço de *helpdesk* para os usuários.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Segue abaixo as estimativas de quantidades de páginas impressas por impressão monocromática e policromática :

TEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO/CATMAT	QUANT. DE EQUIPAMENTO S	QUANT. PÁGINAS MENSAL	VALOR UNT. PAGINA	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL PARA 12 MESES
1	Outsourcing de impressão - sem franquia - faturamento por páginas impressas, impressão policromática, sem papel, impressora indicada para impressão de exames médicos CATMAT 26930	03	4.200	R\$ 1,00	R\$ 4.200	R\$ 50.400,00
2	Outsourcing de impressão - sem franquia - faturamento por páginas impressas - impressão monocromática sem papel, para impressão em geral para os setores administrativos CATMAT 26891	07	18.000	R\$ 0,0940	R\$ 1.692,00	R\$ 20.304,00
03	Outsourcing de impressão - sem franquia-faturamento por paginas impressas, - impressão monocromática em geral para os consultórios médicos.	04	42.240	R\$ 0,0940	R\$ 3.970,56	R\$ 47.646,72

Total geral para 12 meses	R\$ 118.350,7 2
----------------------------------	--------------------------------

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Diante da necessidade do objeto deste estudo, foi realizado levantamento de mercado no intuito de prospectar e analisar soluções para a pretensão contratual, que atendam aos critérios de vantajosidade para a Administração, sob aspectos da conveniência, economicidade e eficiência.

O Mercado nos apresenta algumas soluções, tais como:

1. Aquisição

Aquisição de impressoras multifuncionais monocromática e policromática.

No modelo de aquisição de impressoras, a Administração Pública adquire o equipamento e assume todos os custos dele decorrentes, tais como, manutenção corretiva, manutenção preventiva, aquisição de todas as peças que porventura danificarem.

Esta solução é adotada em situações específicas como, por exemplo, quando a locação não se mostra uma opção viável, isto é, o custo para aquisição e manutenções e compras de peças for menor do que a locação.

2- locação de impressoras com franquias mínimas

O modelo de locação de impressoras com franquias mínimas, é aquela em que o Poder Público consente em que as impressões são determinadas por quantidade mínima para o faturamento da contratada, isso ocorre muitas das vezes em repartições públicas que tem pouco volume de impressões, ou seja, paga-se para a contratada um valor fixo por mês a depender da franquias mínimas, ou se ultrapassar a franquias paga-se pelo excedente impresso.

3 Locação de impressoras

O modelo de locação de impressoras por página, ou seja por utilização de páginas impressas.

MODALIDADE SEM FRANQUIA - FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO COM COBRANÇA APENAS POR PÁGINA IMPRESSA

A modalidade sem franquias consiste na prestação de todos os serviços que caracterizam o **outsourcing** de impressão como fornecimento dos equipamentos, prestação dos serviços de suporte, manutenção e reposição de insumos, mas utilizando como modelo de pagamento a página impressa.

A modalidade sem franquias com pagamento apenas por página impressa apresenta as seguintes vantagens:

- a) Única modalidade em que se paga exatamente pelas impressões produzidas durante a execução;
- b) Opção que pode ser viável quando há um alto volume de impressões mensais, com baixa sazonalidade entre os meses (volume constante durante os meses do contrato);
- c) Suporte, insumos e peças ficam por conta da contratada; e
- d) Maior facilidade de gestão das páginas impressas, quando comparado com a modalidade franquias + excedente.

Analisando as possíveis soluções chegamos a conclusão de que a opção n.º 01 torna – se inviável, pois a aquisição de impressoras novas não seria viável , devido o grande volume de impressões, as impressoras em curto prazo terá manutenção corretiva com reparação de peças, a experiência do CISAMAPI com este tipo de contratação é negativa , devido o CISAMAPI não ter conseguindo montar processo licitatório de todas as peças que possa vim necessitar e outro fato que as impressoras são atualizadas e as antigas ficam absoleto onde não encontra-se no mercado peças para as devidas trocas.

A opção 02 também é inviável para a administração publica pois onde tem terminado franquias muitas das vezes paga-se por serviço não realizado e de forma indireta traz questionamentos de despesas não realizadas.

A opção 03 é mais viável considerando que a administração publica terá despesas somente pelo serviço executados, como as impressões efetivamente realizadas, e também pelo volume é vantajoso para o CISAMAPI .

Levando em conta que as recepções de atendimentos do CISAMAPI e as salas de exames tem um grande volume de impressões e com a implantação de prontuário eletrônico, a **MODALIDADE SEM FRANQUIA - FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO COM COBRANÇA APENAS POR PÁGINA IMPRESSA** é a mais viável , econômica e eficiente para o CISAMAPI.

Considerando a pesquisa de mercado quanto locação de impressoras monocromáticas e policromáticas , a análise da contratação vigente no CISAMAPI, constatou – se que a melhor solução para atender a demanda posta, é a contratação de locação de impressoras por paginas impressas.

A escolha do tipo de solução se baseou em contratações anteriores que a administração realizou e levou em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, além também de práticas da administração e do mercado e considerando com o menor risco possível de descontinuidade dos serviços .

O julgamento se dará pelo menor preço por item, conforme art. 34 da Lei Federal nº 14.133/2021. No julgamento, o Pregoeiro deverá considerar o menor dispêndio para Administração, atendido os parâmetros mínimos de qualidade dos produtos.

A proposta comercial terá validade mínima de 90 dias.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DE CONTRATAÇÃO

TE M	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO/CATMA T	QUANT. DE EQUIPAMENTO S	QUANT. PÁGINA S MENSA L	VALOR UNIT. PAGINA	VALOR MENSA L	VALOR TOTAL PARA 12 MESES
1	Outsourcing de impressão - sem franquias – faturamento por páginas impressas, impressão policromática, sem papel, impressora indicada para impressão de exames médicos	03	4200	R\$ 1,00	R\$ 4.200	R\$ 50.400,00

	CATMAT 26930					
2	Outsourcing de impressão - sem franquia - faturamento por páginas impressas - impressão monocromática sem papel, para impressão em geral para os setores administrativos CATMAT 26891	07	18.000	R\$ 0,0940	R\$ 1.692,00	R\$ 20.304,00
3	Outsourcing de impressão - sem franquia-faturamento por paginas impressas, - impressão monocromática em geral para os consultórios médicos	04	42.240	R\$ 0,0940	R\$ 3970,56	R\$ 47.646,72
Total geral para 12 meses						R\$ 118.350,72

O valor unitário acima mencionado é referente a Ata de Registro de Preço vigente com este mesmo objeto, de qualquer forma peça que seja feita uma ampla pesquisa de mercado, para apuração do melhor valor para a administração.

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A contratação pretendida tem caráter continuado e essencial, pois é fundamental a prestação de serviços ao usuário do SUS, de fato imprime as fichas de atendimentos nas recepções e também imprime os resultados de exames com os respectivos laudos e diagnósticos e receitas médicas. Com essa contratação a previsão de descontinuidade dos serviços é baixa.

Este processo será realizado na modalidade pregão, na forma eletrônica, devidamente, selecionado como fornecedor de cada item aquele que apresentar proposta de MENOR PREÇO, não podendo o valor unitário de cada item ser superior ao seu valor de referência, modo de disputa ABERTO/FECHADO, nos termos do art. 6º, inciso XLI, e do art. 34, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que atendidas às exigências e disposições das especificações técnicas apresentadas neste Estudo. Intervalo mínimo de lances será de 0,01 (um centavo).

11. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art.40, da Lei nº 14.133/2021, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos

recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

É economicamente viável o parcelamento da solução, uma vez que os itens são divisíveis, não há prejuízo para a solução, amplia a competitividade, gerando maior economia para a Administração.

12. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Deve-se, portanto, alinhar a serviços continuados de outsourcing de impressão, com fornecimento em regime de comodato de máquina copiadora/digitalizadora/impressora (multifuncional e laser), incluindo a prestação de serviços de assistência técnica/manutenção na Unidade Assistencial do CISAMAPI em Ponte Nova- MG e no polo na cidade de Rio Casca- MG . outorga da necessidade inerente a todos os aspectos consagrados no entendimento de medico aos usuários rede SUS. Espera-se, portanto, que os usuários em tratamentos diversos, possam ser atendidos em sua integralidade pela Administração Pública dos Entes consorciados com o serviços continuado de impressões de fichas de atendimentos ,laudos de exames médicos, receitas medicas e outros .. Entende-se ainda, que os resultados mostrarão que as impressões são necessárias e não poderá em momento algum ser suspensas

13. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

A contratação não demandará qualquer alteração no ambiente do Órgão, físicas ou tecnológicas, logísticas ou de providências pertinentes para o bom andamento da contratualização.

Reunião entre as partes relacionadas – contratada e contratante – buscando pontuar e averiguar as determinações previstas no processo contratual.

14. INTERDEPENDÊNCIA COM OUTRAS CONTRATAÇÕES

Não existem quaisquer outros tipos de contratação correlata a esta em trâmite ou em execução no departamento demandante.

15. IMPACTOS AMBIENTAIS

Informamos que não haverá, de forma direta, o uso de recursos naturais. Sendo assim, não serão adotados critérios de sustentabilidade para a presente contratação. Desse modo, não se vislumbram possíveis impactos ambientais decorrentes da pretensão contratual, em consequência, não se vislumbra a necessidade de respectivas medidas de tratamento ou mitigadoras buscando sanar riscos ambientais existentes.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Considerando as análises ora empreendidas no presente Estudo Preliminar da contratação e demais informações, consideramos viável, tanto nos aspectos técnicos quanto econômicos, a realização da contratação pretendida.

Ponte Nova, 12 de Maio de 2026.



Consórcio Intermunicipal de Saúde
da Microrregião do Vale do Piranga

VIVIANE CORDEIRO DE OLIVEIRA
Diretora Administrativa e Assistencial

MAPA DE RISCOS

Risco 01		
Risco:	Não aprovação do Estudo Técnico ou do Termo de Referência deficientes ou inconsistentes.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Médio	
Fase do processo de contratação:	Planejamento da contratação	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Especificação com inconsistências técnicas.	
	Elaboração do ETP com ausência de itens normativamente previstos.	
	Requisitos técnicos não atendidos.	
Ações preventivas/Setor responsável	Uso de modelos instrumentais técnicos preestabelecidos pelos órgãos competentes.	Equipe de Planejamento da Contratação.
	Levantamento de mercado no intuito de prospectar e analisar soluções para a pretensão contratual, que atendam aos critérios de vantajosidade para a Administração, sob aspectos da conveniência, economicidade e eficiência.	Equipe de Planejamento da Contratação
	Para a presente pretensão contratual, é fundamental a realização de pesquisa de preços com as devidas descrições técnicas pre estabelecidas.	Equipe de Planejamento da Contratação.
	Pesquisa de contratos semelhantes no âmbito da Administração Pública.	Equipe de Planejamento da Contratação.

Ações de contingência/Setor responsável:	Realizar as adequações necessárias no Estudo Técnico e no Termo de Referência no menor espaço de tempo possível.	Equipe de Planejamento da Contratação.
	Reexame de documentos durante o planejamento da contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação.
	Em caso de processo deserto, readequações serão necessárias no ETP e Termo de referência	Equipe de Planejamento da Contratação.
Risco 02		
Risco:	Licitação mal sucedida e locação não concluída	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Médio	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Planejamento da contratação	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Possibilidade de impugnações do edital na fase de seleção do fornecedor ou o certame restar deserto ou fracassado	
	Impossibilidade de contratação da solução	
Ações preventivas/Setor responsável	Fazer o orçamento que represente a real situação do mercado para evitar custos acima ou abaixo do preço de mercado	Equipe de Planejamento da Contratação.
Ações de contingência/Setor responsável:	Realizar um novo processo de planejamento da contratação e nova licitação.	Equipe de Planejamento da Contratação.
Risco 03		
Risco:	O certame licitatório restar deserto, caso nenhuma empresa se interesse por sua execução ou fracassado, caso nenhuma das propostas apresentadas estejam dentro dos parâmetros estimados pela Administração.	
Possibilidade:	Média	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Baixo	

Fase do processo de contratação:	Seleção do fornecedor	
Alocação do Risco:	Locatorio	
Danos:	Necessidade da republicação da licitação	
	Atrasos para início e, conseqüentemente, ficaremos com pendência de impressões nas Unidades do CISAMAPI.	
Ações preventivas/Setor responsável	Correto planejamento das exigências para a contratação	Setor de Licitações/Agente de Contratação
Ações de contingência/Setor responsável:	Verificar junto as empresas do ramo de atividade quais seriam os motivos do desinteresse, caso da licitação deserta ou revisão dos valores estimados no caso de licitação fracassada para uma possível repetição do certame	Setor de Licitações/Setor Demandante
Risco 04		
Risco:	A empresa vencedora do certame quando convocada, não assinar a ata de registro de preço e/ou o termo de contrato	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Alto	

Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Formalização contratual	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Atrasos para início e, conseqüentemente, ficaremos com pendência de de impressões nas Unidades do CISAMAPI..	
Ações preventivas/Setor responsável	Prever, dentre as cláusulas do Termo de Referência, sanções que contemplem esta situação, inclusive quanto ao Art. 72 da Lei 14133/2021	Setor Demandante
	Observar o prazo de validade da proposta apresentada na fase de licitação e enviar o contrato para assinatura dentro do prazo de vigência da proposta	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos

Ações de contingência/Setor responsável:	Nos termos dos §§ 2º e 4º do Art. 90 da Lei 14133/2021, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da ata de registro de preços e/ou contrato	Setor de Licitações/Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos
	Aplicar as sanções previstas na contratação, § 5º, Art. 90	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos
Risco 06		
Risco:	Atrasos na assinatura do contrato/Ata de Registro de Preço ou na entrega das garantias contratuais	
Possibilidade:	Média	
Impacto:	Baixo	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Execução contratual	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Atrasos para início e, conseqüentemente, descontinuidade nos serviços de impressão.	
Ações preventivas/Setor responsável	Prever, dentre as cláusulas do Termo de Referência, sanções que contemplem esta situação	Setor Demandante
	Observar os prazos previstos para entrega do contrato assinado e das garantias contratuais, notificando a contratada caso seja verificada a ocorrência de atrasos	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos
Ações de contingência/Setor responsável:	Aplicar as sanções previstas na contratação, § 5º, Art. 90	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos
Risco 07		
Risco:	Rescisão ou anulação do contrato, por culpa da Contratada	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Baixo	

Fase do processo de contratação:	Execução contratual	
Alocação do Risco:	Contratada	
Danos:	Alteração dos custos inicialmente previstos	
	Necessidade de realização de nova licitação ou de contratação de remanescente	
Ações preventivas/Setor responsável	Prever, dentre as cláusulas do Termo de Referência, sanções que contemplem esta situação	Setor Demandante
Ações de contingência/Setor responsável:	Instaurar processo para aplicação das penalidades à Contratada	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos
	Realizar novo processo de licitação	Setor Demandante/Diretoria de Administração e Assistencial

DEFINIÇÕES:

Probabilidade: chance de algo acontecer, não importando se definida, medida ou determinada objetiva ou subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente, ou se descrita utilizando-se termos gerais ou matemáticos.

Impacto: resultado de um evento que afeta os objetivos.

Nível de Risco: magnitude de um risco ou combinação de riscos, expressa em termos da combinação das consequências e de suas probabilidades

Ponte Nova, 12 de maio de 2026.

Viviane Cordeiro de Oliveira
Diretora Administrativa e Assistencial

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Detalhado

Relatório emitido em 18/05/2026 14:51

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
35/2026	927934	Concluída	DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONCALVES

Título: outsourcing de impressão

Observações:

Total de itens cotados: 3 **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 168.070,3200

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade	
26930 - Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Policromática sem Papel	PÁGINA	50400	
Consolidação dos preços cotados			
Menor Preço	<input checked="" type="radio"/> Média	Mediana	Coeficiente de Variação: 15,3131%
R\$ 1,0000	R\$ 1,1833	R\$ 1,1200	Desvio Padrão: 0,1812
Método de cálculo adotado: Média			Maior Preço: R\$ 1,4300

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	CAMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA/RS - Compras.gov.br	12	PÁGINA	R\$ 3.465,0000	04/05/2026	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92984205900022026	04/05/2026	1	Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a contratação de empresa de outsourcing de impressão, contemplando a locação de 21 (vinte e uma) impressoras multifuncionais, tanque de tinta de grande capacidade, com fornecimento integral de insumos, exceto fornecimento de papel, aquisição de computadores e monitores para a Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria RS.

Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Municipal	929842	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA MARIA	SISPP

Fornecedor	Ni Fornecedor	Modalidade
FULLPRINT COPIADORAS LTDA	12.087.446/0001-84	Pregão

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Contratação de empresa de outsourcing de impressão, contemplando a locação de 21 (vinte e uma) impressoras multifuncionais, tanque de tinta de grande capacidade, para papel A4, com fornecimento integral de insumos, exceto fornecimento de papel, conforme especificações e condições contidas no Edital.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	ESP-HOSP. CLIN FAC.MED.MARILIA - HCFAMEMA - Compras.gov.br	270000	PÁGINA	R\$ 0,1350	20/01/2026	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
9260105901972025	20/01/2026	7	Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de impressão corporativa por meio de outsourcing

Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Estadual	92601	ESP-HOSP. CLIN FAC. MED. MARILIA - HC FAMEMA	SISPP

Fornecedor	Ni Fornecedor	Modalidade
IMPORTINVEST IMPORTACAO E COMERCIO LTDA	74.537.747/0001-10	Pregão

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Policromática sem Papel

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	870000	PÁGINA	R\$ 0,1645	09/01/2026	Não

Id da Compra

Comprado em

Nº do Item

Objeto da Compra

18013705900092025

09/01/2026

4

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de Serviços de Impressão e reprografia corporativa por meio de outsourcing, para a Delegacia Seccional de Polícia de Registro e Unidades subordinadas, sediadas na mesma municipalidade.

Esfera

UASG

Nome UASG

Forma

Estadual

180137

ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE REGISTRO

SISPP

Fornecedor

GOMAG MAQUINAS PARA ESCRITORIO LIMITADA

Ni Fornecedor

61.457.941/0001-43

Modalidade

Pregão

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Policromática sem Papel

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	PÁGINA	R\$ 16,2300	19/12/2025	Não

Id da Compra

Comprado em

Nº do Item

Objeto da Compra

38025705900202025

19/12/2025

6

Objeto: Pregão Eletrônico - Serviço de Impressão Corporativa por Meio de Outsourcing para o período de 30 meses.

Esfera

UASG

Nome UASG

Forma

Estadual

380257

ESP-PENITENCIARIA DE CERQUEIRA CESAR

SISPP

Fornecedor

GOMAG MAQUINAS PARA ESCRITORIO LIMITADA

Ni Fornecedor

61.457.941/0001-43

Modalidade

Pregão

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Policromática sem Papel



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	25000	PÁGINA	R\$ 0,2000	17/12/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16031206000652025	17/12/2025	2	Contratação de serviços de outsourcing de impressão em proveito da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe), abrangendo a locação de equipamentos novos (sem franquia), manutenção preventiva e corretiva integral (incluindo peças), fornecimento de suprimentos (exceto papel) e software de gerenciamento

Esfera	UASG	Nome UASG
Federal	160312	ESCOLA DE ARTILHARIA DE COSTA E ANTIAEREA/RJ

Forma
SISPP

Fornecedor	Ni Fornecedor
ELSE SOFTWARES E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA	23.179.376/0001-00

Modalidade
Dispensa

Índice e Valor	Ata	Edital
-	-	-

Compra
Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Policromática sem Papel Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Policromática sem Papel

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
RJ/Rio de Janeiro	Avenida General Benedito da Silveira	21615000	25000

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
6	I	MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	1013760	PÁGINA	R\$ 0,2700	17/12/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
24010605901422025	17/12/2025	4	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada em serviços de outsourcing de impressão, na modalidade de cobrança por locação de equipamento mais custoso unitário por página impressa para as unidades do INPE de São José dos Campos SP e Cachoeira Paulista SP

Esfera	UASG	Nome UASG
Federal	240106	INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT

Forma
SISPP

Fornecedor	Ni Fornecedor
SIMPRESS COMERCIO LOCAAO E SERVICOS LTDA	07.432.517/0001-07

Modalidade
Pregão

Índice e Valor	Ata	Edital
-	-	Acesse o Edital

Compra
Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Policromática sem Papel

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONCALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
7	I	MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	528000	PÁGINA	R\$ 0,0900	17/12/2025	Não

Id da Compra

Comprado em

Nº do Item

Objeto da Compra

24010605901422025

17/12/2025

3

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada em serviços de outsourcing de impressão, na modalidade de cobrança por locação de equipamento mais custo unitário por página impressa para as unidades do INPE de São José dos Campos SP e Cachoeira Paulista SP

Esfera

UASG

Nome UASG

Forma

Federal

240106

INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT

SISPP

Fornecedor

Ni Fornecedor

Modalidade

SIMPRESS COMERCIO LOCACAO E SERVICOS LTDA

07.432.517/0001-07

Pregão

Índice e Valor

Ata

Edital

Compra

-

-

[Acesse o Edital](#)

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Policromática sem Papel

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
8	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	420000	PÁGINA	R\$ 0,1623	28/11/2025	Não

Id da Compra

Comprado em

Nº do Item

Objeto da Compra

18031505900062025

28/11/2025

4

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviço de outsourcing de impressão da Delegacia Seccional de Polícia de Itanhaém e unidades subordinadas.

Esfera

UASG

Nome UASG

Forma

Estadual

180315

ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE ITANHAEM

SISPP

Fornecedor

Ni Fornecedor

Modalidade

GOMAO MAQUINAS PARA ESCRITORIO LIMITADA

61.457.941/0001-43

Pregão

Índice e Valor

Ata

Edital

Compra

-

-

[Acesse o Edital](#)

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Policromática sem Papel

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
9	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	PÁGINA	R\$ 3,3000	19/11/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
38026305900202025	19/11/2025	4	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de Serviços de Impressão Corporativa, por Meio de Outsourcing
Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Estadual	380263	ESP-PENITENCIARIA DE MAIRINQUE	SISPP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Modalidade	Compra
IMPORTINVEST IMPORTACAO E COMERCIO LTDA	74.537.747/0001-10	Pregão	
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Policromática sem Papel

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
10	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	73350	PÁGINA	R\$ 0,3500	02/09/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16031805900022025	02/09/2025	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Registo de Preços para eventual contratação de empresa especializada nos serviços terceirizados de outsourcing de impressão, cópia e digitalização sem dedicação exclusiva de mão-de-obra para atender as necessidades da EsSLog /CMVM e CEADEx
Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Federal	160318	ESCOLA DE SARGENTOS DE LOGISTICA	SISRP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Modalidade	Compra
W P SISTEMAS REPROGRAFICOS E IMPRESSAO LTDA	03.951.766/0001-40	Pregão	
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Policromática sem Papel

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1.doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
11	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	135000	PÁGINA	R\$ 0,1400	13/08/2025	Não

Id da Compra

Comprado em

Nº do Item

Objeto da Compra

38022005900032025

13/08/2025

2

Objeto: Pregão Eletrônico - Serviço de impressão corporativa por meio de outsourcing, na modalidade de locação de equipamentos com disponibilização de software de gerenciamento, inventário, contabilização e devida manutenção e fornecimento de suprimentos.

Esfera

Estadual

UASG

380220

Nome UASG

ESP-CDP.ASP NILTON CELESTINO-ITAP.SERRA

Forma

SISPP

Fornecedor

MJ TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA

Ni Fornecedor

16.897.295/0001-80

Modalidade

Pregão

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Policromática sem Papel

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
12	I	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	48000	PÁGINA	R\$ 0,3800	22/07/2025	Não

Id da Compra

Comprado em

Nº do Item

Objeto da Compra

16800405900482025

22/07/2025

7

Objeto: Pregão Eletrônico - Serviço de outsourcing de impressão por meio de locação de equipamentos de impressão, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.

Esfera

Federal

UASG

168004

Nome UASG

INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL/FPV/

Forma

SISRP

Fornecedor

UNICOPIA LTDA

Ni Fornecedor

04.315.058/0001-85

Modalidade

Pregão

Índice e Valor

-

Ata

[Acesse a Ata](#)

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Policromática sem Papel

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
13	I	SENADO FEDERAL - Compras.gov.br	24000	PÁGINA	R\$ 157,6000	22/07/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
2000105900522025	22/07/2025	2	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para a prestação de serviços de outsourcing de impressão - Parque gráfico digital, para a Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal SEGRAF, de acordo com os termos e especificações do edital e seus anexos.

Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Federal	20001	SENADO FEDERAL	SISPP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Modalidade	
REPROCOPIA COM REPRESENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA	86.524.352/0001-61	Pregão	
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Impressão colorida, em páginas A4, sob demanda estimativa mensal. Quantidade estimada em milheiro para todo o contrato (equivalente à 500.000 páginas mensais, 6.000.000 anuais ou 24.000.000 por 48 meses)

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
14	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	180000	PÁGINA	R\$ 0,1790	02/07/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92953605900032025	02/07/2025	3	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviço de outsourcing total de impressão e digitalização, abrangendo o fornecimento, instalação, configuração, manutenção (preventiva e corretiva) e gestão de equipamentos e softwares, incluindo: Prestação de serviços contínuos de natureza técnica e operacional, com fornecimento de bens (equipamentos, peças de reposição e suprimentos) em regime de locação e gestão integrada

Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Estadual	929536	CAMARA MUNICIPAL DE BAURU	SISPP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Modalidade	
LPZIGLIO COMERCIO E SERVICOS LTDA	04.023.725/0001-56	Pregão	
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Impressão Colorida nas Multifuncionais do tipo Tanque de Tinta Colorida - Demais especificações conforme Anexo I do Edital.

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONCALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
15	I	EES-SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - Compras.gov.br	60	PÁGINA	R\$ 51.000,0000	30/05/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92512005900792025	30/05/2025	17	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para Prestação de Serviço Contínuo Especializado Outsourcing De Impressão (Cópia, Impressão, Digitalização, Gerenciamento dos Equipamentos de Impressão e Bilhetagem de Documentos Impressos) Com Fornecimento de Insumos, Instalação, Configuração e Assistência Técnica.

Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Estadual	925120	EES-SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE	SISRP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Modalidade	
SUPRISERVICE INFORMATICA LTDA	03.607.073/0001-34	Pregão	
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Policromática sem Papel

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
16	I	PNCP - Sistemas Oficiais de Governo	6000		R\$ 1,0000	14/05/2026	Sim

Data da Cotação

14/05/2026

Informações Adicionais

-

Hora da Cotação

14:12

Endereço Eletrônico

<http://pncp.gov.br/app/contratos/10727655000110/2025/312>

Anexos

-

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
17	I	PNCP - Sistemas Oficiais de Governo	5000		R\$ 1,1200	18/05/2026	Sim

Data da Cotação

18/05/2026

Informações Adicionais

-

Hora da Cotação

11:28

Endereço Eletrônico

<https://pncp.gov.br/app/contratos/76105550000137/2026/37>

Anexos

-

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
18		PNCP - Sistemas Oficiais de Governo	63600		R\$ 1,4300	18/05/2026	Sim

Data da Cotação

18/05/2026

Informações Adicionais

-

Hora da Cotação

13:52

Endereço Eletrônico

<https://pncp.gov.br/app/contratos/17733643000147/2025/313>

Anexos

-

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 2

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
26891 - Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel	PÁGINA	216000

Consolidação dos preços cotados			
Menor Preço	● Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 18,2667%
R\$ 0,1100	R\$ 0,1500	R\$ 0,1550	Desvio Padrão: 0,0274
			Maior Preço: R\$ 0,1800

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	PÁGINA	R\$ 410,0000	12/04/2026	Não

Id da Compra

16000506000692026

Comprado em

12/04/2026

Nº do Item

1

Objeto da Compra

Contratação de nos termos da tabela Outsourcing de impressora - locação de copadoras com manutenção preventiva e corretiva

Esfera

Federal

UASG

160005

Nome UASG

54 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/AM

Forma

SISPP

Fornecedor

G3 COMERCIO E SERVICOS LTDA

Ni Fornecedor

11.757.232/0001-05

Modalidade

Dispensa

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

-

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

OUTSOURCING DE IMPRESSÃO - SEM FRANQUIA - PÁGINAS IMPRESSAS CLICK A4 MONOCROMÁTICA SEM PAPEL OUTSOURCING DE IMPRESSÃO SEM FRANQUIA - PÁGINAS IMPRESSAS CLICK A4 MONOCROMÁTICA SEM PAPEL

Locais de Entrega

UF / Município

AM/Humaitá

Logradouro

54 BIS

CEP

69800454

Quantidade

12

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONCALVES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	192000	PÁGINA	R\$ 0,1400	11/02/2026	Sim

Id da Compra

Comprado em

Nº do Item

Objeto da Compra

76420006000242026

11/02/2026

1

Contratação Direta de empresa especializada para a Continuidade e Manutenção dos Serviços de Outsourcing de Impressão, fim atender as necessidades do Serviço de Veteranos e Pensionistas da Marinha.

Esfera

UASG

Nome UASG

Forma

Federal

764200

SERVICO DE VETERANOS E PENSIONISTAS DA MARINH

SISPP

Fornecedor

Ni Fornecedor

Modalidade

GP EMISSAO INSTANTANEA E GESTAO DE DOCUMENTOS LTDA

07.385.089/0001-09

Dispensa

Índice e Valor

Ata

Editais

Compra

-

-

-

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel

Locais de Entrega

UF / Município

Logradouro

CEP

Quantidade

RJ/Rio de Janeiro

Praça Barão Ladário

20091000

192000

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	I	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	3190440	PÁGINA	R\$ 0,0200	27/01/2026	Não

Id da Compra

Comprado em

Nº do Item

Objeto da Compra

92545705900012025

27/01/2026

1

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de solução de outsourcing de impressão, incluindo locação de impressoras e fornecimento de insumos, sem dedicação exclusiva de mão de obra e com vigência de 60 (sessenta) meses.

Esfera

UASG

Nome UASG

Forma

Estadual

925457

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

SISPP

Fornecedor

Ni Fornecedor

Modalidade

ALMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LIMITADA

84.968.874/0001-27

Pregão

Índice e Valor

Ata

Editais

Compra

-

-

[Acesse o Edital](#)

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing de Impressão - por Cópia A4 Monocromática

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONCALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	I	ESP-HOSP. CLIN FAC.MED.MARILIA - HCFAMEMA - Compras.gov.br	4320000	PÁGINA	R\$ 0,0650	20/01/2026	Não

Id da Compra

9260105901972025

Comprado em

20/01/2026

Nº do Item

6

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de impressão corporativa por meio de outsourcing

Esfera

Estadual

UASG

92601

Nome UASG

ESP-HOSP. CLIN FAC. MED. MARILIA - HC FAMEMA

Forma

SISPP

Fornecedor

IMPORTINVEST IMPORTACAO E COMERCIO LTDA

Ni Fornecedor

74.537.747/0001-10

Modalidade

Pregão

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
5	I	ESP-HOSP. CLIN FAC.MED.MARILIA - HCFAMEMA - Compras.gov.br	11280000	PÁGINA	R\$ 0,0760	20/01/2026	Não

Id da Compra

9260105901972025

Comprado em

20/01/2026

Nº do Item

5

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de impressão corporativa por meio de outsourcing

Esfera

Estadual

UASG

92601

Nome UASG

ESP-HOSP. CLIN FAC. MED. MARILIA - HC FAMEMA

Forma

SISPP

Fornecedor

IMPORTINVEST IMPORTACAO E COMERCIO LTDA

Ni Fornecedor

74.537.747/0001-10

Modalidade

Pregão

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
6	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	165	PÁGINA	R\$ 2.1000	19/12/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
38025705900202025	19/12/2025	4	Objeto: Pregão Eletrônico - Serviço de Impressão Corporativa por Meio de Outsourcing para o período de 30 meses.

Esfera	UASG	Nome UASG
Estadual	380257	ESP-PENITENCIARIA DE CERQUEIRA CESAR

Fornecedor	Ni Fornecedor	Modalidade
GOMAO MAQUINAS PARA ESCRITORIO LIMITADA	61.457.941/0001-43	Pregão

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
7	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	135000	PÁGINA	R\$ 0,0800	17/12/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16031206000652025	17/12/2025	1	Contratação de serviços de outsourcing de impressão em proveito da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe), abrangendo a locação de equipamentos novos (sem franquia), manutenção preventiva e corretiva integral (incluindo peças), fornecimento de suprimentos (exceto papel) e software de gerenciamento

Esfera	UASG	Nome UASG
Federal	160312	ESCOLA DE ARTILHARIA DE COSTA E ANTIAEREA/RJ

Fornecedor	Ni Fornecedor	Modalidade
ELSE SOFTWARES E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA	23.179.376/0001-00	Dispensa

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
RJ/Rio de Janeiro	Avenida General Benedito da Silveira	21615000	135000

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
8	I	MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	676800	PÁGINA	R\$ 0,0500	17/12/2025	Não

Id da Compra

Comprado em

Nº do Item

Objeto da Compra

24010605901422025

17/12/2025

1

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada em serviços de outsourcing de impressão, na modalidade de cobrança por locação de equipamento mais custo unitário por página impressa para as unidades do INPE de São José dos Campos SP e Cachoeira Paulista SP

Esfera

UASG

Nome UASG

Forma

Federal

240106

INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT

SISPP

Fornecedor

UASG

Ni Fornecedor

Modalidade

SIMPRESS COMERCIO LOCAAO E SERVICOS LTDA

240106

07.432.517/0001-07

Pregão

Índice e Valor

Ata

Editais

Compra

-

-

[Acesse o Edital](#)

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
9	I	CONSELHO REG. FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUP.-MG - Compras.gov.br	1	PÁGINA	R\$ 0,0700	03/12/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
38910306000422025	03/12/2025	4	Contratação de empresa especializada em locação de impressoras multifuncionais para serviços de impressão monocromática e policromática, impressão de etiquetas térmicas adesivas, reprodução de cópias e digitalização de documentos, incluindo a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos locados, bem como o fornecimento de suprimentos de consumo como toner, revelador, cilindro e fita de transferência térmica TTR – ribbon, para atender as necessidades do CREFITO-4.

Esfera	UASG	Nome UASG
Federal	389103	CONS.REG.DE FISIO.TERAP.OCUPACIONAL 4ª - MG

Forma
SISPP

Fornecedor	Ni Fornecedor
PAPELARIA E COPIADORA COPYSUL LTDA.	68.533.967/0001-72

Modalidade
Dispensa

Índice e Valor	Ata	Edital
-	-	-

Compra
Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel Página Excedente à Franquia de 11.000 (onze mil impressões) para impressora multifuncional A4 monocromática. O valor refere-se às páginas que excederem a franquia mensal de impressão em preto e branco nos 04 equipamentos contratados.

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
MG/Belo Horizonte	Rua Antônio de Albuquerque	30112011	1

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
10	I	CONSELHO REG. FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUP.-MG - Compras.gov.br	1	PÁGINA	R\$ 0,0300	03/12/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
38910306000422025	03/12/2025	4	Contratação de empresa especializada em locação de impressoras multifuncionais para serviços de impressão monocromática e policromática, impressão de etiquetas térmicas adesivas, reprodução de cópias e digitalização de documentos, incluindo a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos locados, bem como o fornecimento de suprimentos de consumo como toner, revelador, cilindro e fita de transferência térmica TTR – ribbon, para atender as necessidades do CREFITO-4.

Esfera	UASG	Nome UASG
Federal	389103	CONS.REG.DE FISIO.TERAP.OCUPACIONAL 4ª - MG

Forma
SISPP

Fornecedor	Ni Fornecedor
RP SOLUCOES DIGITAIS LTDA	37.092.714/0001-87

Modalidade
Dispensa

Índice e Valor	Ata	Edital
-	-	-

Compra
Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel Página Excedente à Franquia de 11.000 (onze mil impressões) para impressora multifuncional A4 monocromática. O valor refere-se às páginas que excederem a franquia mensal de impressão em preto e branco nos 04 equipamentos contratados.

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
MG/Belo Horizonte	Rua Antônio de Albuquerque	30112011	1

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
11	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	528600	PÁGINA	R\$ 0,4800	03/12/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
13501705900102025	03/12/2025	2	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de solução de outsourcing de impressão na modalidade sem franquia com fornecimento do equipamento ecobrança apenas por página impressa, para atender a demanda da Embrapa Gado de Corte.

Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Federal	135017	EMBRAPA GADO DE CORTE/CAMPO GRANDE/MS	SISR

Fornecedor	Ni Fornecedor	Modalidade
W.A. EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA	09.238.496/0001-00	Pregão

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
12	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	200	PÁGINA	R\$ 3,3000	19/11/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
38026305900202025	19/11/2025	3	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de Serviços de Impressão Corporativa, por Meio de Outsourcing

Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Estadual	380263	ESP-PENITENCIARIA DE MAIRINQUE	SISPP

Fornecedor	Ni Fornecedor	Modalidade
IMPORTINVEST IMPORTACAO E COMERCIO LTDA	74.537.747/0001-10	Pregão

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Composição
13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	303998	PÁGINA	R\$ 0,0700	02/09/2025	Não

Id da Compra

Comprado em

Nº do Item

Objeto da Compra

16031805900022025

02/09/2025

2

Objeto: Pregão Eletrônico - Registo de Preços para eventual contratação de empresa especializada nos serviços terceirizados de outsourcing de impressão, cópia e digitalização sem dedicação exclusiva de mão-de-obra para atender as necessidades da EsSLog /CMVM e CEADEx

Esfera

Federal

UASG

160318

Nome UASG

ESCOLA DE SARGENTOS DE LOGISTICA

Forma

SISRP

Fornecedor

W P SISTEMAS REPROGRAFICOS E IMPRESSAO LTDA

Ni Fornecedor

03.951.766/0001-40

Modalidade

Pregão

Índice e Valor

-

Ata

[Acesse a Ata](#)

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Composição
i14	I	CPI-PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA - Compras.gov.br	42	PÁGINA	R\$ 186,7500	27/08/2025	Não

Id da Compra

Comprado em

Nº do Item

Objeto da Compra

98121906000292025

27/08/2025

1

O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de impressoras e multifuncionais, incluindo manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e suprimentos (exceto papel), para atender à necessidade da Secretaria Municipal de Finanças – SEMF, nas condições estabelecidas no Termo de Referência

Esfera

Municipal

UASG

981219

Nome UASG

CPI-PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

Forma

SISPP

Fornecedor

LOGUS COPIADORAS, DIGITALIZACAO E SISTEMAS LTDA

Ni Fornecedor

14.926.785/0001-32

Modalidade

Dispensa

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

-

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Descrição Detalhada

Outsourcing de impressão - sem franquia - páginas impressas click a4 monocromática sem papel Impressora Laser Monocromática A4 - 20 ppm Velocidade de impressão: 20 páginas por minuto em A4; Tempo de impressão da primeira página: máximo de 7,5 segundos; Alimentação de Papel: Gaveta: Com capacidade para 150 folhas; Formatos de Papel: A4, Ofício e Carta; Saída de Papel: Com capacidade para 80 folhas; Sistema de Impressão: A Laser, LED ou CERA; Resolução de Impressão: 600x600 dpi; Linguagem de Impressão: PCL 6, Post Script 3; Conectividade: USB 2.0, Rede sem fio (802.11 b/g/n); Compatível com os Sistemas Operacionais: Windows, Linux e MAC; Ciclo de Trabalho Máximo Mensal: 8.000 páginas por mês;

Locais de Entrega

UF / Município

PI/Teresina

Logradouro

Praça Marechal Deodoro

CEP

64000160

Quantidade

42

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i15	I	CPI-PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA - Compras.gov.br	2	PÁGINA	R\$ 374,7200	27/08/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98121906000292025	27/08/2025	2	O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de impressoras e multifuncionais, incluindo manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e suprimentos (exceto papel), para atender à necessidade da Secretaria Municipal de Finanças – SEMF, nas condições estabelecidas no Termo de Referência
Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Municipal	981219	CPI-PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA	SISPP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Modalidade	
LOGUS COPIADORAS, DIGITALIZACAO E SISTEMAS LTDA	14.926.785/0001-32	Dispensa	
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Descrição Detalhada

Outsourcing de impressão - sem franquia - páginas impressas click a4 monocromática sem papel Multifuncional Laser Monocromática, A4 - 40 ppm
 Funções do Multifuncional: Impressão, cópia e digitalização; FUNÇÕES DE IMPRESSÃO: Velocidade de Impressão: 40 páginas por minuto; Tempo de impressão da primeira página: máximo de 7,5 segundos; Imprime frente e verso: Automático; Resolução de Impressão:1200x1200 dpi; FUNÇÃO CÓPIA: Velocidade de cópia: 40 páginas por minuto; Alimentador Automático de Originais: capacidade de 50 folhas; Mesa de Digitalização: Compatível com os formatos A4 e Carta; Ampliação e Redução com Zoom: 25% a 400%; Resolução de Cópia: 600x600 dpi; FUNÇÃO DIGITALIZAÇÃO: Tipo: Mesa de Digitalização e Alimentador Automático de Originais; Digitalização: Monocromática e Colorida; Resolução de Óptica: 1200x1200 dpi; DEMAIS REQUISITOS DO EQUIPAMENTO: Sistema de Impressão: Laser, LED ou CERA; ALIMENTAÇÃO DE PAPEL: Gaveta: Com capacidade para 250 folhas; Bandeja Multifunção: Com capacidade para 50 folhas; Formatos de Papel: A4, Ofício e Carta; Memória Mínima: 512 MB; Processador Mínimo: 500 MHz; Linguagem de Impressão: PCL 6, Post Script 3 ou similar; Conectividade: USB 2.0 e ETHERNET 10/100/1000 BASE TX; Compatível com os Sistemas Operacionais: Windows, Linux e MAC; Ciclo de Trabalho Máximo Mensal: 50.000 páginas por mês

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
PI/Teresina	Praça Marechal Deodoro	64000160	2

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
 Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
16	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	615000	PÁGINA	R\$ 0,0400	13/08/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
38022005900032025	13/08/2025	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Serviço de impressão corporativa por meio de outsourcing, na modalidade de locação de equipamentos com disponibilização de software de gerenciamento, inventário, contabilização e devida manutenção e fornecimento de suprimentos.

Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Estadual	380220	ESP-CDP.ASP NILTON CELESTINO-ITAP.SERRA	SISPP

Fornecedor	Ni Fornecedor	Modalidade
MJ TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA	16.897.295/0001-80	Pregão

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
17	I	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	420000	PÁGINA	R\$ 0,0300	22/07/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16800405900482025	22/07/2025	6	Objeto: Pregão Eletrônico - Serviço de outsourcing de impressão por meio de locação de equipamentos de impressão, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.

Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Federal	168004	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL/FPV/	SISRP

Fornecedor	Ni Fornecedor	Modalidade
UNICOPIA LTDA	04.315.058/0001-85	Pregão

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
18	I	SENADO FEDERAL - Compras.gov.br	48000	PÁGINA	R\$ 43,0000	22/07/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
2000105900522025	22/07/2025	3	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para a prestação de serviços de outsourcing de impressão - Parque gráfico digital, para a Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal SEGRAF, de acordo com os termos e especificações do edital e seus anexos.

Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Federal	20001	SENADO FEDERAL	SISPP

Fornecedor	Ni Fornecedor	Modalidade
REPROCOPIA COM REPRESENTACAO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA	86.524.352/0001-61	Pregão

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Impressão PB, em páginas A4, sob demanda estimativa mensal. Quantidade estimada em milheiro para todo o contrato (equivalente à 1.000.000 páginas mensais, 12.000.000 anuais ou 48.000.000 por 48 meses).

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
19	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	60	PÁGINA	R\$ 69,6000	02/07/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92953605900032025	02/07/2025	11	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviço de outsourcing total de impressão e digitalização, abrangendo o fornecimento, instalação, configuração, manutenção (preventiva e corretiva) e gestão de equipamentos e softwares, incluindo: Prestação de serviços contínuos de natureza técnica e operacional, com fornecimento de bens (equipamentos, peças de reposição e suprimentos) em regime de locação e gestão integrada

Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Estadual	929536	CAMARA MUNICIPAL DE BAURU	SISPP

Fornecedor	Ni Fornecedor	Modalidade
LPZIGLIO COMERCIO E SERVICOS LTDA	04.023.725/0001-56	Pregão

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Impressão nas Multifuncionais do tipo Laser Monocromática de Alto Rendimento- Demais especificações conforme Anexo I do Edital.

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONCALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1.doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
20	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras. gov.br	720000	PÁGINA	R\$ 0,0696	02/07/2025	Não

Id da Compra

Comprado em

Nº do Item

Objeto da Compra

92953605900032025

02/07/2025

5

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviço de outsourcing total de impressão e digitalização, abrangendo o fornecimento, instalação, configuração, manutenção (preventiva e corretiva) e gestão de equipamentos e softwares, incluindo: Prestação de serviços contínuos de natureza técnica e operacional, com fornecimento de bens (equipamentos, peças de reposição e suprimentos) em regime de locação e gestão integrada

Esfera

Estadual

UASG

929536

Nome UASG

CAMARA MUNICIPAL DE BAURU

Forma

SISPP

Fornecedor

LPZIGLIO COMERCIO E SERVICOS LTDA

Ni Fornecedor

04.023.725/0001-56

Modalidade

Pregão

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Impressão nas Multifuncionais do tipo Laser Monocromática - Demais especificações conforme Anexo I do Edital.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
21	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras. gov.br	240000	PÁGINA	R\$ 0,0696	02/07/2025	Não

Id da Compra

Comprado em

Nº do Item

Objeto da Compra

92953605900032025

02/07/2025

2

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviço de outsourcing total de impressão e digitalização, abrangendo o fornecimento, instalação, configuração, manutenção (preventiva e corretiva) e gestão de equipamentos e softwares, incluindo: Prestação de serviços contínuos de natureza técnica e operacional, com fornecimento de bens (equipamentos, peças de reposição e suprimentos) em regime de locação e gestão integrada

Esfera

Estadual

UASG

929536

Nome UASG

CAMARA MUNICIPAL DE BAURU

Forma

SISPP

Fornecedor

LPZIGLIO COMERCIO E SERVICOS LTDA

Ni Fornecedor

04.023.725/0001-56

Modalidade

Pregão

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Impressão Monocromática nas Multifuncionais Tanque de Tinta Colorida - Demais especificações conforme Anexo I do Edital.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
22	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	36000	PÁGINA	R\$ 0,0300	29/06/2025	Não

Id da Compra

Comprado em

Nº do Item

Objeto da Compra

16037106000852025

29/06/2025

2

Contratação de serviços de outsourcing de impressão

Esfera

Federal

UASG

160371

Nome UASG

29 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA

Forma

SISPP

Fornecedor

DISKTONER COPIADORAS E IMPRESSORAS LTDA

Ni Fornecedor

04.731.983/0001-97

Modalidade

Dispensa

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

-

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel

Locais de Entrega

UF / Município

RS/Cruz Alta

Logradouro

Avenida Padre Francisco Pacheco

CEP

98025124

Quantidade

36000

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i23	I	AUDITORIA DA 9A. CJM/MS - Compras.gov.br	4800	PÁGINA	R\$ 0,1800	29/05/2025	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
6000706000062025	29/05/2025	3	Contratação de serviços continuados de fornecimento de Impressoras, em regime de Comodato, com Assistência técnica e Reposição de partes ou componentes, Suprimento e Materiais de consumo, necessários ao perfeito funcionamento das máquinas, exceto papel, e manutenção preventiva (mensal) e corretiva, para atender as necessidades processuais e administrativas da Auditoria Militar da 9ª CJM.

Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Federal	60007	AUDITORIA DA 9A. CJM/MS	SISPP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Modalidade	
PRINT & COPY EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA	01.798.250/0001-81	Dispensa	
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
MS/Campo Grande	Rua Terenos	79008040	4800

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
24	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	400000	PÁGINA	R\$ 0,0400	29/05/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
15815405901272025	29/05/2025	2	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviço de outsourcing de impressão na modalidade sem franquias mensal de impressões, paga-se apenas as páginas efetivamente impressas (é determinado um valor fixo por página produzida) mais um valor fixo mensal do fornecimento do equipamento destinados a atender as necessidades do Campus São José dos Campos - IFSP

Esfera	UASG	Nome UASG
Federal	158154	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO

Fornecedor	Ni Fornecedor	Modalidade
DIGITAL INFORMATICA E LOCACOES LTDA	11.901.111/0001-95	Pregão

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
25	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	10000	PÁGINA	R\$ 0,4650	29/05/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
15815405901272025	29/05/2025	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviço de outsourcing de impressão na modalidade sem franquias mensal de impressões, paga-se apenas as páginas efetivamente impressas (é determinado um valor fixo por página produzida) mais um valor fixo mensal do fornecimento do equipamento destinados a atender as necessidades do Campus São José dos Campos - IFSP

Esfera	UASG	Nome UASG
Federal	158154	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO

Fornecedor	Ni Fornecedor	Modalidade
DIGITAL INFORMATICA E LOCACOES LTDA	11.901.111/0001-95	Pregão

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONCALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
26	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	204000	PÁGINA	R\$ 0,0800	20/05/2025	Não

Id da Compra

Comprado em

Nº do Item

Objeto da Compra

15815405902112025

20/05/2025

1

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada em outsourcing de impressões e locação de impressoras com fornecimento de suprimentos e suporte técnico para a solução em atendimento das necessidades do Instituto Federal Campus Salto

Esfera

UASG

Nome UASG

Forma

Federal

158154

INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO

SISPP

Fornecedor

Ni Fornecedor

Modalidade

SOLUNEXT TECNOLOGIA E SOLUCOES INTEGRADAS LTDA

46.312.889/0001-43

Pregão

Índice e Valor

Ata

Edital

Compra

-

-

[Acesse o Edital](#)

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel - Esse item não poderá ter o seu valor alterado sob risco de desclassificação do certame

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
27	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG - Compras.gov.br	1200000	PÁGINA	R\$ 0,0800	14/05/2025	Não

Id da Compra

Comprado em

Nº do Item

Objeto da Compra

15812305910512024

14/05/2025

1

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviço de outsourcing de impressão para atender as necessidades de impressão e digitalização de provas e gabaritos para os processos seletivos do IF Sudeste MG

Esfera

UASG

Nome UASG

Forma

Federal

158123

INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG

SISPP

Fornecedor

Ni Fornecedor

Modalidade

FACILITA SERVICOS GERAIS LTDA.

05.191.550/0002-30

Pregão

Índice e Valor

Ata

Edital

Compra

-

-

[Acesse o Edital](#)

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática - Sem Papel - [Quantidade total do item representa o estimado para 5 anos de vigência contratual]

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
28	I	PNCP - Sistemas Oficiais de Governo	216000		R\$ 0,1700	14/05/2026	Sim

Data da Cotação

14/05/2026

Informações Adicionais

-

Hora da Cotação

14:15

Endereço Eletrônico

<http://pncp.gov.br/app/contratos/10727655000110/2025/312>

Anexos

-

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
29	I	PNCP - Sistemas Oficiais de Governo	40000		R\$ 0,1100	18/05/2026	Sim

Data da Cotação

18/05/2026

Informações Adicionais

-

Hora da Cotação

14:32

Endereço Eletrônico

<https://pncp.gov.br/app/contratos/86051398000100/2026/592>

Anexos

-

Legenda:

- ▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
- i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 3

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
26891 - Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel	PÁGINA	506880
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	● Média	Mediana
R\$ 0,1100	R\$ 0,1500	R\$ 0,1550
Coeficiente de Variação: 18,2667% Desvio Padrão: 0,0274 Maior Preço: R\$ 0,1800		
Método de cálculo adotado: Média		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	12	PÁGINA	R\$ 410,0000	12/04/2026	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16000506000692026	12/04/2026	1	Contratação de nos termos da tabela Outsourcing de impressora - locação de copadoras com manutenção preventiva e corretiva

Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Federal	160005	54 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/AM	SISPP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Modalidade	
G3 COMERCIO E SERVICOS LTDA	11.757.232/0001-05	Dispensa	
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

OUTSOURCING DE IMPRESSÃO - SEM FRANQUIA - PÁGINAS IMPRESSAS CLICK A4 MONOCROMÁTICA SEM PAPEL OUTSOURCING DE IMPRESSÃO - SEM FRANQUIA - PÁGINAS IMPRESSAS CLICK A4 MONOCROMÁTICA SEM PAPEL

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
AM/Humaitá	54 BIS	69800454	12

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	192000	PÁGINA	R\$ 0,1400	11/02/2026	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
76420006000242026	11/02/2026	1	Contratação Direta de empresa especializada para a Continuidade e Manutenção dos Serviços de Outsourcing de Impressão, fim atender as necessidades do Serviço de Veteranos e Pensionistas da Marinha.

Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Federal	764200	SERVICO DE VETERANOS E PENSIONISTAS DA MARINH	SISPP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Modalidade	
GP EMISSAO INSTANTANEA E GESTAO DE DOCUMENTOS LTDA	07.385.089/0001-09	Dispensa	
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
RJ/Rio de Janeiro	Praça Barão Ladário	20091000	192000

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONCALVES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1.doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1 e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	I	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	3190440	PÁGINA	R\$ 0,0200	27/01/2026	Não

Id da Compra

Comprado em

Nº do Item

Objeto da Compra

92545705900012025

27/01/2026

1

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de solução de outsourcing de impressão, incluindo locação de impressoras e fornecimento de insumos, sem dedicação exclusiva de mão de obra e com vigência de 60 (sessenta) meses.

Esfera

UASG

Nome UASG

Forma

Estadual

925457

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

SISPP

Fornecedor

ALMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LIMITADA

Ni Fornecedor

84.968.874/0001-27

Modalidade

Pregão

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing de Impressão - por Cópia A4 Monocromática

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	I	ESP-HOSP. CLIN FAC.MED.MARILIA - HCFAMEMA - Compras.gov.br	4320000	PÁGINA	R\$ 0,0650	20/01/2026	Não

Id da Compra

Comprado em

Nº do Item

Objeto da Compra

9260105901972025

20/01/2026

6

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de impressão corporativa por meio de outsourcing

Esfera

UASG

Nome UASG

Forma

Estadual

92601

ESP-HOSP. CLIN FAC. MED. MARILIA - HC FAMEMA

SISPP

Fornecedor

IMPORTINVEST IMPORTACAO E COMERCIO LTDA

Ni Fornecedor

74.537.747/0001-10

Modalidade

Pregão

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
5	I	ESP-HOSP. CLIN FAC.MED.MARILIA - HCFAMEMA - Compras.gov.br	11280000	PÁGINA	R\$ 0,0760	20/01/2026	Não

Id da Compra
Comprado em
Nº do Item
Objeto da Compra

9260105901972025

20/01/2026

5

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de impressão corporativa por meio de outsourcing

Esfera
UASG
Nome UASG
Forma

Estadual

92601

ESP-HOSP. CLIN FAC. MED. MARILIA - HC FAMEMA

SISPP

Fornecedor
UASG
Ni Fornecedor
Modalidade

IMPORTINVEST IMPORTACAO E COMERCIO LTDA

92601

74.537.747/0001-10

Pregão

Índice e Valor
Ata
Edital
Compra

-

-

[Acesse o Edital](#)
[Acesse a compra](#)
Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
6	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	165	PÁGINA	R\$ 2,1000	19/12/2025	Não

Id da Compra
Comprado em
Nº do Item
Objeto da Compra

38025705900202025

19/12/2025

4

Objeto: Pregão Eletrônico - Serviço de Impressão Corporativa por Meio de Outsourcing para o período de 30 meses.

Esfera
UASG
Nome UASG
Forma

Estadual

380257

ESP-PENITENCIARIA DE CERQUEIRA CESAR

SISPP

Fornecedor
UASG
Ni Fornecedor
Modalidade

GOMAQ MAQUINAS PARA ESCRITORIO LIMITADA

380257

61.457.941/0001-43

Pregão

Índice e Valor
Ata
Edital
Compra

-

-

[Acesse o Edital](#)
[Acesse a compra](#)
Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel

 Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
 Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
7	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	135000	PÁGINA	R\$ 0,0800	17/12/2025	Não

Id da Compra

Comprado em

Nº do Item

Objeto da Compra

16031206000652025

17/12/2025

1

Contratação de serviços de outsourcing de impressão em proveito da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe), abrangendo a locação de equipamentos novos (sem franquia), manutenção preventiva e corretiva integral (incluindo peças), fornecimento de suprimentos (exceto papel) e software de gerenciamento

Esfera

Federal

UASG

160312

Nome UASG

ESCOLA DE ARTILHARIA DE COSTA E ANTIAEREA/RJ

Forma

SISPP

Fornecedor

ELSE SOFTWARES E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA

Ni Fornecedor

23.179.376/0001-00

Modalidade

Dispensa

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

-

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel

Locais de Entrega

UF / Município

RJ/Rio de Janeiro

Logradouro

Avenida General Benedito da Silveira

CEP

21615000

Quantidade

135000

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
8	I	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	676800	PÁGINA	R\$ 0,0500	17/12/2025	Não

Id da Compra

Comprado em

Nº do Item

Objeto da Compra

24010605901422025

17/12/2025

1

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada em serviços de outsourcing de impressão, na modalidade de cobrança por locação de equipamento mais custo unitário por página impressa para as unidades do INPE de São José dos Campos SP e Cachoeira Paulista SP

Esfera

Federal

UASG

240106

Nome UASG

INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT

Forma

SISPP

Fornecedor

SIMPRESS COMERCIO LOCAAO E SERVICOS LTDA

Ni Fornecedor

07.432.517/0001-07

Modalidade

Pregão

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONCALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
9	I	CONSELHO REG. FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUP.-MG - Compras.gov.br	1	PÁGINA	R\$ 0,0700	03/12/2025	Não

Id da Compra

Comprado em

Nº do Item

Objeto da Compra

38910306000422025

03/12/2025

4

Contratação de empresa especializada em locação de impressoras multifuncionais para serviços de impressão monocromática e policromática, impressão de etiquetas térmicas adesivas, reprodução de cópias e digitalização de documentos, incluindo a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos locados, bem como o fornecimento de suprimentos de consumo como toner, revelador, cilindro e fita de transferência térmica TTR – ribbon, para atender as necessidades do CREFITO-4.

Esfera

UASG

Nome UASG

Forma

Federal

389103

CONS.REG.DE FISIO.TERAP.OCUPACIONAL 4ª - MG

SISPP

Fornecedor

UASG

Ni Fornecedor

Modalidade

PAPELARIA E COPIADORA COPYSUL LTDA.

389103

68.533.967/0001-72

Dispensa

Índice e Valor

Ata

Editais

Compra

-

-

-

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel Página Excedente à Franquia de 11.000 (onze mil impressões) para impressora multifuncional A4 monocromática. O valor refere-se às páginas que excederem a franquia mensal de impressão em preto e branco nos 04 equipamentos contratados.

Locais de Entrega

UF / Município

Logradouro

CEP

Quantidade

MG/Belo Horizonte

Rua Antônio de Albuquerque

30112011

1

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
10	I	CONSELHO REG. FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUP.-MG - Compras.gov.br	1	PÁGINA	R\$ 0,0300	03/12/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
38910306000422025	03/12/2025	4	Contratação de empresa especializada em locação de impressoras multifuncionais para serviços de impressão monocromática e policromática, impressão de etiquetas térmicas adesivas, reprodução de cópias e digitalização de documentos, incluindo a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos locados, bem como o fornecimento de suprimentos de consumo como toner, revelador, cilindro e fita de transferência térmica TTR – ribbon, para atender as necessidades do CREFITO-4.

Esfera	UASG	Nome UASG
Federal	389103	CONS.REG.DE FISIO.TERAP.OCUPACIONAL 4ª - MG

Forma
SISPP

Fornecedor	Ni Fornecedor
RP SOLUCOES DIGITAIS LTDA	37.092.714/0001-87

Modalidade
Dispensa

Índice e Valor	Ata	Edital
-	-	-

Compra
Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel Página Excedente à Franquia de 11.000 (onze mil impressões) para impressora multifuncional A4 monocromática. O valor refere-se às páginas que excederem a franquia mensal de impressão em preto e branco nos 04 equipamentos contratados.

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
MG/Belo Horizonte	Rua Antônio de Albuquerque	30112011	1

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
11	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	528600	PÁGINA	R\$ 0,4800	03/12/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
13501705900102025	03/12/2025	2	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de solução de outsourcing de impressão na modalidade sem franquia com fornecimento do equipamento ecobrança apenas por página impressa, para atender a demanda da Embrapa Gado de Corte.

Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Federal	135017	EMBRAPA GADO DE CORTE/CAMPO GRANDE/MS	SISRP

Fornecedor	Ni Fornecedor	Modalidade
W.A. EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA	09.238.496/0001-00	Pregão

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
12	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	200	PÁGINA	R\$ 3,3000	19/11/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
38026305900202025	19/11/2025	3	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de Serviços de Impressão Corporativa, por Meio de Outsourcing

Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Estadual	380263	ESP-PENITENCIARIA DE MAIRINQUE	SISPP

Fornecedor	Ni Fornecedor	Modalidade
IMPORTINVEST IMPORTACAO E COMERCIO LTDA	74.537.747/0001-10	Pregão

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Composição
13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	303998	PÁGINA	R\$ 0,0700	02/09/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16031805900022025	02/09/2025	2	Objeto: Pregão Eletrônico - Registo de Preços para eventual contratação de empresa especializada nos serviços terceirizados de outsourcing de impressão, cópia e digitalização sem dedicação exclusiva de mão-de-obra para atender as necessidades da EsSLog /CMVM e CEADEx

Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Federal	160318	ESCOLA DE SARGENTOS DE LOGISTICA	SISRP

Fornecedor	Ni Fornecedor	Modalidade
W P SISTEMAS REPROGRAFICOS E IMPRESSAO LTDA	03.951.766/0001-40	Pregão

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i14	I	CPI-PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA - Compras.gov.br	42	PÁGINA	R\$ 186,7500	27/08/2025	Não

Id da Compra

Comprado em

Nº do Item

Objeto da Compra

98121906000292025

27/08/2025

1

O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de impressoras e multifuncionais, incluindo manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e suprimentos (exceto papel), para atender à necessidade da Secretaria Municipal de Finanças – SEMF, nas condições estabelecidas no Termo de Referência

Esfera

Municipal

UASG

981219

Nome UASG

CPI-PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

Forma

SISPP

Fornecedor

LOGUS COPIADORAS, DIGITALIZACAO E SISTEMAS LTDA

Ni Fornecedor

14.926.785/0001-32

Modalidade

Dispensa

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

-

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Descrição Detalhada

Outsourcing de impressão - sem franquia - páginas impressas click a4 monocromática sem papel Impressora Laser Monocromática A4 - 20 ppm Velocidade de impressão: 20 páginas por minuto em A4; Tempo de impressão da primeira página: máximo de 7,5 segundos; Alimentação de Papel: Gaveta: Com capacidade para 150 folhas; Formatos de Papel: A4, Ofício e Carta; Saída de Papel: Com capacidade para 80 folhas; Sistema de Impressão: A Laser, LED ou CERA; Resolução de Impressão: 600x600 dpi; Linguagem de Impressão: PCL 6, Post Script 3; Conectividade: USB 2.0, Rede sem fio (802.11 b/g/n); Compatível com os Sistemas Operacionais: Windows, Linux e MAC; Ciclo de Trabalho Máximo Mensal: 8.000 páginas por mês;

Locais de Entrega

UF / Município

PI/Teresina

Logradouro

Praça Marechal Deodoro

CEP

64000160

Quantidade

42

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Composição
i15	I	CPI-PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA - Compras.gov.br	2	PÁGINA	R\$ 374,7200	27/08/2025	Não

Id da Compra

Comprado em

Nº do Item

Objeto da Compra

98121906000292025

27/08/2025

2

O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de impressoras e multifuncionais, incluindo manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e suprimentos (exceto papel), para atender à necessidade da Secretaria Municipal de Finanças – SEMF, nas condições estabelecidas no Termo de Referência

Esfera

Municipal

UASG

981219

Nome UASG

CPI-PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

Forma

SISPP

Fornecedor

LOGUS COPIADORAS, DIGITALIZACAO E SISTEMAS LTDA

Ni Fornecedor

14.926.785/0001-32

Modalidade

Dispensa

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

-

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Descrição Detalhada

Outsourcing de impressão - sem franquia - páginas impressas click a4 monocromática sem papel Multifuncional Laser Monocromática, A4 - 40 ppm
 Funções do Multifuncional: Impressão, cópia e digitalização; FUNÇÕES DE IMPRESSÃO: Velocidade de Impressão: 40 páginas por minuto; Tempo de impressão da primeira página: máximo de 7,5 segundos; Imprime frente e verso: Automático; Resolução de Impressão:1200x1200 dpi; FUNÇÃO CÓPIA: Velocidade de cópia: 40 páginas por minuto; Alimentador Automático de Originais: capacidade de 50 folhas; Mesa de Digitalização: Compatível com os formatos A4 e Carta; Ampliação e Redução com Zoom: 25% a 400%; Resolução de Cópia: 600x600 dpi; FUNÇÃO DIGITALIZAÇÃO: Tipo: Mesa de Digitalização e Alimentador Automático de Originais; Digitalização: Monocromática e Colorida; Resolução de Óptica: 1200x1200 dpi; DEMAIS REQUISITOS DO EQUIPAMENTO: Sistema de Impressão: Laser, LED ou CERA; ALIMENTAÇÃO DE PAPEL: Gaveta: Com capacidade para 250 folhas; Bandeja Multifunção: Com capacidade para 50 folhas; Formatos de Papel: A4, Ofício e Carta; Memória Mínima: 512 MB; Processador Mínimo: 500 MHz; Linguagem de Impressão: PCL 6, Post Script 3 ou similar; Conectividade: USB 2.0 e ETHERNET 10/100/1000 BASE TX; Compatível com os Sistemas Operacionais: Windows, Linux e MAC; Ciclo de Trabalho Máximo Mensal: 50.000 páginas por mês

Locais de Entrega

UF / Município

PI/Teresina

Logradouro

Praça Marechal Deodoro

CEP

64000160

Quantidade

2

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
 Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
16	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	615000	PÁGINA	R\$ 0,0400	13/08/2025	Não

Id da Compra

Comprado em

Nº do Item

Objeto da Compra

38022005900032025

13/08/2025

1

Objeto: Pregão Eletrônico - Serviço de impressão corporativa por meio de outsourcing, na modalidade de locação de equipamentos com disponibilização de software de gerenciamento, inventário, contabilização e devida manutenção e fornecimento de suprimentos.

Esfera

Estadual

UASG

380220

Nome UASG

ESP-CDP.ASP NILTON CELESTINO-ITAP.SERRA

Forma

SISPP

Fornecedor

MJ TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA

Ni Fornecedor

16.897.295/0001-80

Modalidade

Pregão

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
17	I	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	420000	PÁGINA	R\$ 0,0300	22/07/2025	Não

Id da Compra

Comprado em

Nº do Item

Objeto da Compra

16800405900482025

22/07/2025

6

Objeto: Pregão Eletrônico - Serviço de outsourcing de impressão por meio de locação de equipamentos de impressão, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.

Esfera

Federal

UASG

168004

Nome UASG

INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL/FPV/

Forma

SISRP

Fornecedor

UNICOPIA LTDA

Ni Fornecedor

04.315.058/0001-85

Modalidade

Pregão

Índice e Valor

-

Ata

[Acesse a Ata](#)

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
18	I	SENADO FEDERAL - Compras.gov.br	48000	PÁGINA	R\$ 43,0000	22/07/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
2000105900522025	22/07/2025	3	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para a prestação de serviços de outsourcing de impressão - Parque gráfico digital, para a Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal SEGRAF, de acordo com os termos e especificações do edital e seus anexos.

Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Federal	20001	SENADO FEDERAL	SISPP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Modalidade	
REPROCOPIA COM REPRESENTACAO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA	86.524.352/0001-61	Pregão	
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Impressão PB, em páginas A4, sob demanda estimativa mensal. Quantidade estimada em milheiro para todo o contrato (equivalente à 1.000.000 páginas mensais, 12.000.000 anuais ou 48.000.000 por 48 meses).

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
19	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	60	PÁGINA	R\$ 69,6000	02/07/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92953605900032025	02/07/2025	11	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviço de outsourcing total de impressão e digitalização, abrangendo o fornecimento, instalação, configuração, manutenção (preventiva e corretiva) e gestão de equipamentos e softwares, incluindo: Prestação de serviços contínuos de natureza técnica e operacional, com fornecimento de bens (equipamentos, peças de reposição e suprimentos) em regime de locação e gestão integrada

Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Estadual	929536	CAMARA MUNICIPAL DE BAURU	SISPP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Modalidade	
LPZIGLIO COMERCIO E SERVICOS LTDA	04.023.725/0001-56	Pregão	
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Impressão nas Multifuncionais do tipo Laser Monocromática de Alto Rendimento- Demais especificações conforme Anexo I do Edital.

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONCALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1.doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
20	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras. gov.br	720000	PÁGINA	R\$ 0,0696	02/07/2025	Não

Id da Compra

Comprado em

Nº do Item

Objeto da Compra

92953605900032025

02/07/2025

5

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviço de outsourcing total de impressão e digitalização, abrangendo o fornecimento, instalação, configuração, manutenção (preventiva e corretiva) e gestão de equipamentos e softwares, incluindo: Prestação de serviços contínuos de natureza técnica e operacional, com fornecimento de bens (equipamentos, peças de reposição e suprimentos) em regime de locação e gestão integrada

Esfera

Estadual

UASG

929536

Nome UASG

CAMARA MUNICIPAL DE BAURU

Forma

SISPP

Fornecedor

LPZIGLIO COMERCIO E SERVICOS LTDA

Ni Fornecedor

04.023.725/0001-56

Modalidade

Pregão

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Impressão nas Multifuncionais do tipo Laser Monocromática - Demais especificações conforme Anexo I do Edital.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
21	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras. gov.br	240000	PÁGINA	R\$ 0,0696	02/07/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92953605900032025	02/07/2025	2	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviço de outsourcing total de impressão e digitalização, abrangendo o fornecimento, instalação, configuração, manutenção (preventiva e corretiva) e gestão de equipamentos e softwares, incluindo: Prestação de serviços contínuos de natureza técnica e operacional, com fornecimento de bens (equipamentos, peças de reposição e suprimentos) em regime de locação e gestão integrada

Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Estadual	929536	CAMARA MUNICIPAL DE BAURU	SISPP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Modalidade	Compra
LPZIGLIO COMERCIO E SERVICOS LTDA	04.023.725/0001-56	Pregão	Acesse a compra
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Impressão Monocromática nas Multifuncionais Tanque de Tinta Colorida - Demais especificações conforme Anexo I do Edital.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
22	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	36000	PÁGINA	R\$ 0,0300	29/06/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16037106000852025	29/06/2025	2	Contratação de serviços de outsourcing de impressão

Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Federal	160371	29 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA	SISPP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Modalidade	Compra
DISKTONER COPIADORAS E IMPRESSORAS LTDA	04.731.983/0001-97	Dispensa	Acesse a compra
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
RS/Cruz Alta	Avenida Padre Francisco Pacheco	98025124	36000

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i23	I	AUDITORIA DA 9A. CJM/MS - Compras. gov.br	4800	PÁGINA	R\$ 0,1800	29/05/2025	Sim

Id da Compra

Comprado em

Nº do Item

Objeto da Compra

6000706000062025

29/05/2025

3

Contratação de serviços continuados de fornecimento de Impressoras, em regime de Comodato, com Assistência técnica e Reposição de partes ou componentes, Suprimento e Materiais de consumo, necessários ao perfeito funcionamento das máquinas, exceto papel, e manutenção preventiva (mensal) e corretiva, para atender as necessidades processuais e administrativas da Auditoria Militar da 9ª CJM.

Esfera

Federal

UASG

60007

Nome UASG

AUDITORIA DA 9A. CJM/MS

Forma

SISPP

Fornecedor

PRINT & COPY EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA

Ni Fornecedor

01.798.250/0001-81

Modalidade

Dispensa

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

-

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel

Locais de Entrega

UF / Município

MS/Campo Grande

Logradouro

Rua Terenos

CEP

79008040

Quantidade

4800



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
24	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	400000	PÁGINA	R\$ 0,0400	29/05/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
15815405901272025	29/05/2025	2	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviço de outsourcing de impressão na modalidade sem franquias mensal de impressões, paga-se apenas as páginas efetivamente impressas (é determinado um valor fixo por página produzida) mais um valor fixo mensal do fornecimento do equipamento destinados a atender as necessidades do Campus São José dos Campos - IFSP

Esfera	UASG	Nome UASG
Federal	158154	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO

Fornecedor	Ni Fornecedor	Modalidade
DIGITAL INFORMATICA E LOCACOES LTDA	11.901.111/0001-95	Pregão

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
25	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	10000	PÁGINA	R\$ 0,4650	29/05/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
15815405901272025	29/05/2025	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviço de outsourcing de impressão na modalidade sem franquias mensal de impressões, paga-se apenas as páginas efetivamente impressas (é determinado um valor fixo por página produzida) mais um valor fixo mensal do fornecimento do equipamento destinados a atender as necessidades do Campus São José dos Campos - IFSP

Esfera	UASG	Nome UASG
Federal	158154	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO

Fornecedor	Ni Fornecedor	Modalidade
DIGITAL INFORMATICA E LOCACOES LTDA	11.901.111/0001-95	Pregão

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONCALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
26	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	204000	PÁGINA	R\$ 0,0800	20/05/2025	Não

Id da Compra

Comprado em

Nº do Item

Objeto da Compra

15815405902112025

20/05/2025

1

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada em outsourcing de impressãoe locação de impressoras com fornecimento de suprimentos e suporte técnico para a solução em atendimento das necessidades do Instituto Federal Campus Salto

Esfera

UASG

Nome UASG

Forma

Federal

158154

INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO

SISPP

Fornecedor

Ni Fornecedor

Modalidade

SOLUNEXT TECNOLOGIA E SOLUCOES INTEGRADAS LTDA

46.312.889/0001-43

Pregão

Índice e Valor

Ata

Edital

Compra

-

-

[Acesse o Edital](#)

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática Sem Papel - Esse item não poderá ter o seu valor alterado sob risco de desclassificação do certame

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
27	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG - Compras.gov.br	1200000	PÁGINA	R\$ 0,0800	14/05/2025	Não

Id da Compra

Comprado em

Nº do Item

Objeto da Compra

15812305910512024

14/05/2025

1

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviço de outsourcing de impressão para atender as necessidades de impressão e digitalização de provas e gabaritos para os processos seletivosdo IF Sudeste MG

Esfera

UASG

Nome UASG

Forma

Federal

158123

INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG

SISPP

Fornecedor

Ni Fornecedor

Modalidade

FACILITA SERVICOS GERAIS LTDA.

05.191.550/0002-30

Pregão

Índice e Valor

Ata

Edital

Compra

-

-

[Acesse o Edital](#)

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Outsourcing De Impressão - Sem Franquia - Páginas Impressas Click A4 Monocromática - Sem Papel - [Quantidade total do item representa o estimado para 5 anos de vigência contratual]

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
28	I	PNCP - Sistemas Oficiais de Governo	216000		R\$ 0,1700	14/05/2026	Sim

Data da Cotação

14/05/2026

Informações Adicionais

-

Hora da Cotação

14:17

Endereço Eletrônico

<http://pncp.gov.br/app/contratos/10727655000110/2025/312>

Anexos

-

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
29	I	PNCP - Sistemas Oficiais de Governo	40000		R\$ 0,1100	18/05/2026	Sim

Data da Cotação

18/05/2026

Informações Adicionais

-

Hora da Cotação

14:30

Endereço Eletrônico

<https://pncp.gov.br/app/contratos/86051398000100/2026/592>

Anexos

-

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

ⓘ Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Nota Técnica

Consolidação das Pesquisas de Preços

Objeto:

Contratação de empresa para a prestação serviços continuados de outsourcing de impressão, com o fornecimento em regime de comodato de máquina copiadora/digitalizadora/impressora (multifuncional/laser I), incluindo a prestação de serviços de assistência técnica/manutenção.

Demandas a que se aplicam:

Unidade Assistencial do CISAMAPI, em Ponte Nova e Polo em Rio Casca.

Série de preços coletados:

A série de preços coletados consta em anexo a essa nota técnica de análise crítica dos preços.

Método aplicado para a definição do valor estimado:

Média de acordo com a pesquisa no Comprasgov e PNCP

Caracterização das fontes consultadas:

Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros dos incisos I, do Decreto 05/2022.

Foram priorizadas as consultas ao ComprasGov, conforme art. 6º do Decreto nº 05/2022.

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1

O preço estimado para a contratação considerou o mínimo de três cotações, conforme art. 10 do Decreto nº 05/2022.

Justificativa para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados:

Alguns valores foram desconsiderados por estarem muito abaixo ou muito acima do valor de mercado encontrado, ou pela diferença da quantidade da contratação do objeto em relação ao quantitativo da programação do processo, ou por terem um objeto diferente da intenção deste processo.

Vale ressaltar que houve valores desconsiderados no orçamento, tendo em vista que o valor ficou abaixo da média praticado no mercado.

Memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte:

Considera-se o valor unitário do produto para efeito da cotação.

Listagem dos fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas:

Não se aplica.

Caso não tenha sido identificado nenhum preço no Painel de Preços ou contratações similares de outros entes públicos, justifica-se:

Não se aplica.

Itens em que não foi possível a pesquisa de ao menos 03 (três) preços, justifica-se:

Não se aplica.

Memória de cálculo e conclusão:

O preço estimado da contratação é de **R\$167.904,00** (cento e sessenta e sete mil e novecentos e quatro reais) conforme memória de cálculo constante no relatório.

Após a realização da pesquisa de preços em conformidade com o Decreto nº 05/2022, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado.

Identificação do Agente Responsável pela pesquisa de preços:

Déniz Aparecida de Almeida Gonçalves

18/05/2026

Déniz Aparecida de Almeida Gonçalves

compras@cisamapi.mg.gov.br / (31) 3819/8820

CISAMAPI - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	QUANT. DE EQUIP.	QUANT. PÁGINA MENSAL	VALOR UNIT. PÁGINA	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL PARA 12 MESES
01	26930	Outsourcing de impressão - sem franquia – faturamento por páginas impressas, impressão policromática, sem papel, impressora indicada para impressão de exames médicos	03	4.200	R\$1,18	R\$ 4.956,00	R\$ 59.472,00
02	26891	Outsourcing de impressão - sem franquia - faturamento por páginas impressas – impressão monocromática sem papel, para impressão em geral dos setores administrativos	07	18.000	R\$0,15	R\$ 2.700,00	R\$ 32.400,00
03	26891	Outsourcing de impressão - sem franquia-faturamento por páginas impressas, impressão monocromática em geral para os consultórios médicos.	04	42.240	R\$0,15	R\$ 6.336,00	R\$ 76.032,00
Valor total estimado (12 meses)							R\$167.904,00

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$



CONTRATO Nº 120/2026

O **MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 86.051.398/0001-00, com sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, neste ato representado pela Secretária de Administração, Sra. DÉBORA ELAINE BELLO, brasileira, residente e domiciliada neste município, portadora do CPF nº 059.628.569-88, pelo Secretário de Educação, Sr. JOSIAS TERRES, brasileiro, residente e domiciliado neste município, portador do CPF nº 671.046.229-34, pela Secretária de Assistência Social, Sra. MARINA APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, residente e domiciliada neste município, portadora do CPF nº 005.129.429-00, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro, a Empresa **PRINTER DO BRASIL TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.916.444/0001-22, com sede na Rua Desembargador Arthur Leme, nº 327, Bairro Bacacheri, no Município de Curitiba – PR, neste ato representado pelo Sr. APARECIDO PORFIRIO DOS SANTOS, portador do CPF nº 808.426.909-72, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar este contrato, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO LEGAL

1.1 O presente Contrato decorre do Edital de Pregão Eletrônico nº 45/2026 de 19 de março de 2026, efetuada pelo **CONTRATANTE** em sua sede, na forma estabelecida na Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal Nº 4702/2022, regulamentos municipais e regulamentos federais que não conflitem com as normas municipais, sendo a abertura em 13 de abril de 2026, homologado em 22 de abril de 2026 e adjudicado em 24 de abril de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de *outsourcing* de impressões, fotocópias e digitalizações, monocromáticas e coloridas, compreendendo o fornecimento, instalação e disponibilização de equipamentos (impressoras, multifuncionais, scanners de produção, plotters, impressoras térmicas e servidor de impressão), bem como o fornecimento integral de papel e demais suprimentos necessários, serviços de manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças e equipamentos, sistema de gerenciamento, relatórios e atendimento técnico especializado, destinados a suprir as demandas das Secretarias e Unidades da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul – SC, conforme termo de referência anexo ao Edital de Pregão Eletrônico nº 45/2026, documentos esses que ficam fazendo parte integrante do presente Contrato, como se aqui estivessem, integrais e expressamente transcritos.

2.2 Descrição Detalhada dos Serviços

Item	Especificação	Unidade	Qtde	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	Impressão/Fotocópia A4 e/ou Ofício 2 - Preto e Branco - Papel Sulfite 75g/m ² - PARA SEMED	UNIDADE	40.000	R\$ 0,11	R\$ 4.400,00
2	Impressão/Fotocópia A4 e/ou Ofício 2 - Colorida - Papel Sulfite 75g/M ² - PARA SEMED	UNIDADE	30.000	R\$ 0,35	R\$ 10.500,00
3	Plotagem - Papel Sulfite (Rolo) - Metro Linear 914mm - 75g/m ² - PARA SEMED	METRO	1.200	R\$ 10,96	R\$ 13.152,00
SUBTOTAL					R\$ 28.052,00
4	Impressão/Fotocópia A4 e/ou Ofício 2 - Preto e Branco - Papel Sulfite 75g/m ² - PARA SEMAS	UNIDADE	60.000	R\$ 0,11	R\$ 6.600,00

Assinatura por: DENISE APARECIDA DE ALMEIDA GONCALVES
CPF: 06105880610-44
Este documento foi gerado automaticamente pelo sistema de assinatura digital.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://c.ipm.com.br/p8ff58db9658bb





5	Impressão/Fotocópia A4 e/ou Ofício 2 - Colorida - Papel Sulfite 75g/m ² - PARA SEMAS	UNIDADE	1.800	R\$ 0,35	R\$ 630,00
SUBTOTAL					R\$ 7.230,00
6	Impressão/Fotocópia A3 - Preto e Branco - Papel Sulfite 75g/m ² - PARA PREFEITURA	UNIDADE	1.200	R\$ 0,50	R\$ 600,00
7	Impressão/Fotocópia A4 e/ou Ofício 2 - Colorida - Papel Sulfite 75g/m ² - PARA PREFEITURA	UNIDADE	50.000	R\$ 0,35	R\$ 17.500,00
8	Impressão/Fotocópia A3 - Colorida - Papel Sulfite 75g/m ² - PARA PREFEITURA	UNIDADE	1.800	R\$ 0,60	R\$ 1.080,00
9	Plotagem - Papel Sulfite (Rolo) - Metro Linear 914mm - 75g/m ² - PARA PREFEITURA	METRO	1.800	R\$ 10,96	R\$ 19.728,00
10	Impressão Térmica - Papel 58mm - PARA PREFEITURA	METRO LINEAR	500	R\$ 6,90	R\$ 3.450,00
11	Digitalização (Scanner de Produção) - PARA PREFEITURA	UNIDADE	50.000	R\$ 0,01	R\$ 500,00
12	Impressão/Fotocópia A4 e/ou Ofício 2 - Preto E Branco - Papel Sulfite 75g/M ² - PARA PREFEITURA	UNIDADE	810.104	R\$ 0,11	R\$ 89.111,44
SUBTOTAL					R\$ 131.969,44
VALOR TOTAL					R\$ 167.251,44

2.3 Os serviços a serem executados compreendem a prestação de outsourcing de impressões, fotocópias, digitalizações e plotagens, incluindo fornecimento de papel e demais suprimentos, com estimativas anuais de consumo, sem compromisso mínimo de utilização, nos equipamentos disponibilizados pela contratada, contemplando custos unitários por impressão/cópia/digitalização/metro de plotagem.

2.4 As quantidades acima apresentadas correspondem ao consumo estimado para 12 (doze) meses. O pagamento será realizado exclusivamente sobre o consumo efetivamente registrado, sem quantidade mínima obrigatória. Não será aceito a cobrança de taxa de aluguel de equipamento.

2.5 Quantitativo estimado de equipamentos

2.5.1 Os equipamentos a serem disponibilizados pela CONTRATADA serão distribuídos conforme necessidade da Administração Municipal, podendo haver acréscimos ou reduções na quantidade estimada, sem gerar custos adicionais além daqueles decorrentes do consumo efetivamente registrado para fins de faturamento. A quantidade estimada não configura compromisso de fornecimento. Para fins de faturamento serão considerados apenas as impressões/cópias e não o equipamento em si.

Tipo de equipamento	Categoria	Quantidade Estimada Total Prefeitura/FMS/EHMAB
Impressora monocromática Pequena A4	A4	145
Impressora monocromática Média A4	A4	4
Multifuncional monocromática Pequena A4	A4	95
Multifuncional monocromática Média A4	A4	20
Multifuncional Color A3	A3	5
Multifuncional Color A4	A4	24
Impressora Plotter A0	A0	1

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONCALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://www.saobentodosul.sc.gov.br/portal/verificacao/061058PC-040A12020609-0300093-D9CE-061058PC-4A1
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESE: https://c.ipm.com.br/p8ff58db9658bb





Multifuncional Plotter A0	A0	3
Scanner de produção	A4	4
Impressora térmica 58mm	Bobina 58mm	4
Servidor de Impressões	PC	1

2.6 Especificações técnicas detalhadas

2.6.1 Considerando as características operacionais do ambiente corporativo da Administração Pública, admite-se a utilização de equipamentos com tecnologia laser ou jato de tinta corporativo de alta capacidade (tanque de tinta), desde que atendam aos requisitos mínimos de desempenho, produtividade, durabilidade e custo operacional compatíveis com o modelo de outsourcing contratado. A Contratada deverá garantir que a tecnologia empregada não comprometa a qualidade, a confiabilidade, a disponibilidade dos equipamentos e o custo por página contratado.

Impressora monocromática Pequena A4
<ul style="list-style-type: none">• Modelo de Referência: HP LaserJet M211dw ou equivalente de igual ou superior desempenho• Velocidade de impressão A4: Mínimo de 28 ppm;• Papel A4;• Recurso de Impressão: Duplex automático (frente e verso) integrado;• Tecnologia de impressão: Laser ou jato de tinta;• Conectividade: Interface USB 2.0 e Rede Ethernet 10/100 (RJ45);• Volume mensal de páginas: mínimo de 1500 páginas.

Impressora monocromática Média A4
<ul style="list-style-type: none">• Modelo compatível para referência: HP LaserJet Pro 4003dw ou equivalente de igual ou superior desempenho;• Conectividade padrão mínima:<ul style="list-style-type: none">◦ USB 2.0 de alta velocidade;◦ Rede Ethernet 10/100/1000 RJ45;◦ Wi-Fi Dual Band (Sem fio);◦ Velocidade de impressão: mínima de 40 ppm (A4);◦ Tecnologia: Laser ou jato de tinta;◦ Protocolos de Rede: TCP/IP (IPv4, IPv6), IPP;• Volume mensal de páginas: 750 a 4000 páginas.

Multifuncional monocromática Pequena A4
<ul style="list-style-type: none">• Modelo compatível para referência: HP LaserJet MFP M236dw ou equivalente de igual ou superior desempenho;• Funções:<ul style="list-style-type: none">◦ Imprimir;◦ Copiar;◦ Digitalizar;• Conectividade padrão mínima:<ul style="list-style-type: none">◦ USB 2.0 de alta velocidade;◦ Rede Ethernet 10/100 RJ45;◦ Protocolos de Rede: TCP/IP (IPv4, IPv6), IPP e SNMP;





- Impressora:
 - Papel A4;
 - Preto e Branco Laser;
 - Velocidade de Impressão A4: mínimo de 28 ppm;
 - Recurso de Impressão: Impressão automática frente e verso (Duplex) integrada ao hardware;
 - Volume mensal de páginas: no mínimo 2000 páginas.
- Cópias e digitalizações:
 - Base plana (vidro) e alimentador automático de documentos (ADF);
 - Digitalizações com softwares de terceiros.;
 - Modos de Digitalização: Cores, Preto e Branco, Escala de Cinzas.

Multifuncional monocromática Média A4

- Modelo compatível para referência: HP LaserJet Pro MFP 4103fdw ou equivalente de igual ou superior desempenho;
- Conectividade padrão mínima:
 - USB 2.0 de alta velocidade;
 - Rede Ethernet 10/100/1000 RJ45;
 - Wi-Fi Dual Band e Wi-Fi Direct;
 - Protocolos de Rede: TCP/IP (IPv4, IPv6), IPP;
- Impressora:
 - Papel A4 / Ofício;
 - Tecnologia: Laser Monocromática ou jato de tinta;
 - Velocidade de impressão: Mínimo de 40 ppm (A4);
 - Alimentação de papel por duas ou mais bandejas distintas;
 - Duplex A4 Automático;
 - Volume mensal de páginas: mínimo de 5800 páginas.
- Cópias e digitalizações:
 - Base plana (Vidro) e Alimentador Automático de Documentos (ADF);
 - Digitalizações em frente em verso automático A4;
 - Digitalizações com softwares de terceiros;
 - Velocidade mínima em preto e branco: mínimo de 28 ppm;
 - Modos de Digitalização: Cores, Preto e Branco, Escala de Cinzas.

Multifuncional Color A3

- Modelo compatível para referência: Epson Ecotank L15150 ou equivalente de igual ou superior desempenho;
- Emitir relatório diferenciado entre contagem de impressões coloridas e preto e branco;
- Funções:
 - Imprimir;
 - Copiar;
 - Digitalizar;
- Conectividade padrão mínima:
 - Rede Ethernet 10/100 RJ45;



- Protocolos de Rede: TCP/IP (IPv4, IPv6), IPP;
- Impressora:
 - Jato de tinta ou laser;
 - Papel A3;
 - Impressão frente e verso (Duplex) automática até o formato A3;
 - Tinta:
 - Garrafa de tinta ou toner cor preta;
 - Garrafa de tinta ou toner cor ciano;
 - Garrafa de tinta ou toner cor magenta;
 - Garrafa de tinta ou toner cor amarela;
- Cópias e digitalizações:
 - Digitalizações A3;
 - Alimentador Automático de Documentos (ADF) com suporte a frente e verso automático (Duplex);
 - Digitalizações com softwares de terceiros;
 - Modos de Digitalização: Cores, Preto e Branco, Escala de Cinzas.

Multifuncional Color A4

- Modelo compatível para referência: Epson EcoTank L6270 ou equivalente de igual ou superior desempenho;
- Emitir relatório diferenciado entre contagem de impressões coloridas e preto e branco;
- Funções:
 - Imprimir;
 - Copiar;
 - Digitalizar;
- Conectividade padrão mínima:
 - Rede Ethernet 10/100 RJ45;
 - Protocolos de Rede: TCP/IP (IPv4, IPv6), IPP;
- Impressora:
 - Jato de tinta ou laser;
 - Papel A4;
 - Tinta ou toner:
 - Garrafa de tinta ou toner cor preta;
 - Garrafa de tinta ou toner cor ciano;
 - Garrafa de tinta ou toner cor magenta;
 - Garrafa de tinta ou toner cor amarela;
- Cópias e digitalizações:
 - Digitalizações A4;
 - Base plana e Alimentador Automático (ADF);
 - Digitalizações com softwares de terceiros;
 - Modos de Digitalização: Cores, Preto e Branco, Escala de Cinzas.

Impressora Plotter A0

- Impressão de grandes formatos;



- Tecnologia de impressão de Jato de tinta térmico ou piezoelétrico
- Resolução: Mínima de 2400 x 1200 dpi;
- Memória: Mínima de 1 GB;
- Alimentação de papel em rolo com cortador automático;
- Conectividade: Rede Ethernet Gigabit (Cabo);
- Tamanho do modelo: 914mm (36 Polegadas).
- Pedestal/Suporte com cesto de coleta

Multifuncional Plotter A0

- Funcionalidade: Impressão, cópia e digitalização (MFP);
- Scanner: Integrado ou acoplado, com largura de digitalização de 36 polegadas e resolução óptica mínima de 600 dpi;
- Tecnologia de impressão de Jato de tinta térmico ou piezoelétrico
- Resolução de Impressão: Mínima de 2400 x 1200 dpi;
- Alimentação de papel em rolo com cortador automático;
- Memória: Mínima de 1 GB;
- Conectividade: Rede Ethernet Gigabit (Cabo);
- Tamanho do modelo: 914mm (36 Polegadas);
- Acessórios: Pedestal/Suporte com cesto de coleta.

Scanner de produção

- Modelo compatível para referência: EPSON WorkForce ES-400 II ou equivalente de igual ou superior desempenho;
- Funcionalidade: Scanner de documentos coloridos com alimentador de folhas, duplex (frente e verso automático de passagem única);
- Produtividade 35 ppm ou superior;
- Resolução óptica: mínima de 600 dpi;
- Conectividade padrão mínima:
 - USB 3.0 de alta velocidade;
- Ciclo de trabalho diário: mínimo de 4 mil páginas;
- Drivers: TWAIN e ISIS inclusos.

Servidor de Impressões

- A CONTRATADA deverá disponibilizar solução de servidor de impressão dedicada, podendo ser implementada por meio de equipamento físico ou máquina virtual, desde que assegurado o pleno atendimento às funcionalidades exigidas. Quando implementada em ambiente virtual da CONTRATANTE, caberá à CONTRATADA a instalação, configuração, atualização e suporte da solução, permanecendo sob responsabilidade da CONTRATANTE apenas a disponibilização da infraestrutura de virtualização.
- **Requisitos mínimos:**
- Processador mínimo equivalente a 4 núcleos;
- Memória RAM mínima de 8 GB;
- Armazenamento mínimo de 240 GB SSD;
- Interface de rede Gigabit Ethernet;
- Integração com Active Directory Windows e domínios Samba Linux;





- Disponibilização de drivers e filas de impressão em rede;
- Controle de permissões por usuários e grupos;
- Compartilhamento de pasta para digitalizações;
- Backup de configurações;
- Acesso administrativo ao Departamento de Tecnologia da Informação.
- A solução deverá operar em ambiente de alta disponibilidade compatível com a infraestrutura da CONTRATANTE.

Observação quanto aos modelos de referência: Os modelos indicados no Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Eletrônico nº 45/2026 têm caráter meramente referencial, com a finalidade exclusiva de estabelecer parâmetros mínimos de desempenho, qualidade e funcionalidades, sendo permitida a oferta de equipamentos equivalentes ou superiores, desde que comprovado o atendimento integral às especificações técnicas exigidas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS

3.1 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 3.1.1** O Estudo Técnico Preliminar;
- 3.1.2** O Termo de Referência;
- 3.1.3** O Edital de Pregão Eletrônico nº 45/2026;
- 3.1.4** A Proposta da CONTRATADA;
- 3.1.5** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

3.2 A formalização de contrato presume que a **CONTRATADA:**

- 3.2.1** Examinou criteriosamente e detalhadamente todos os elementos técnicos instrutores, que os comparou entre si e obteve do **CONTRATANTE** as informações necessárias à sua execução.
- 3.2.2** Atestou que conhece o local e as condições de realização dos serviços, ficando ciente de todos os detalhes e condições dos serviços.

3.3 Serão incorporados ao presente contrato, mediante TERMOS DE APOSTILAMENTO E ADITIVOS, modificações que sejam necessárias, alterações nos projetos, especificações, prazos, atualização de preços ou normas gerais de serviços do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA QUARTA – MODO E CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 A execução do objeto obedecerá:

4.1.1 Prazo de execução: a contratação terá prazo de execução de 12 (doze) meses, prorrogável por iguais períodos até o limite legal, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme interesse da Administração.

4.1.2 Início da execução: a Contratada deverá efetuar a distribuição e instalação dos equipamentos e, ativação e disponibilidade de atendimento em **até 30 (trinta) dias** corridos após a assinatura do contrato.

4.1.3 Cronograma - Horários e locais da execução dos serviços: Os serviços serão executados nas dependências das Secretarias, autarquias e demais unidades administrativas do Município, respeitando o horário de funcionamento de cada local.

4.1.4 Condições gerais de disponibilização dos equipamentos:

4.1.4.1 Os equipamentos fornecidos pela CONTRATADA serão alocados nas Secretarias, autarquias e demais unidades administrativas da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, podendo haver alterações de local de instalação conforme necessidade administrativa, não gerando custos adicionais além daqueles decorrentes do consumo efetivamente registrado para fins de faturamento.

4.1.4.2 Os equipamentos instalados no Prédio Central deverão estar conectados à rede de

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONCALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://epp.com.br/verificacao/P99CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/p8ff58db9658bb>





computadores, por meio de cabo de rede padrão RJ45 (Ethernet), ou, no caso do modelo "Scanner de Produção", por conexão USB, conforme especificação do equipamento.

4.1.4.3 A contratada deverá assegurar o pleno funcionamento dos dispositivos em ambiente de rede, incluindo sua integração ao servidor de impressão disponibilizado no contrato pela contratada, não gerando custos adicionais além daqueles decorrentes do consumo efetivamente registrado para fins de faturamento.

4.1.4.4 A quantidade estimada de equipamentos a serem fornecidos poderá aumentar ou diminuir de acordo com as necessidades da Administração, não gerando custos adicionais além daqueles decorrentes do consumo efetivamente registrado para fins de faturamento, observando-se o consumo real registrado nas leituras mensais.

4.1.4.5 Os equipamentos disponibilizados pela CONTRATADA deverão ser novos ou seminovos, em perfeito estado de funcionamento, observando requisitos mínimos de desempenho e confiabilidade compatíveis com o ambiente corporativo da Administração Pública.

4.1.4.6 Para fins desta contratação, consideram-se seminovos os equipamentos que atendam simultaneamente aos seguintes critérios:

4.1.4.6.1 tempo máximo de fabricação ou uso não superior a 36 (trinta e seis) meses;

4.1.4.6.2 contador de uso inferior a 30% (trinta por cento) da vida útil estimada pelo fabricante ou, na ausência dessa informação, contador máximo equivalente a 30% (trinta por cento) da capacidade nominal do equipamento;

4.1.4.6.3 revisão técnica completa realizada pelo fabricante, assistência técnica autorizada ou própria licitante;

4.1.4.6.4 ausência de danos estruturais ou comprometimento funcional;

4.1.4.6.5 garantia integral de funcionamento durante toda a vigência contratual.

4.1.4.7 Equipamentos recondicionados de uso doméstico ou não corporativo não serão aceitos.

4.1.4.8 Independentemente da condição de novo ou seminovo, a CONTRATADA deverá assegurar a substituição imediata do equipamento em caso de falha irreparável ou reincidente, conforme prazos estabelecidos no Acordo de Nível de Serviço (ANS).

4.1.5 Descrição dos procedimentos; das rotinas; dos métodos para a boa execução dos serviços:

A execução do objeto compreenderá:

4.1.5.1 A entrega e instalação dos equipamentos ocorrerá no início da execução contratual, bem como eventuais acréscimos solicitados, enquanto o fornecimento de materiais e suprimentos será realizado conforme a demanda de cada Secretaria.

4.1.5.2 A Contratada deverá disponibilizar ferramenta própria na WEB que permita a abertura das ordens de serviços de qualquer natureza, permitindo o acompanhamento detalhado dos incidentes e requisições em aberto ou finalizadas, como também, todo o status até a conclusão das mesmas.

4.1.5.3 A Contratada deverá efetuar a instalação, configuração, solução de erros e problemas pertinentes aos equipamentos fornecidos, em sistemas operacionais e softwares. Deverá ofertar equipamentos compatíveis com sistemas operacionais Windows e Linux, bem como com os softwares e hardwares do parque Municipal.

4.1.5.4 Durante a vigência do contrato, o prazo máximo para atendimento do incidente técnico será de 8 (oito) horas a contar do envio da solicitação de serviço, que poderá ser via WEB, e-mail ou telefone. O técnico terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para corrigir o problema que motivou o chamado. O equipamento deverá ser substituído, em no máximo em 1 (um) dia útil, contado do final do prazo de 24 (vinte e quatro) horas para solução dos problemas.

4.1.5.5 Os equipamentos deverão ser dimensionados e distribuídos pelo Departamento de Tecnologia da Informação da Prefeitura de acordo com a necessidade.

4.1.5.6 A Contratada deverá ministrar capacitação aos usuários da CONTRATANTE, nas instalações da CONTRATANTE e suas unidades descentralizadas para a utilização e manuseio dos equipamentos e softwares utilizados durante a operação diária de impressoras, multifuncionais e

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONCALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://c.ipm.com.br/p8ff58db9658bb>





scanners.

4.1.5.7 Para fins de comprovação de produtividade de outsourcing de impressão, a contratada deverá fornecer, mensalmente, relatório impresso, do uso de cada equipamento, emitido a partir do próprio equipamento ou por software da mesma fabricante do equipamento, contendo no mínimo numeração de contator interno, por tipo de objeto contratado, e chave que permita identificação do equipamento.

4.1.6 Acordo de Nível de Serviço (ANS)

O descumprimento dos prazos estabelecidos para atendimento, solução ou substituição de equipamentos poderá ensejar aplicação de penalidades administrativas, conforme previsto no contrato, observando-se os seguintes indicadores mínimos:

4.1.6.1 atendimento técnico inicial: até 8 (oito) horas úteis;

4.1.6.2 solução definitiva: até 24 (vinte e quatro) horas úteis;

4.1.6.3 substituição de equipamento: até 1 (um) dia útil após prazo de solução;

4.1.6.4 disponibilidade mensal mínima de 98% (noventa e oito por cento).

Poderão ser aplicadas penalidades proporcionais ao impacto causado, incluindo descontos sobre a fatura mensal, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

4.1.7 Fornecimento de materiais

A contratada deverá fornecer todo o papel necessário (A4, A3, e rolos de plotter), bem como toners, tintas, cilindros, fusores, peças e correlatos para o pleno funcionamento

4.2 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelo fiscal, mediante termos detalhados, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Eletrônico nº45/2026, proposta e exigências contratuais.

4.3 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Eletrônico nº45/2026 e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

4.4 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante nota fiscal, devidamente atestada, datada e assinada pelo fiscal e gestor de contrato.

4.5 Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

4.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1 O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, a contar de 01 de junho de 2026 e com término em 01 de junho de 2027, observados os devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 da Lei Federal 14.133/2021.

Parágrafo único. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, até o limite legal, desde que haja interesse da Administração, seja comprovada a vantajosidade e sejam mantidas as condições contratuais, conforme disposto no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.





5.2 O serviço é enquadrado como serviço de natureza contínua, haja vista que a interrupção pode comprometer a continuidade das atividades administrativas essenciais relacionadas à impressão, cópia, digitalização e plotagem técnica.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SEGURANÇA, DA QUALIDADE E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

7.1 A CONTRATADA deverá garantir a segurança, higiene e boa técnica necessárias à preservação da integridade das pessoas, dos materiais e dos serviços.

7.2 A CONTRATANTE fiscalizará e poderá determinar a paralisação dos serviços quando julgar que as condições mínimas de segurança e higiene do trabalho não estão sendo respeitadas pela CONTRATADA. Este procedimento não servirá como justificativa para eventuais atrasos.

7.3 A CONTRATADA deverá adotar práticas ambientalmente sustentáveis durante a execução contratual, incluindo:

7.3.1 logística reversa para cartuchos, toners e peças substituídas, conforme legislação ambiental vigente;

7.3.2 descarte ambientalmente adequado de equipamentos substituídos;

7.3.3 utilização de equipamentos com eficiência energética compatível com padrões reconhecidos;

7.3.4 incentivo à redução de impressões desnecessárias, incluindo configurações padrão em modo econômico quando aplicável.

7.4 Tais medidas visam reduzir impactos ambientais associados ao consumo de insumos e resíduos eletrônicos, em conformidade com princípios de sustentabilidade da Administração Pública

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR

8.1 O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA os preços previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato.

8.2 O valor total da contratação é de **R\$ 167.251,44 (cento e sessenta e sete mil, duzentos e cinquenta e um reais e quarenta e quatro centavos)**, sendo os valores unitários descritos conforme Cláusula Segunda – do Objeto – Item 2.2 – Descrição Detalhada dos Serviços, já incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários para a perfeita execução integral do objeto contratada.

8.3 Os preços contratados serão considerados completos e suficientes para a prestação dos serviços objeto deste contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação feita pela CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – PAGAMENTO

9.1 O pagamento, decorrente da execução dos serviços objeto deste contrato, será realizado **mensalmente**, mediante crédito em conta corrente no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da nota fiscal ou fatura, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.





9.2 A CONTRATADA somente poderá emitir nota fiscal/fatura após a emissão da respectiva nota de empenho, que será realizado após o retorno deste Contrato assinado ao Departamento de Compras do Município.

9.3 A CONTRATADA emitirá nota fiscal e enviará a CONTRATANTE, a qual dará o aceite definitivo no recebimento do objeto, após a devida conferência pelo servidor responsável pelo recebimento.

9.3.1 O recebimento definitivo se dará mediante nota fiscal, devidamente atestada (datada e assinada) pelo fiscal de contrato e autoridade competente.

9.4 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

9.6 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

9.7 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

9.8 Previamente à emissão de nota de empenho e o pagamento, a Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 45/2026; identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.9 Sendo constatado vícios na execução dos serviços ou a inexecução parcial do contrato, o Gestor do Contrato emitirá a CONTRATADA uma notificação requerendo a regularização das irregularidades conforme disposto no Decreto Municipal Nº 2281/2023, sob pena das sanções previstas no artigo 156 da Lei Nº 14.133/2021, caso a irregularidade não seja sanada no prazo estipulado em notificação, ou apresentada defesa escrita no mesmo prazo estabelecido."

9.10 "Constatando-se, situação de irregularidade da CONTRATADA, o Gestor do Contrato emitirá uma notificação requerendo a regularização das irregularidades conforme disposto no Decreto Municipal Nº 2281/2023, sob pena das sanções previstas no artigo 156 da Lei Nº 14133/2021, caso a irregularidade não seja sanada no prazo estipulado em notificação, ou apresentada defesa escrita no mesmo prazo estabelecido."

9.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://epp.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSO: <https://c.ipm.com.br/p8ff58db9658bb>





9.12 Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA a ampla defesa.

9.13 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.13.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.14 A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.15 Tratando-se de Convênios, Contratos de Repasse, Plano de Trabalho, Termos de Compromisso provenientes de Emendas Parlamentares ou não celebrados com recursos de entes federados, os pagamentos somente serão efetuados após o repasse dos valores pelo órgão CONCEDENTE, não gerando para a CONTRATANTE nenhuma responsabilidade nem obrigação de reajustamento ou atualização monetária do valor devido caso o CONCEDENTE não repasse os valores nos prazos previstos nos itens acima.

9.16 A CONTRATADA fica obrigada a emitir **NOTA FISCAL ELETRÔNICA** quando da entrega do material ou da conclusão da prestação do serviço, para a Secretaria de Administração, Secretaria de Educação e Secretaria de Assistência Social e encaminhar o arquivo XML da Nota Fiscal Eletrônica para o endereço eletrônico contabil_notafiscaleletronica@saobentodosul.sc.gov.br.

9.17 Para fornecedores do Município de São Bento do Sul - SC a partir de 01 de janeiro de 2021 a Nota fiscal Eletrônica se torna obrigatória, de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 976 de 26 de janeiro de 2012, Lei Municipal nº 4143 de 13 de setembro de 2019, parágrafo 2º (altera a Lei nº 2909 de 08 de novembro de 2011).

9.18 A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Município de São Bento do Sul, CNPJ: 86.051.398/0001-00.

9.19 A CONTRATADA se obriga a revalidar todas as suas certidões e documentos vencidos, que tenham sido apresentados na ocasião da habilitação ou junto ao Cadastro de Fornecedores do Município. Os pagamentos somente serão efetivados caso a CONTRATADA apresente situação regular.

9.20 Qualquer suspensão de pagamento devido à falta de regularidade do fornecedor não gerará para a CONTRATANTE nenhuma responsabilidade nem obrigação de reajustamento ou atualização monetária do valor devido.

9.21 Conforme Decreto Municipal Nº 2200/2023, os órgãos públicos da Administração Pública Direta, as Autarquias e as Fundações do Município de São Bento do Sul - SC, ficam obrigados, a efetuar as retenções na fonte do Imposto de renda (IR) sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, com base no Anexo I da Instrução Normativa RFB Nº 1234/2012.

9.22 Não se sujeitam à retenção do Imposto de Renda na fonte os pagamentos realizados nas hipóteses estabelecidas no artigo 4º da Instrução Normativa RFB Nº 1234/2012.

9.23 Excetuam-se as Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, conforme Resolução CGSN Nº 140/2018, quando não indicar no campo destinado às informações





complementares ou, em sua falta, no corpo do documento a expressão "Documento Emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional".

9.24 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB Nº 1234/2012, e as alterações posteriores, sob pena de não aceitação por parte dos órgãos públicos da Administração Direta, as Autarquias e as Fundações do Município de São Bento do Sul - SC."

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE, DA REPACTUAÇÃO E DA REVISÃO DE PREÇOS

10.1 Com objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro, o CONTRATANTE promoverá o **reajuste de preços** mediante apostila, e aplicará o índice IPCA de acordo com a Lei Municipal Complementar nº 001/2021. Ainda, o termo inicial será a data do orçamento estimado realizado na etapa preparatória, ou seja, será considerada a data de **11 de fevereiro de 2026**, desde que decorrido no mínimo 1 (um) ano de referido marco temporal.

10.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.1.2 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

10.2 A **repactuação de preços** (voltada para serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra) também ocorrerá mediante apostila, e terá como termo inicial no mínimo 1 (um) ano da apresentação das propostas.

10.3 A **revisão de preços** registrados será realizada mediante solicitação da CONTRATADA ou do CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a vigência do Contrato, com objetivo de restabelecer a relação econômico-financeira entre as partes, será formalizada mediante aditivo, observando o disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

10.4 O pedido realizado pela CONTRATADA para revisão de preços será pela fiscalização e gestão do contrato, e seus efeitos, via de regra, ocorrerão a partir da data do protocolo.

10.5 A emissão de nota de empenho ou ordem de fornecimento, não configurará óbice para analisar o pedido de revisão.

10.6 A execução do objeto ou a extinção do Contrato, não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que a revisão poderá ser concedida por meio de termo indenizatório.

10.7 Para pedidos de revisão realizados antes da vigência do Contrato, produzirá seus efeitos após o início da vigência.

10.8 No caso de existência de garantia da execução, nos termos do § 1º do art. 96 da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA deverá promover a complementação da garantia, no prazo de 5 (cinco) dias corridos.

10.9 As comunicações sobre atualização de preços ocorrerão entre o Gestor do Contrato e o Preposto da CONTRATADA, conforme os dados apresentados no preenchimento da proposta no Anexo VI do Edital de Pregão Eletrônico nº 45/2026.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Constituem obrigações da CONTRATANTE:

11.1.1 Emitir de nota de empenho quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos;





11.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 45/2026 e seus anexos;

11.1.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital de Pregão Eletrônico nº 45/2026 e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.1.4 Comunicar ao preposto da contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratual, para que sejam promovidas as substituições, reparações ou correções;

11.1.5 Realizar a fiscalização do Contrato, através de servidor especialmente designado e de seu substituto que exercerá todas as atribuições compatíveis com a fiscalização conforme memorando de designação de fiscal de contrato.

11.1.6 Realizar a gestão Contrato, através de servidor especialmente designado que exercerá as atribuições compatíveis com a gestão, conforme disposto no memorando de designação de gestor de contrato.

11.1.7 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;

11.1.8 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à prestação do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Edital de Pregão Eletrônico nº 45/2026 e seus anexos;

11.1.9 Verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado, principalmente em relação aos valores praticados e indicar a necessidade da realização do reajuste, de repactuação e da revisão de valores;

11.1.10 Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado no Contrato, Edital de Pregão Eletrônico nº 45/2026 e demais anexos;

11.1.11 Providenciar as devidas publicações no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

11.1.12 Registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Tribunal de Contas do Estado e no Portal da Transparência Município de São Bento do Sul - SC as eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

11.1.13 O Órgão não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelos fornecedores com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto do Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Eletrônico nº 45/2026, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ações dos fornecedores, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 Constituem obrigações da CONTRATADA:

12.1.1 Efetuar a prestação do serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Eletrônico nº 45/2026 e demais anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

12.1.2 Assinar o Contrato no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

12.1.3 Cumprir todas as obrigações constantes no Edital de Pregão Eletrônico nº 45/2026, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

12.1.4 Atender rigorosamente as cláusulas contratuais;

12.1.5 Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do objeto;

12.1.6 Alocar os empregados habilitados e necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

12.1.7 Manter o local de trabalho limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

12.1.8 Apresentar os empregados devidamente identificados com uniforme e crachá;





12.1.9 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

12.1.10 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.1.11 Responsabilizar-se pela segurança, mão de obra, eficiência, materiais e equipamentos utilizados na execução dos serviços;

12.1.12 Atender às normas técnicas definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas e as demais aplicáveis ao objeto contratado;

12.1.13 Responsabilizar-se pelas despesas e todos os encargos decorrentes da execução dos serviços do objeto;

12.1.14 Responsabilizar-se pelos danos causados ao contratante e a terceiros decorrentes da execução dos serviços contratados, causados por culpa ou dolo, inclusive acidentes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o contratante de todas as reclamações que possam surgir;

12.1.15 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.1.16 Substituir, reparar, corrigir, ou refazer, às suas expensas, no prazo fixado pelo fiscal do contrato o serviço com avarias ou defeitos quando se verificarem vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

12.1.17 Garantir, durante a execução dos serviços, a proteção e conservação dos serviços executados, de forma que seja mantida sua integridade;

12.1.18 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações do Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Eletrônico nº 45/2026 e deste contrato, no prazo determinado;

12.1.19 Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 45/2026;

12.1.20 Aceitar nas mesmas condições os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias;

12.1.21 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato;

12.1.22 Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência de qualquer fato anormal, acidente que se verifique no local dos serviços ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão do serviço em partes ou no todo, com a devida comprovação;

12.1.23 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Eletrônico nº 45/2026.

12.1.24 Acatar todas as orientações do contratante, emanadas pelo gestor e fiscal do Contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

12.1.25 A Contratada deverá manter, por sua conta e risco, o pessoal necessário à execução dos serviços, ficando sob sua direta responsabilidade, as relações contratuais de trabalho, previdência social, seguro, etc., excluída qualquer responsabilidade por parte do Município de São Bento do Sul.

12.1.26 A Contratada deverá disponibilizar impressoras, multifuncionais e scanners de acordo com as especificações exigidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 45/2026, sendo que o número de equipamentos poderá aumentar ou diminuir de acordo com as necessidades do Município.

12.1.27 A Contratada se responsabiliza pela devida instalação e manutenção dos equipamentos instalados.

12.1.28 A Contratada deverá arcar com os custos envolvidos no processo de distribuição de equipamentos.

12.1.29 A Contratada deverá fornecer insumos e consumíveis, antecipadamente aos seus termos, de forma a impedir a interrupção dos serviços de impressão e a realização dos atendimentos gerados a partir dos chamados efetuados pela Contratante.

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://epp.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESE: <https://c.ipm.com.br/p8ff58db9658bb>





12.1.30 A Contratada deverá zelar pela ordem disciplinar, moralidade e boa conduta em serviço, de seus empregados, devendo substituir aqueles, cuja permanência seja considerada inconveniente pelo Município de São Bento do Sul.

12.1.31 A Contratada deverá colocar à disposição da Municipalidade, uma pessoa encarregada para distribuição do material entre as diversas Secretarias, além das demais necessárias para o efetivo desempenho e cumprimento do objeto deste Contrato.

12.1.32 A Contratada deverá submeter-se, ainda, às condições estabelecidas, ou que venham a ser determinadas pelos órgãos competentes nas áreas federal, estadual ou mesmo municipal, em função do tipo de atividade comercial.

12.1.33 Substituir equipamentos que apresentem obsolescência tecnológica, desempenho insuficiente ou reincidência de falhas, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, não gerando custos adicionais além do consumo registrado, garantindo continuidade e qualidade do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1 Não haverá exigência de garantia contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 A Contratada será responsabilizada administrativamente, nos termos da lei, pelas seguintes infrações:

- 14.1.1** Dar causa à inexecução parcial ou total do contrato;
- 14.1.2** Deixar de entregar a documentação exigida;
- 14.1.3** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 14.1.4** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.5** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 14.1.6** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 14.1.7** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 14.1.8** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 14.1.9** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.1.10** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2 A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou contratados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 14.2.1** Advertência;
- 14.2.2** Multa;
- 14.2.3** Impedimento de licitar e contratar e
- 14.2.4** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.3 A sanção será aplicada mediante a natureza, a gravidade e a reprovabilidade da infração cometida, assim, a Administração considerará:

- 14.3.1** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 14.3.2** As peculiaridades do caso concreto;
- 14.3.3** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 14.3.4** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 14.3.5** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4 A advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://epp.com.br/verificacao/D995E06105BCC4AA1e8informe-936d9e3D9CE-0610-5BCC-4AA1>
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESE: <https://c.ipm.com.br/p8ff58db9658bb>





14.5 A multa não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

14.6 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3, 14.1.4 e 14.1.5 a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato/ata de registro de preços licitado.

14.7 Para as infrações previstas nos itens 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8, 14.1.9 e 14.1.10 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato/ata de registro de preços licitado.

14.7.1 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.7.2 Na aplicação de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.8 É cabível a aplicação de multa cumulativamente com todas as outras sanções dispostas nos incisos do artigo 156 da Lei 14.133/21.

14.9 O impedimento de licitar e contratar será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.10 A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art.156, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11.1 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

14.11.2 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

14.12 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

14.12.1 Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput do art. 158 da Lei 14.133/21;

14.12.2 Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

14.12.3 Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

14.13 A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://e3dce.com.br/verificacao/PDF/06105BCC-4AA1> e informe o código 936d963-D9CE-0610-5BCC-4AA1
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSSE: <https://c.ipm.com.br/p8ff58db9658bb>





CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1 O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.1.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

15.1.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.1.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.2 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

15.2.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.2.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.2.3 Indenizações e multas.

15.3 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

15.4 Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, o **CONTRATANTE** poderá reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

16.1 As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

05.002.4.013.3.3.3.90.39.83.00.00.00 150070000100 – Despesas Gerais do Município

07.006.2.022.3.3.3.90.39.83.00.00.00 155070000158 – Coordenação, Manutenção e Ampliação da Educação Infantil

10.001.2.105.3.3.3.90.39.83.00.00.00 150070000100 – Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social

10.001.2.109.3.3.3.90.39.83.00.00.00 150070000100 – Conselho Tutelar

10.002.2.125.3.3.3.90.39.83.00.00.00 166170000061 – Manutenção dos Serviços de Proteção Especial de Alta Complexidade

10.002.2.128.3.3.3.90.39.83.00.00.00 166070000035 – Manutenção dos Serviços de Proteção Especial de Média Complexidade - CREAS – UNIÃO

10.002.2.129.3.3.3.90.39.83.00.00.00 166070000035 – Manutenção dos Serviços de Proteção Básica – CRAS – UNIÃO

10.002.2.130.3.3.3.90.39.83.00.00.00 166070000163 – Manutenção do Programa Bolsa Família

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

17.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos Servidores, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2285/2023, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

17.1.1 Da Secretaria de Administração e demais secretarias

- Fica designado o servidor André Luis Bonfim, matrícula nº 45.477, para exercer a fiscalização e





o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7º da Lei federal nº 14.133/21.

- Fica designado, como fiscal substituto o servidor Kewerson Urbanski, matrícula nº 46.907, para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7º da Lei federal nº 14.133/21.

- Fica designado, como gestor de contratos o servidor Paulo Roberto Uhlig, matrícula nº 34.359 e como gestor substituto o servidor Johnny Jan Flohr, matrícula nº 46.816, para exercer a gestão contratual.

17.1.2 Da Secretaria de Educação – SEMED:

- Fica designado a servidora Patrícia Aparecida Trojanovski Fagundes, matrícula nº 45.331, para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7º da Lei federal nº 14.133/21.

- Fica designada, como fiscal substituto a servidora Nicole Tainara Gonçalves dos Anjos, matrícula nº 43.401, para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7º da Lei federal nº 14.133/21.

- Fica designada, como gestor de contratos o servidor Vinicius Bodnar da Silva, matrícula nº 46.884 e como gestor substituto o servidor Emanuelli de Lima Branco, matrícula nº 46.651, para exercer a gestão contratual.

17.1.2 Da Secretaria de Assistência Social – SEMAS:

- Fica designado a servidora Alyni dos Santos, matrícula nº 43.477, para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7º da Lei federal nº 14.133/21.

- Fica designada, como fiscal substituto a servidora Solange Teresinha Streit, matrícula nº 34.347, para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7º da Lei federal nº 14.133/21.

- Fica designada, como gestor de contratos o servidor Valmir Gonçalves Ribeiro, matrícula nº 44.660 e como gestor substituto a servidora Gilvana de Deus Bueno, matrícula nº 45.758, para exercer a gestão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES

18.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2 A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Contrato é competente o foro da Comarca de São Bento do Sul – SC.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICIDADE

20.1 O Contrato será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no portal da transparência do Município de São Bento do Sul – SC e demais termos e condições previstas no Capítulo IX Da Publicidade da Lei Municipal nº 4.702/2022.





CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - OUTRAS DISPOSIÇÕES

21.1 Os casos omissos ou situações não explicitadas no presente Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, bem como nos regulamentos municipais.

Assim, justo e de acordo, as partes assinam o presente Contrato, que servirá de instrumento para fins de contratação.

São Bento do Sul, 29 de abril de 2026.

CONTRATADA:

APARECIDO Assinado de forma digital por APARECIDO
PORFIRIO DOS PORFIRIO DOS
SANTOS:8084 SANTOS:80842690972
2690972 Dados: 2026.05.05 13:59:07 -03'00'

PRINTER DO BRASIL TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA

CONTRATANTE:



Assinado digitalmente por:
DEBORA ELAINE BELLO
05/05/2026 07:47:20

DÉBORA ELAINE BELLO
Secretária de Administração



Assinado digitalmente por:
JOSIAS TERRES
***.046.229.**
Secretário de Educação
04/05/2026 10:38:56

JOSIAS TERRES
Secretário de Educação



Assinado digitalmente por:
MARINA APARECIDA DOS SANTOS
04/05/2026 11:02:31

MARINA APARECIDA DOS SANTOS
Secretária de Assistência Social

Testemunhas:



Assinado digitalmente por:
PAULO ROBERTO UHLIG
***.642.899.**
Diretor do Departamento de TI
04/05/2026 09:05:24

Paulo Roberto Uhlig
Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação



Assinado digitalmente por:
PATRICIA APARECIDA TROJANOVSKI FAGUNDES
04/05/2026 10:14:01

Patricia Ap.T. Fagundes
Diretora do Dep. de Gestão e Valorização do Magistério



Assinado digitalmente por:
LARISSA JULIANE JABLONSKI
04/05/2026 15:00:08

Larissa Juliane Jablonski
Assistente Administrativo

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA



Assinado digitalmente por:
ALEXANDRE VINICIUS WEISS
04/05/2026 14:04:15

Alexandre Vinícius Weiss
OAB/SC nº 9.974
Advogado - Município de São Bento do Sul

INST.FED.DE EDUC.,CIÊNC.E TEC.DO NORTE DE MG

Contrato 35/2025

Informações Básicas

Número do artefato UASG Editado por Atualizado em
35/2025 158121-INST.FED.DE EDUC.,CIÊNC.E TEC.DO NORTE DE MG DANIELE LOPES RIBEIRO 25/09/2025 13:31 (v 5.3)
Status
ASSINADO

Outras informações

Categoria Número da Contratação Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC 23390.000595/2025-19

1. OBJETO

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS

(Processo Administrativo nº 23390.000595/2025-19)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 50/2025, QUE FAZEM ENTRE S C
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA OC
NORTE DE MINAS GERAIS E A EMPRESA COPYCENTRO NOROESTE E
LTDA.

A Autarquia INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS, IFNMG, por intermédio do IFNMG - Campus Almenara, com sede na Rodovia BR 367, km 111, s/n, Bairro Zona Rural, na cidade de Almenara/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 10.727.655/0006-24, neste ato representada pelo Diretor-Geral Joaquim Neto de Sousa Santos, nomeado pela Portaria nº 1166, de 13 de dezembro de 2024, publicada no DOU de 16 de dezembro de 2024, portador da matrícula funcional nº 1732101, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa COPYCENTRO NOROESTE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.310.795/0001-90, sediada na Rua Professor Henrique dos Reis, nº 684, bairro Centro, em Paracatu/MG, doravante designada CONTRATADO, neste ato representado por **André Gonçalves da Silva**, sócio-proprietário, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº 23390.000595/2025-19 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90008/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação, serviços de *outsourcing* de impressão monocromática e policromática, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Descrição dos itens:

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

ITEM	CATSER E ESPECIFICAÇÃO DETALHADA	UNIDADE	QUANTIDADE	QUANTIDADE ANUAL	Valor Unitário	Valor MENSAL estimado	Valor ANUAL estimado
1	26573 - Serviço de outsourcing de impressão monocromática em papel A4, com disponibilização em tempo integral de impressora, assistência técnica com manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e suprimentos (exceto papel). Dentro da Franquia.	Página/Mês	18.000	216.000	0,17	R\$ 3.060,00	R\$ 36.720,00
2	26654 - Serviço de outsourcing de impressão monocromática em papel A4, com disponibilização em tempo integral de impressora, assistência técnica com manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e suprimentos (exceto papel). Excedente à Franquia.	Página	10.800	129.600	R\$ 0,02	R\$ 216,00	R\$ 2.592,00
3	26611 - Serviço de outsourcing de impressão policromática em papel A4, com disponibilização em tempo integral de impressora, assistência técnica com manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e suprimentos (exceto papel). Dentro da Franquia.	Página/Mês	500	6.000	R\$ 1,00	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00
4	26697 - Serviço de outsourcing de impressão policromática em papel A4, com disponibilização em tempo integral de impressora, assistência técnica com manutenção	Página/Mês	300	3.600	R\$ 0,49	R\$ 147,00	R\$ 1.764,00

preventiva e corretiva, fornecimento de peças e suprimentos (exceto papel). Excedente à Franquia							
Valor TOTAL ANUAL:							R\$ 47.076,00

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de 01/11/2025 e encerramento em 01/11/2026, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantagem da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

2.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.1.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.2. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. SUBCONTRATAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



5. PREÇO

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 47.076,00 (quarenta e sete mil e setenta e seis reais)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. PAGAMENTO

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos nos Tópicos 7.40 ao 7.58 do TR Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. REAJUSTE

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 12/05/2025.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no Termo de Referência:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 40, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.24. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is): Rodovia BR 367, Km 111, Zona Rural, Almenara/MG;
- 9.25. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
- 9.26. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.
- 9.27. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

10. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente quando não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. GARANTIA DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento de serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção, desde que não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 26410/158439;

II. Fonte de Recursos: 1000000000;

III. Programa de Trabalho: 231459;

IV. Elemento de Despesa: 339039;

V. Plano Interno: L0000P0100N;

VI. Nota de Empenho: 2025NE0000117.

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990](#) - [Código de Defesa do Consumidor](#) - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#)

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. FORO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Montes Claros, Seção Judiciária de Montes Claros para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

19. MODELO MINUTA ADOTADA

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - MODELO MINUTA ADOTADA

19.1. Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União. Atualização: maio/2020. Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico para contratação de serviços/Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação. Aprovado pela Secretaria de Governo Digital. Identidade visual pela Secretaria de Gestão.

Almenara, setembro de 2025.

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
gov.br JOAQUIM NETO DE SOUSA SANTOS
Data: 07/10/2025 11:07:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOAQUIM NETO DE SOUSA SANTOS

Representante legal do CONTRATANTE



Assinou eletronicamente em 25/09/2025 às 08:38:55.

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONCALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br ANDRE GONCALVES DA SILVA
Data: 26/09/2025 09:23:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANDRE GONCALVES DA SILVA

Representante legal do CONTRATADO

Documento assinado digitalmente
gov.br VANESSA DIAS MEDINA
Data: 07/10/2025 16:14:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

VANESSA DIAS MEDINA

Testemunha



Assinou eletronicamente em 25/09/2025 às 13:31:37.

Documento assinado digitalmente
gov.br SILVANO BATISTA DOS SANTOS
Data: 09/10/2025 09:20:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SILVANO BATISTA DOS SANTOS

Testemunha



Assinou eletronicamente em 25/09/2025 às 08:46:13.



MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO N.º 36/2026
DIPENSA DE LICITAÇÃO: N.º 09/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 36/2026,
QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
MANDIRITUBA, POR INTERMÉDIO DO
PREFEITO FELIPE CLAUDINO MACHADO E
PRINTER CLOUD TECHNOLOGY LTDA

O MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Bom Jesus, n.º 44, Centro, CEP 83.800-058, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.105.550/0001-37, neste ato representado por seu Prefeito FELIPE CLAUDINO MACHADO, matrícula funcional n.º 4346, considerando o resultado final do Processo de Licitação N.º 09/2026 na modalidade de Dispensa, na forma Eletrônica, Processo Administrativo n.º 33/2026, devidamente homologada e publicada no Diário Oficial do Município, conforme consta no bojo do presente procedimento, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) PRINTER CLOUD TECHNOLOGY LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º 39.560.910/0001-64, sediado(a) na RUA DESEMBARGADOR ARTHUR LEME, N.º 327, BACACHERI, CURITIBA-PR CEP: 82.510-220, doravante designado CONTRATADO, neste ato por seu representante legal, ALINE GABRIELA MATVEICHUKE DOS SANTOS, brasileiro, inscrito no CPF/MF n.º 074.***.***-97., conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo acima citado e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal n.º 1216 de 13 de abril de 2023, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Processo de Licitação acima citado, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

GRUPO 01						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	EQUIPAMENTO SCANNER DE PRODUÇÃO A4, COLORIDO, 60PPM, PARA DIGITALIZAÇÃO DE GRANDES VOLUMES DE DOCUMENTOS (serão 06 unidades mês)	629413	LOC	24	R\$ 471,96	R\$ 11.327,04
2	SERVIÇO DE REPRODUÇÃO DE PÁGINAS MONOCROMÁTICAS, FORMATO A4, ANUAIS	239095	UNID	831.340	R\$ 0,16	R\$ 133.014,40
3	SERVIÇO DE REPRODUÇÃO DE PÁGINAS COLORIDAS, FORMATO A4. ANUAIS	239095	UNID	5.000	R\$ 1,12	R\$ 5.600,00





1.3. Fazem parte deste Termo de Contrato, independentemente de transcrição, todos os arquivos do Processo Administrativo n.º 33/2026, os quais poderão ser acessados na íntegra através do Portal de Transparência do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis meses), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

2.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 149.941,44 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e quarenta e um reais e quarenta e quatro centavos).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11 de março de 2026 (11/03/2026).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.





7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Mandirituba para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou





Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;





- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

- 1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 2. Moratória de 1 % (hum por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

- 3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
- 4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
- 5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.
- 6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.
- 7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;





e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).





CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Cod.	Org.	Descrição da Despesa	Máscara	Fonte
114	08.002	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	08.002.10.301.0007.2014.3.3.90.39.00	303
241	10.001	BLOCO DE FINANCIAMENTO PROTEÇÃO SOCIAL BASICA	10.001.08.244.0006.2027.3.3.90.39.00	000
45	5.001	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DE FINANÇAS	05.001.04.123.0002.2007.3.3.90.39.00	510
362	12.002	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE	12.002.26.782.0003.2043.3.3.90.39.00	000
337	11.001	MANUTENÇÃO DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO	11.001.15.452.0003.2040.3.3.90.36.00	000
392	14.001	PROGRAMA DE SANEAMENTO RURAL	14.001.20.605.0004.2047.3.3.90.39.00	510
460	17.002	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO	17.002.24.131.0002.2003.3.3.90.39.00	000
76	07.001	MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	07.001.23.691.0003.2011.3.3.90.39.00	000
388	13.002	MANUT. DEFESA SOCIAL E CENTRAL DE SEGURANÇA	13.002.06.181.0006.2046.3.3.90.39.00	000
13	03.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA	03.001.04.122.0002.2004.3.3.90.39.00	000
29	04.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO	04.001.04.122.0002.2005.3.3.90.39.00	000
160	09.001	MANUT. DO GAB DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	09.001.12.361.0005.2018.3.3.90.39.00	000

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

Assinado digitalmente em 14/06/2020 às 10:29:20, Regulamento 910/2014/EC. Para validar o documento acesse o link https://valida.aer/c/4e28f0935468770c07f6ac3ed84c452da55a535131e59a. Link de validação: <https://valida.aer/c/4e28f0935468770c07f6ac3ed84c452da55a535131e59a>




Validador

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021)

17.1. Fica eleito o Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Mandirituba, 2 de abril de 2026.


Assinado eletronicamente por
Felipe Claudino Machado
Data: 02/04/2026 12:44
#702308352ea011f1bb8342010a2b6020

Felipe Claudino Machado
Prefeito Municipal
Órgão gerenciador


Assinado eletronicamente por
Aline G. M. dos Santos
Data: 06/04/2026 07:55
#702b2f3c2ea011f1bb8342010a2b6020


Printer Cloud Technology Ltda
Aline Gabriela Matveichuke Dos Santos
Fornecedor


Assinado eletronicamente por
DANILO GABRIEL DE ANDRADE
Data: 02/04/2026 14:52
#703419f42ea011f1bb8342010a2b6020

Secretaria Municipal de Educação, Cultura,
Esporte e Lazer
Gestor: Danilo Gabriel de Andrade
CPF: 130.***.***-75


Assinado eletronicamente por
Gleicy Monteiro
Data: 02/04/2026 14:52
#703c4d702ea011f1bb8342010a2b6020

Gleicy Kelly de Fátima Monteiro de Medeiros
CPF: 082.***.***-85
Fiscal


Assinado eletronicamente por
Maria C. S. Picussa
Data: 02/04/2026 14:55
#70453efc2ea011f1bb8342010a2b6020

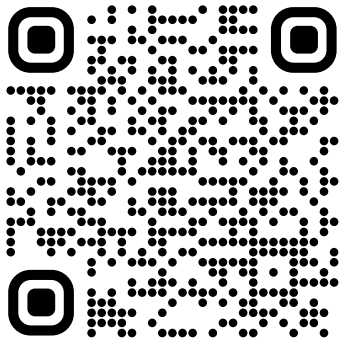
Testemunha pela contratante
Nome: Maria Chivek Siedeliski Picussa
CPF: 033.***.***-39

Testemunha pela contratada
Nome:
CPF: 1961

Assinado eletronicamente por: **DANILO GABRIEL DE ANDRADE** em nome do código DOCE-0610-5BCC-4AA1
Data: 02/04/2026 14:52
CPF: 130.***.***-75
Link de validação: <https://valida.ae/c/4e28f0935468770c09f6ac03ed84c452da55a535131e59a>



Relatório de auditoria e validação de assinaturas eletrônicas



Código validar.iti.gov.br: a4a9

eeef046e8cb964da30d7d8fb1cc8
 41f8d482544a7c7cdf1aadd0d18
 0156fea4a9 Hash SHA256 do original

URL pública de verificação de integridade e autenticidade
<https://valida.ae/c4e28f0935468770c09f6acf03ed84c452da55a535131e59a>

Assinaturas concluídas: 5 de 5

Assinaturas eletrônicas realizadas em conformidade com a Lei nº 14.063/2020 e Regulamento (UE) nº 910/2014 (eIDAS)

Como auditar e validar este documento

Você está visualizando uma via para impressão do documento, ela possui os dados de auditoria, porém ela pode ser alterada. Para conferir a integridade do documento e das assinaturas, **acesse a URL pública de validação ou escaneie o QRCode ao lado.**

Este documento possui um selo eletrônico

O documento foi selado eletronicamente por meio de um certificado digital. Para validar o selo eletrônico, **escaneie o QR Code ao lado em validar.iti.gov.br** ou utilize o link de validação para acessar a versão PAdES do documento. O formato PAdES mantém a integridade do conteúdo original e incorpora o certificado digital e as evidências criptográficas utilizadas no processo de selagem.

Assinaturas presentes no documento

 Assinado eletronicamente por Felipe Claudino Machado Data: 02/04/2026 12:44 #702308352ea011f1bb8342010a2b6020	SIGNATÁRIO	 Assinado eletronicamente por Aline G. M. dos Santos Data: 06/04/2026 07:55 #702b2f3c2ea011f1bb8342010a2b6020	SIGNATÁRIO	 Assinado eletronicamente por DANILO GABRIEL DE ANDRADE Data: 02/04/2026 14:52 #703419f42ea011f1bb8342010a2b6020	SIGNATÁRIO
 Assinado eletronicamente por Gleicy Monteiro Data: 02/04/2026 14:52 #703c4d702ea011f1bb8342010a2b6020	SIGNATÁRIO	 Assinado eletronicamente por Maria C. S. Picussa Data: 02/04/2026 14:55 #70453efc2ea011f1bb8342010a2b6020	SIGNATÁRIO		

Trilha de auditoria

02/04/2026 11:30	Michael Josiel da Cruz - MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA (contratos@mandirituba.pr.gov.br, CPF 070.350.059-78) criou o documento	Hash SHA256 do arquivo: eeef046e8cb964da30d7d8fb1cc841f8d482544a7c7cdf1aadd0d180156fea4a9
02/04/2026 12:44	Felipe Claudino Machado (fcm.autentique@gmail.com, CPF 072.351.939-05) visualizou o documento	Endereço de IP: 177.173.202.164 Porta: 22242 SO: iOS 18_7 Arquitetura: ARM64 Navegador: Safari/26.3 Render engine: Gecko Tipo de geolocalização: IP Precisão: 5km+ Latitude e longitude: -25.5026, -49.2908
02/04/2026 12:44	Felipe Claudino Machado (fcm.autentique@gmail.com, CPF 072.351.939-05) assinou o documento	Endereço de IP: 177.173.202.164 Porta: 22242 SO: iOS 18_7 Arquitetura: ARM64 Navegador: Safari/26.3 Render engine: Gecko Tipo de geolocalização: IP Precisão: 5km+ Latitude e longitude: -25.5026, -49.2908
02/04/2026 14:52	Gleicy Monteiro (gleicymonteiro7@gmail.com, CPF 082.112.449-85) visualizou o documento	Endereço de IP: 177.92.26.18 Porta: 49499 SO: Windows 10.0 Arquitetura: x64 Navegador: Chrome/146.0.0.0 Render engine: Gecko Tipo de geolocalização: IP Precisão: 5km+ Latitude e longitude: -25.5026, -49.2908
02/04/2026 14:52	Gleicy Monteiro (gleicymonteiro7@gmail.com, CPF 082.112.449-85) assinou o documento	Endereço de IP: 177.92.26.18 Porta: 49499 SO: Windows 10.0 Arquitetura: x64 Navegador: Chrome/146.0.0.0 Render engine: Gecko Tipo de geolocalização: IP Precisão: 5km+ Latitude e longitude: -25.5026, -49.2908

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
 Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1.doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1



02/04/2026 14:52 **DANILO GABRIEL DE ANDRADE** (dga.autentique@gmail.com, CPF 130.701.569-75) visualizou o documento

Endereço de IP: 181.77.192.164	Porta: 40961	SO: AndroidOS 10
Arquitetura: ARM	Navegador: Chrome/146.0.0.0	Render engine: Gecko
Tipo de geolocalização: IP	Precisão: 5km+	Latitude e longitude: -25.5026, -49.2908

02/04/2026 14:52 **DANILO GABRIEL DE ANDRADE** (dga.autentique@gmail.com, CPF 130.701.569-75) assinou o documento

Endereço de IP: 181.77.192.164	Porta: 40961	SO: AndroidOS 10
Arquitetura: ARM	Navegador: Chrome/146.0.0.0	Render engine: Gecko
Tipo de geolocalização: IP	Precisão: 5km+	Latitude e longitude: -25.5026, -49.2908

02/04/2026 14:54 **Maria Chivek Siedeliski Picussa** (picussamaria@gmail.com, CPF 033.216.809-39) visualizou o documento

Endereço de IP: 177.152.59.211	Porta: 50001	SO: AndroidOS 10
Arquitetura: ARM	Navegador: Chrome/146.0.0.0	Render engine: Gecko
Tipo de geolocalização: IP	Precisão: 5km+	Latitude e longitude: -25.5026, -49.2908

02/04/2026 14:55 **Maria Chivek Siedeliski Picussa** (picussamaria@gmail.com, CPF 033.216.809-39) assinou o documento

Endereço de IP: 177.152.59.211	Porta: 50001	SO: AndroidOS 10
Arquitetura: ARM	Navegador: Chrome/146.0.0.0	Render engine: Gecko
Tipo de geolocalização: IP	Precisão: 5km+	Latitude e longitude: -25.5026, -49.2908

06/04/2026 07:54 **Aline Gabriela Matveichuke dos Santos** (silvana@printerdobrasil.com.br, CPF 074.031.879-97) visualizou o documento

Endereço de IP: 177.92.49.30	Porta: 15961	SO: Windows 10.0
Arquitetura: x64	Navegador: Chrome/146.0.0.0	Render engine: Gecko
Tipo de geolocalização: IP	Precisão: 5km+	Latitude e longitude: -25.5026, -49.2908

06/04/2026 07:55 **Aline Gabriela Matveichuke dos Santos** (silvana@printerdobrasil.com.br, CPF 074.031.879-97) assinou o documento

Endereço de IP: 177.92.49.30	Porta: 15961	SO: Windows 10.0
Arquitetura: x64	Navegador: Chrome/146.0.0.0	Render engine: Gecko
Tipo de geolocalização: IP	Precisão: 5km+	Latitude e longitude: -25.5026, -49.2908

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1.doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Lucas Augusto, 68 - Telefones: (32) 3694.4200 | 3694.4202 | Fax: (32) 3694.4204 | 3694.4209 | Cep.: 36700-000

CONTRATO Nº 139/2025

CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O **MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA** E A EMPRESA **GESET COMÉRCIO ASSISTÊNCIA TÉCNICA E LOCAÇÕES MAQ. E DUPLIC. LTDA**, SOB AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

O **Município de Leopoldina**, inscrito no CNPJ nº 17.733.643/0001-47, com sede a Rua Lucas Augusto, nº 68, Bairro Centro, na cidade de Leopoldina/MG, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito, Pedro Augusto Junqueira Ferraz, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a empresa **GESET COMÉRCIO ASSISTÊNCIA TÉCNICA E LOCAÇÕES MAQ. E DUPLIC. LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 03.914.523/0001-31, sediado na AV. CARDOSO SARAIVA, nº 249, BAIRRO: CENTRO, MATIAS BARBOSA/MG, CEP 36062-480, representada pelo Sr. **JÚLIO CÉSAR REZENDE FRANCO**, a seguir denominado **CONTRATADO**, resolvem firmar o presente Termo de Contrato, com fundamento no **Processo nº 71/2025 – Pregão Eletrônico nº 40/2025**, em observância às disposições da Lei nº 14.133/21 e os Decretos Municipais nº 5.188/23, 5.189/23, 5.190/23 e demais legislações aplicáveis, aplicando-se a este instrumento suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de impressão, cópia e digitalização – do tipo outsourcing de impressão departamental, compreendendo a cessão de direito de uso de equipamentos (multifuncionais), incluindo o fornecimento de software para gerenciamento do ambiente, prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva; reposição de peças, fornecimento de todos os suprimentos originais necessários ao funcionamento dos equipamentos (exceto papel), serviços de instalação e treinamento, para atender as necessidades das Secretarias Municipais exceto Saúde, de forma desconcentrada nas dependências de suas diversas seções, sem ônus extra, conforme especificações constantes no Termo de Referência, por um período de 12 (doze) meses.

Objeto da contratação:

ITEM	QUANT. MENSAL	QUANT. TOTAL	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	348.500	4.182.000	Impressão Cópia Monocromática	R\$ 0,08	R\$ 334.560,00
02	5.300	63.600	Impressão Cópia A3/Colorida	R\$ 1,43	R\$ 90.948,00

1.2. Integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Termo de referência, o estudo técnico preliminar, o edital da licitação, Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA, eventuais anexos dos documentos supracitados, ambos constantes do Processo de Licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação, podendo haver prorrogação de acordo com o art. 192 do Decreto nº 5.188.23 e seus incisos.

JULIO CESAR
REZENDE
FRANCO:52997
006600

Assinado digitalmente por JULIO CESAR REZENDE FRANCO em 2025.08.14 às 14:05:00.
Data: 2025.08.14 às 14:05:00.

Página 1 de 10
DANILO DE AZEVEDO SILVA
Razão: Eu sou o documento
Localização: Fort PDF Reader

Assinado digitalmente por DANILO DE AZEVEDO SILVA em 2025.08.14 às 14:05:00.
Data: 2025.08.14 às 14:05:00.

Assinado por 1 pessoa: DÊNIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONCALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1.doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1





2.2 - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosas para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE EXECUÇÃO

3.1 - LOCAL DE ENTREGA DOS APARELHOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E PREVENÇÃO: Setores indicados pelas Secretaria requisitantes dentro do Município de Leopoldina - MG e seus referidos distritos, abrangendo escolas rurais, PSF rurais e setores correlatos.

3.2- O início da execução do serviço se dará em 05 (cinco) dias úteis após a publicação do contrato, por se tratar de um serviço contínuo.

3.3- As demais normas pertinentes ao regime de execução contratual, assim como prazos e condições de recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – MATRIZ DE RISCO

6.1- Considerando que a presente contratação se trata de aquisição de bem para pronta entrega, o qual, além de comum, ostenta baixa complexidade e valor, a análise pormenorizada dos riscos revela-se incompatível com a natureza do objeto, razão pela qual dispensa-se a elaboração de matriz de risco, nos termos do art. 22, caput, e § 3º, da Lei nº 14.133/21, e conforme art. 150, § 4º, inciso I, do Decreto Municipal nº 5.180/23. O ônus financeiro decorrente da revisão do valor contratado para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, na forma do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/21, poderá ser suportado pelo CONTRATANTE em caso de elevação extraordinária dos custos, e pelo CONTRATADO em caso de redução, observadas as diretrizes dos arts. 172 e ss. do Decreto Municipal nº 5.180/23.

CLÁUSULA SÉTIMA – PREÇO

7.1 - O valor total da contratação será de R\$ 425.508,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil, quinhentos e oito reais), conforme quadro acima.

7.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – PAGAMENTO

8.1 - O pagamento decorrente da concretização do objeto licitado será efetuado pela Tesouraria, em parcela mensal, conforme nota fiscal/fatura, em até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento definitivo;

CLÁUSULA NONA – REAJUSTE

9.1 - O reajuste e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

JULIO CESAR
REZENDE
FRANCO:529970
06600

Assinado digitalmente
por JULIO CESAR REZENDE
FRANCO:5299706600
Dados: 2023.08.08 17:49:21
-0300

DANILO DE
AZEVEDO
SILVA

Assinado digitalmente
por DANILO DE AZEVEDO
SILVA
Dados: 2023.08.08 17:49:21
-0300





9.2 - Poderá ser reajustado o valor do Contrato mediante iniciativa da Contratada, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar com a data-base vinculada à data do orçamento estimado tendo como base a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pela Lei Municipal nº 4.551, de 17 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 - São obrigações do Contratante:

10.1.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.1.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.1.3 - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.1.4 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.1.5 - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.1.6 - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

10.1.7 - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.1.8 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.8.1 - A Administração terá o prazo de até 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.1.9 - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias, a contar da data do protocolo.

10.1.10 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1 - São obrigações do Contratado:

11.1.1 - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1.2 - Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.3 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.1.4 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

JULIO CESAR
REZENDE
FRANCO:52997
006600

Assinado de forma digital
por JULIO CESAR
REZENDE
FRANCO:52997006600
Data: 2025.08.08
17:49:41 -03'00'

DANILO DE
AZEVEDO
SILVA

Assinado digitalmente por
DANILO DE AZEVEDO SILVA
CPF: 04114460100
Presidência, OJF-A3
CUI-ADVOCADO, CN: DANILO DE
AZEVEDO SILVA
Documento
Razão: Eu sou o signatário
do documento
Local/origem:
Foxit PDF Reader

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONCALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1.doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1 e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1





PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Lucas Augusto, 68 - Telefones: (32) 3694.4200 | 3694.4202 | Fax: (32) 3694.4204 | 3694.4209 | Cep.: 36700-000

11.1.5 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.1.6 - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao do fornecimento, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

11.1.7 - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

11.1.8 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

11.1.9 - Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.1.10 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

11.1.11 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.1.12 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.1.13 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.1.14 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.15 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

Página 4 de 10

JULIO CESAR
REZENDE
FRANCO:5299700
6600

Assinado de forma digital
por JULIO CESAR REZENDE
FRANCO:52997006600
Data: 2025.08.08 17:49:58
-03'00

DANILO DE AZEVEDO SILVA
Assinado digitalmente por
DANILO DE AZEVEDO SILVA
CPF: 029.114.496/0001-91
Presencial: OJH-Asa
OJ-ADVOGADO: CN=DANILO DE AZEVEDO SILVA
Razão: Eu sou o autor deste documento.
Localização:
Font: PDF Reader W

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1.doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1





CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 - O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), exceto se inferior ao prazo de garantia oferecido pelo fabricante/proponente.

12.2- Não haverá exigência de garantia contratual da execução por parte do fornecedor, tendo em vista a natureza do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA

13.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2 - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) **Multa:**

1. **dar causa à inexecução parcial do contrato; 10% do valor da parcela inadimplida;**
2. **dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; 15% do valor do contrato;**
3. **dar causa à inexecução total do contrato; 20% do valor do contrato;**
4. **deixar de entregar a documentação exigida para o certame; 5% do valor do contrato;**
5. **não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; 10% do valor do contrato;**
6. **não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; 5% do valor do contrato;**

JULIO CESAR
REZENDE
FRANCO:5299700
6600

Assinado digitalmente
por JULIO CESAR REZENDE
FRANCO:52997006600
Data: 2025.08.08 17:50:15
0100

DANILO DE
AZEVEDO
SILVA

Assinado digitalmente por
DANILO DE AZEVEDO SILVA
CPF: 038.174.868-00
Presidência: OUI-Asessoria
OU-ADVOGADO: CN=DANILO DE
AZEVEDO SILVA,
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização:
Foxit PDF Reader V



7. **ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;** 10% do valor do contrato;
8. **apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;** 30% do valor do contrato;
9. **fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;** 30% do valor do contrato;
10. **comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;** 30% do valor do contrato;
11. **praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;** 30% do valor do contrato;
12. **praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.** 30% do valor do contrato;

13.3 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4 - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.2 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.3 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1.doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1





13.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.11 - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1 - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3 - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.4 - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4.1 - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.4.2 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não

ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.4.2.1 - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.5 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.5.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.5.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

JULIO CESAR
REZENDE
FRANCO:5299700
6600

Assinado de forma digital
por JULIO CESAR REZENDE
FRANCO:52997006600
Dados: 2025.08.08 17:50:44
0330

DANILO DE
AZEVEDO
SILVA

Assinado digitalmente por
DANILO DE AZEVEDO SILVA
CPF: 031.174.496-01
Presença: DANILAO
OUI-ADVOGADO, CN=DANILO DE
AZEVEDO SILVA
Razão: Eu sou o titular deste
documento
Localização:
Foxit PDF Reader

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONCALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1.doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1





PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA
ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Lucas Augusto, 68 - Telefones: (32) 3694.4200 | 3694.4202 | Fax: (32) 3694.4204 | 3694.4209 | Cep.: 36700-000

14.5.3 - Indenizações e multas.

14.6 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

15.1 Nos termos do art. 150, inciso XXI, do Decreto Municipal nº 5.188/23, as partes podem optar pela adoção de meios alternativos de resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem.

Parágrafo único. Será aplicado o disposto no caput deste artigo às controvérsias relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis, como as questões relacionadas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ao inadimplemento de obrigações contratuais por quaisquer das partes e ao cálculo de indenizações.

15.2 A arbitragem será sempre de direito e observará o princípio da publicidade.

15.3. Este contrato poderá ser aditado para permitir a adoção dos meios alternativos de resolução de controvérsias.

15.4. O processo de escolha dos árbitros, dos colegiados arbitrais e dos comitês de resolução de disputas observará critérios isonômicos, técnicos e transparentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

16.1 Nos termos do art. 200 do Decreto Municipal nº 5.188/23, qualquer comunicação pertinente ao contrato, a ser realizada entre a empresa e o contratado, inclusive para manifestar-se, oferecer defesa ou receber ciência de decisões sancionatórias ou sobre rescisão contratual, deve ocorrer por escrito, preferencialmente por meio eletrônico, admitida a comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas, se devidamente comprovado o recebimento pelo particular.

16.2 Com vistas a dar efetivamente à referida disposição legal, as partes indicam os seguintes meios de contato por meio dos quais receberão as comunicações referidas na cláusula anterior.

16.3 Do contratante:

I- telefone: (32) 3694-4219;

II- e-mail: secadministracao@leopoldina.mg.gov.br.

16.4 Da contratada:

I- telefone: (32) 3311-4399;

II- e-mail: geset@gesetcopiadoras.com.br.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

17.1 - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício atual, na classificação abaixo:

Manutenção	das	Ativ.	Sec.	Des.	Econômico,	dotação:
021200.04.661.0001.2024.0000.3.3.90.39;						
Atendimento /"Uai Compartilha/"						dotação: 021200.14.334.0020.2393.0000.3.3.90.39;

Página 8 de 10

JULIO CESAR
REZENDE
FRANCO:5299
7006600

Assinado digitalmente por JULIO CESAR REZENDE FRANCO:52997006600
Dados: 2025.08.08 17:50:59 -03'00'

DANILO DE AZEVEDO SILVA

Assinado digitalmente por DANILLO DE AZEVEDO SILVA
Dados: 2025.08.08 17:50:59 -03'00'

Assinado digitalmente por DANILLO DE AZEVEDO SILVA
Dados: 2025.08.08 17:50:59 -03'00'





PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA
ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Lucas Augusto, 68 - Telefones: (32) 3694.4200 | 3694.4202 | Fax: (32) 3694.4204 | 3694.4209 | Cep.: 36700-000

Manutenção das Ativ. Da	Sec. De	Governo,	dotação:
021200.04.661.0001.2024.0000.3.3.90.39;			
Implantação/Manutenção	Guarda	Municipal,	dotação:
021800.04.122.0001.2440.0000.3.3.90.39;			
Manutenção das Ativ. Sec.	Assistência	Social,	dotação:
021504.08.122.0001.2018.0000.3.3.90.39;			
Manutenção Ativ. Sec. Agric.	Pec. e	Abast.,	dotação:
021200.04.661.0001.2024.0000.3.3.90.39;			
Manutenção Secretaria	Esporte	e Lazer,	dotação:
021303.04.122.0001.2025.0000.3.3.90.39;			
Manutenção Ativ. Da Sec.	De	Meio Ambiente,	dotação:
021900.18.122.0001.2022.0000.3.3.90.39;			
Manutenção Atividades	Sec.	Obras,	dotação:
021603.04.122.0001.2011.0000.3.3.90.39;			
Manutenção das Ativ. Secretaria	de	Administração,	dotação:
020700.04.122.0001.2005.0000.3.3.90.39;			
Atividades do Terminal Rodoviário,	dotação:	020900.26.782.0001.2347.0000.3.3.90.39;	
Manutenção das Ativ. Sec.	Serviços	Urbanos,	dotação:
020900.15.122.0001.2008.0000.3.3.90.39;			
Desenvolvimento Atividades		Creche,	dotação:
021002.12.365.0001.2371.0000.3.3.90.39;			
Manutenção Setor Administrativo	Sec.	Educação,	dotação:
021001.12.122.0001.2017.0000.3.3.90.39;			
Desenvolvimento Ensino		Fundamental,	dotação:
021002.12.361.0001.2336.0000.3.3.90.39;			
Manutenção das Atividades da	Sec. De	Fazenda,	dotação:
020803.04.123.0001.2006.0000.3.3.90.39;			
Manutenção Ativ. Sup. De	Cont. e	Orçamento,	dotação:
020801.04.121.0001.2007.0000.3.3.90.39;			
Manutenção das Atividades	do	Gabinete,	dotação:
020100.04.122.0001.2002.0000.3.3.90.39;			
Manutenção das Atividades	da	Procuradoria,	dotação:
020302.04.122.0001.2003.0000.3.3.90.39;			
Atividades do Museu "Espaço	dos	Anjos",	dotação:
022001.13.391.0002.2358.0000.3.3.90.39;			
Manutenção das Atividades	Sec.	Cultura,	dotação:
022001.13.392.0001.2349.0000.3.3.90.39.			

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1 - Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÕES

19.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2 - O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1.doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1 e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1





PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Lucas Augusto, 68 - Telefones: (32) 3694.4200 | 3694.4202 | Fax: (32) 3694.4204 | 3694.4209 | Cep.: 36700-000

19.3 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÕES

20.1 - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021 bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.


CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

21.1 - Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Leopoldina, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

21.1.1 Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Leopoldina, 04 de agosto de 2025.


PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Município de Leopoldina – Contratante


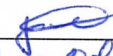

SARAH DUTRA MORAES FERRAZ
Secretária Municipal de Administração

JULIO CESAR REZENDE
Assinado de forma digital por JULIO CESAR REZENDE
FRANCO:52997006600
Dados: 2025.08.08 17:48:42 -03'00'

JÚLIO CÉSAR REZENDE FRANCO

Geset Comércio, Assistência Técnica e Locações Maq. e Duplic. Ltda - Contratada

TESTEMUNHAS

1) Ass.:  Nome: Geset do Comercio
2) Ass.:  Nome: Daniilo de Azevedo Silva

PROCURADORIA GERAL:

Atendendo às determinações contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, aprovo a minuta do contrato nº 139-2025.

DANILO DE AZEVEDO SILVA
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO
OAB/MG nº 109.595

Página 10 de 10

DANILO DE AZEVEDO SILVA

Assinado digitalmente por DANILO DE AZEVEDO SILVA
DN: CN=, O=ICP-Brasil, OU=ICP-Brasil, CN=DANILO DE AZEVEDO SILVA, OU=Assinatura Tipo A3, OU=ADVOGADO, CN=DANILO DE AZEVEDO SILVA
Resol: Eu sou o autor do documento
Localizag: /
Form: PDF Header: Ver

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONCALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1.doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1> e informe o código D9CE-0610-5BCC-4AA1





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D9CE-0610-5BCC-4AA1

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES (CPF 098.XXX.XXX-37) em 18/05/2026 14:55:38
GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D9CE-0610-5BCC-4AA1>

Memorando Interno

Ponte Nova, 18 de maio de 2026.

Ao Controle Interno

Assunto: Solicitação de análise e emissão de parecer – fase preparatória (pesquisa de preços).

Prezada Senhora,

Encaminhamos, por meio deste, a documentação referente a fase de planejamento do processo administrativo destinado à realização de procedimento licitatório, para análise desse Controle Interno, visando a **Contratação de empresa para a prestação serviços continuados de outsourcing de impressão, com o fornecimento em regime de comodato de máquina copiadora/digitalizadora/impressora (multifuncional/laser I), incluindo a prestação de serviços de assistência técnica/manutenção.**

Solicitamos a verificação da regularidade dos atos processuais praticados até o presente momento, com a consequente emissão de parecer, nos termos do art. 169, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A manifestação desse setor é necessária para o regular prosseguimento do processo, especialmente para subsidiar a autorização da autoridade competente e posterior publicação do edital.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Déniz Aparecida de Almeida Gonçalves
Setor de Compras



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B9BF-2C76-9063-3296

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES (CPF 098.XXX.XXX-37) em 18/05/2026 14:59:06
GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/B9BF-2C76-9063-3296>



Data 23 de maio de 2026
Parecer nº 025/2026
Requerente: Central de Compras e Licitações
De: Controle Interno

PARECER DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

Chegou ao Setor de Controle Interno, para manifestação, a documentação de procedimento licitatório objetivando **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO, COM FORNECIMENTO EM REGIME DE COMODATO DE MÁQUINA COPIADORA/DIGITALIZADORA/IMPRESSORA (MULTIFUNCIONAL/LASER), INCLUÍDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA/MANUTENÇÃO.**

ANÁLISE DE DOCUMENTOS

Levando em consideração os documentos que constam nos autos até a presente data, o exame dos atos realizados no procedimento licitatório demonstrou o que segue:

- a) O procedimento licitatório possui Documentos de Formalização de Demanda (DFD);
- b) O procedimento licitatório possui ETP (Estudo Técnico Preliminar);
- c) Consta no processo o Mapa de Riscos;
- d) Consta a Consolidação dos Produtos da Pesquisa de Preços, no qual, descreve o método utilizado para obtenção de preços;
- e) Média de preços obtida através de pesquisa no ComprasGov e PNCP;
- f) Verificou-se que os orçamentos foram realizados respeitando os parâmetros do Decreto nº 05/2022.

Após o exame dos itens que compõem a análise do procedimento licitatório, considero que o mesmo está **APTO** para que seja dado prosseguimento as etapas subsequentes.

ADRIANA APARECIDA DE OLIVEIRA
Controle Interno





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F6F8-5339-14B3-794C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ADRIANA APARECIDA DE OLIVEIRA (CPF 091.XXX.XXX-67) em 23/05/2026 19:00:35 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/F6F8-5339-14B3-794C>

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para a prestação serviços continuados de outsourcing de impressão, com fornecimento em regime de comodato de máquina copiadora/digitalizadora/impressora (multifuncional e a laser), incluindo a prestação de serviços de assistência técnica/manutenção na Unidade Assistencial do CISAMAPI em Ponte Nova- MG e no polo na cidade de Rio Casca- MG, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	QUANT . DE EQUIP.	QUANT. PÁGINA MENSAL	VALOR UNIT. PÁGINA	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL PARA 12 MESES
01	26930	Outsourcing de impressão - sem franquia - faturamento por páginas impressas, impressão policromática, sem papel, impressora indicada para impressão de exames médicos	03	4.200	R\$1,18	R\$ 4.956,00	R\$ 59.472,00
02	26891	Outsourcing de impressão - sem franquia - faturamento por páginas impressas - impressão monocromática sem papel, para impressão em geral dos setores administrativos	07	18.000	R\$0,15	R\$ 2.700,00	R\$ 32.400,00
03	26891	Outsourcing de impressão - sem franquia-faturamento por páginas impressas, impressão monocromática em geral para os consultórios médicos.	04	42.240	R\$0,15	R\$ 6.336,00	R\$ 76.032,00
Valor total estimado (12 meses)							R\$167.904,00

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O objeto desta contratação é caracterizado como serviço comum de tecnologia da informação e comunicação (TIC).

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme necessidade e interesse da administração, conforme art. 105 da Lei 14.133/2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.1. Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e em razão do valor estimado dos itens serem inferiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), somente poderão participar deste lote pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação e que se enquadrem no conceito legal de microempresa e empresa de pequeno porte.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.2. A presente contratação tem como objetivo suprir as necessidades de impressão, digitalização e reprografia de documentos e laudos de exames, espera-se com a solução a ser adquirida, a disponibilização ininterrupta do serviço de impressão, bem como qualidade dos materiais a serem utilizados e melhoria das rotinas administrativas e assistencial de todos os usuários nos setores visando manter o atendimento nas ações e serviços setoriais atendendo de forma mais ampla, ágil e distribuída as suas demandas organizacionais, com o menor risco possível de descontinuidade dos serviços.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio:

4.1. A pretensão contratual se pauta na necessidade efetiva contratação de empresa para a prestação serviços continuados de outsourcing de impressão, com fornecimento em regime de comodato de máquina copiadora/digitalizadora/impressora (multifuncional e laser), incluindo a prestação de serviços de assistência técnica/manutenção na unidade assistencial do CISAMAPI em Ponte NovaMG e no polo na cidade de Rio Casca-MG

4.2. A empresa proponente deverá incluir obrigatoriamente na sua proposta comercial, a (s) marca (s) e o (s) modelo (s) dos equipamentos instalados, com intuito de conferir se o equipamento ofertado atende as especificações exigidas. As impressoras interligadas diretamente nos equipamentos médicos tem que ser compatível com o sistema operacional de cada equipamento.

4.3. Na hipótese em que o equipamento não atender as especificações, ou as especificações forem inferiores as solicitadas e ou o equipamento médico não reconhece a impressora, a proposta será desclassificada;

4.4. As especificações dos produtos ofertados poderão ser superiores às especificações exigidas deste que atendem a necessidade do CISAMAPI, como por exemplo seja compatível com o sistema operacional dos equipamentos médicos.



Requisitos de Capacitação

4.5. Serão previstos treinamentos dos usuários em seus postos de trabalho e o fornecimento, instalação e “customização” de software de gerenciamento e contabilização.

Requisitos Legais

4.6. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

Requisitos de Suporte e Manutenção

4.7. A empresa deverá prestar os serviços de assistência técnica e manutenção (preventiva e corretiva), incluindo peças, instalações de softwares, manutenção de suprimentos originais (toner, revelador, cilindro, etc);

4.8. Deverá ser disponibilizado ao menos um (01) toner para cada impressoras monocromáticas e 1 kit completo para cada impressora policromática reserva por máquina, para troca imediata em caso de esgotado o toner ou em caso de defeito no mesmo;

4.9. Todo custo relativo as manutenções, incluindo peças e partes é de responsabilidade da contratada

Requisitos Temporais

4.10. Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

4.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.12. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.13. Para a resolução de quaisquer problemas apresentados pelos equipamentos e devidamente solicitados, a contratada obedecerá a seguinte tabela:

Tabela de hora útil

Visita técnica	24 horas
Resolução dos problemas após visita técnica	24 horas
Fornecimento de toner	72 horas

4.14. O prazo é contado a partir do registro da ocorrência e se encerra na reativação do equipamento comprovada por um profissional do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRO REGIÃO DO VALE DO PIRANGA -CISAMAPI.



4.15. No caso de tempo de recuperação do equipamento ser maior que aqueles previstos na tabela acima, a Contratada providenciará a substituição temporária do equipamento.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.16. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e

4.8.2. A CONTRATADA deverá prestar, de imediato, todos os esclarecimentos solicitados pela fiscalização do CISAMAPI no que diz respeito ao cumprimento dos itens deste documento.

4.8.3. Somente os técnicos da empresa, ou pessoa a quem ela autorizar por escrito, poderão executar os serviços e suporte técnico.

4.8.4. Informar prontamente à CONTRATANTE sobre fatos e/ou situações relacionadas à prestação dos serviços contratados que representem risco ao êxito da contratação ou o cumprimento de prazos exigidos, além de responsabilizar-se pelo conteúdo e veracidade das informações prestadas-sob pena de incorrer em situações de dolo ou omissão.

4.8.5. Zelar pelo cumprimento de leis e normas relativas à segurança e medicina do trabalho durante a execução de quaisquer serviços de sua responsabilidade nas instalações da CONTRATANTE. Assim como cumprir as normas da CONTRATANTE aplicáveis em suas instalações funcionais, inclusive regras de acesso e controles de segurança.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.17. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.9.2. Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água.

4.9.3. Maior eficiência na utilização de recursos energéticos.

4.9.4. Administrar situações emergências de acidentes com eficácia, mitigando os impactos ao meio ambiente.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.18. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.19. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

Requisitos de Projetos e de Implementação

4.20. À contratada caberá o planejamento e execução do processo de implantação da solução proposta, devendo o planejamento ser apresentado para aprovação e liberação de execução.

4.21. A implementação da solução constará de:

4.19.1. Instalação dos equipamentos e customização das configurações;

4.19.2. Identificação dos equipamentos;

4.19.3. Implantação dos *softwares* de gerenciamento e contabilização dos equipamentos;

4.19.4. Instalação do software Daiko para o equipamento colorido. A3

4.19.5. Customização de relatórios;

4.19.6. Treinamento de equipe de funcionários do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA-CISAMAPI.

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.22. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

Requisitos de Experiência Profissional

4.23. Os serviços de assistência técnica, suporte e garantia deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços;

Requisitos de Formação da Equipe

4.24. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.25. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.26. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.27. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.28. Características técnicas dos equipamentos (mínimo):

SEDE DO CISAMAPI EM PONTE NOVA/MG AVENIDA ERNESTO TRIVELLATO, 120, BAIRRO TRIÂNGULO – PONTE NOVA/MG – CEP: 35430-141				
EQUIPAMENTO	ITEM	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	QUANT. EQUIP. INSTALADOS	QUANT. EQUIP. BACKUP
Tipo 01	01	As impressoras para impressão de exames médicos, policromáticas deverão possuir as seguintes especificações mínimas: Equipamento novo: Impressora deverá ser indicada para impressão de exames médicos de alta resolução. Tecnologia de impressão laser ou digital led de 04 cores (CMYK); Resolução de Impressão: 600 X 600 dpi / 1200 X 600 dpi Velocidade de impressão mínima: 30 ppm modo colorido e 35ppm mono ou velocidade superior Conectividade mínima: USB 2.0 (High Speed), Paralela, 100BASE-TX/10BASE-T ou similar Protocolos mínimos	02	01

		<p>suportados: TCP/IP, NetBEUI, NetWare, EtherTalk Ciclo de trabalho mínimo: Recomendado: Até 10.000 páginas/mês - Máximo: 100.000 páginas/mês Memória de 256 MB – mínimo Processador 500 MHZ – mínimo Linguagem de impressão: PCL® 6, PCL 5c; PostScript® 3™; Windows Vista XPS; PDF Direct Print vl.7ou compatível Voltagem: 115/127 volts ou bivolt Sistema operacional compatível com os equipamentos médicos do CISAMAPI.</p> <p>E uma das impressoras policromáticas deverá ter as seguintes especificações mínimas , considerando a necessidade específica do equipamento de raio x (DRX- Compass) do CISAMAPI</p>		
Tipo 02	01	<p>Equipamento novo, de primeiro uso</p> <ul style="list-style-type: none"> • Impressora, copiadora e scanner colorida. • Hi-Speed USB 2.0, Ethernet 10/100/1000 Base TX. • 42 páginas por minuto. • Linguagens de impressão: PDF, PCL 6 e Post Script nível 3 • Processador 1,5 ghz. • Memória padrão de 4 gb. • Resolução de impressão 1200 x 1200. • 02 gavetas de 500 folhas. • Tamanho de papel até A3 • O equipamento deve ser compatível e vir acompanhado de driver de instalação para ambiente operacional Windows, Mac e Linux; • Equipamento deverá ser instado com software Daiko para impressão de serviços de diagnóstico de imagem 	01	-
Tipo 03	02	<p>As impressoras multifuncionais monocromáticas deverão possuir as seguintes especificações mínimas: Equipamento novo, de primeiro uso Equipamento do tipo multifuncional: impressão, cópia e digitalização Capacidade de impressão mensal suportado (págs. /mês): 40.000 (igual ou superior) Alimentador automático de originais Tamanho de papel suportado para impressão: A4, Carta, Ofício, Executivo, Envelope 4 Tamanho do vidro do scanner: mínimo ofício Sistemas Operacionais compatíveis: Linux, Windows Função cópia: Sim Função Scanner de Rede Colorido: Sim Formato de arquivo scanner colorido: PDF,</p>	06	01

		BMP, JPEG (no mínimo) Alimentador automático de original do scanner, com sistema de digitalização frente e verso Impressão Frente e Verso (duplex) Automático: Sim Velocidade de Impressão: 40 ppm (igual ou superior Resolução de Impressão: 600x 600 dpi (igual ou superior Tecnologia de Impressão: Laser monocromática Conectividade: Rede Ethernet, USB 2.0 PDL/Emulação: PCL5e, PCL6, PostScript3, PDF V1.4, TIFF / JPG (mínimo) Alimentação: 115/127 volts ou bivolt Impressão direta no Pen Drive		
Tipo 03	03	A impressora monocromática deverá possuir as seguintes especificações mínimas: Equipamento novo, de primeiro uso Equipamento do tipo impressora Tamanho de papel suportado para impressão: A4, Carta, Ofício, Executivo, Envelope Função: impressão Impressão Frente e Verso (duplex) automático: Sim Tecnologia de Impressão: Laser monocromática Impressão de 33 ppm (A4) e 35ppm (Carta), conexão USB, Ethernet e WiFi, memória de 256MB, velocidade do processador de até 350 MHz, ciclo mensal de impressão de até 80.000 folhas, conectividade NFC VOLTAGEM: 110-127V Quantidade de equipamentos que serão instalados/utilizadas: 04 unidade	04	-
POLO DO CISAMAPI RIO CASCA/MG RUA RAIMUNDO CORREA, 115, BAIRRO DAS GRAÇAS – RIO CASCA/MG – CEP; 35.370-000				
EQUIPAMENTO	ITEM	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	QUANT. EQUIP. INSTALADOS	QUANT. EQUIP. BACKUP
03	02	As impressoras multifuncionais monocromáticas deverão possuir as seguintes especificações mínimas: As impressoras multifuncionais monocromáticas deverão possuir as seguintes especificações mínimas: Equipamento novo, de primeiro uso Equipamento do tipo multifuncional: impressão, cópia e digitalização Capacidade de impressão mensal suportado (págs. /mês): 40.000 (igual ou superior) Alimentador automático de originais Tamanho de papel suportado para impressão: A4, Carta, Ofício, Executivo, Envelope 4 Tamanho do vidro do scanner: mínimo ofício Sistemas Operacionais compatíveis: Linux, Windows Função cópia: Sim Função Scanner	01	-

	de Rede Colorido: Sim Formato de arquivo scanner colorido: PDF, BMP, JPEG (no mínimo) Alimentador automático de original do scanner, com sistema de digitalização frente e verso Impressão Frente e Verso (duplex) Automático: Sim Velocidade de Impressão: 40 ppm (igual ou superior Resolução de Impressão: 600x 600 dpi (igual ou superior Tecnologia de Impressão: Laser monocromática Conectividade: Rede Ethernet, USB 2.0 PDL/Emulação: PCL5e, PCL6, PostScript3, PDF V1.4, TIFF / JPG (mínimo) Alimentação: 115/127 volts ou bivolt Impressão direta no Pen Drive		
--	---	--	--

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.29. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.30. A Contratada se obriga a tratar como informações sigilosas e privadas do CISAMAPI quaisquer informações, dados, controle de uso e relatórios relacionados à prestação dos serviços, não podendo revelá-los ou facilitar informações de terceiros.

4.31. A Contratada se compromete a tomar providências, quando de sua competência, para reduzir ou solucionar as causas relacionadas aos incidentes e/ou problemas de segurança da informação, quando identificados que são de sua responsabilidade.

4.32. A Contratante se compromete em relação aos serviços comunicar imediatamente e oficialmente à Contratada sob incidentes, falhas, problemas e/ou riscos relacionados à segurança das informações e dados envolvendo os serviços contratados.

Vistoria

4.33. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Sustentabilidade

4.34. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis_2025.pdf/view

Subcontratação

4.35. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.36. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

4.37. A empresa deverá preencher sua proposta, observando o valor fixado pela administração, que contempla todos os custos diretos e indiretos para cumprimento do objeto.

4.38. Não será admitida nenhuma cobrança adicional pelos serviços prestados.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. Receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos, cuja criação ou alteração seja, objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

5.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9. Fazer a transição contratual, quando for o caso.

5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

5.3.1. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

5.3.3. Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

5.3.4. As formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

5.3.5. Definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

5.3.6. Definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

5.3.7. A definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

5.3.8. As regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo contratado; e

5.3.9. As regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 do art. 17 da Instrução Normativa SGS/ME nº 94, de 2022, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias após o envio da ordem de serviço.

Local e horário da prestação dos serviços

6.2. As impressoras deverão ser instaladas nos seguintes endereços:

6.2.1. **Unidade do CISAMAPI em Ponte Nova - MG** - Avenida Ernesto Trivellato- 120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG.

6.2.2. **Polo do CISAMAPI em Rio Casca - MG** - Praça Raimundo Correa, 115, Bairro das Graças -Rio Casca - MG

6.3. Os serviços serão prestados nos seguintes horários:

6.3.1. O horário de funcionamento do CISAMAPI é de 07:00h às 17:00h, de segunda a sexta-feira. Também neste período deverá a contratada colocar à disposição serviço de *helpdesk* para os usuários.

Materiais a serem disponibilizados

6.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

6.4.2. O fornecimento de **peças** e **insumos** deverá ser garantido durante a duração do contrato e as prorrogações/aditivos por ventura acertado.

Formas de transferência de conhecimento

6.5. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.6. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Mecanismos formais de comunicação

6.7. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- 6.7.1. Ordem de Serviço;
- 6.7.2. Ata de Reunião;
- 6.7.3. Ofício;
- 6.7.4. Sistema de abertura de chamados;
- 6.7.5. E-mails
- 6.7.6. Memorando
- 6.7.7. WhatsApp

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.8. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.9. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e

Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos **ANEXOS I e II** deste Termo.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

7.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

7.6. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período.

7.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Reunião Inicial

7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.10. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.10.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.10.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.10.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.10.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.10.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Rotinas de Fiscalização

7.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.13. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.14. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

7.19. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.21. A fiscalização do objeto será exercida pelos fiscais nomeados: Gabriel dos Santos da Cruz e Michele de Oliveira Damásio.

Gestor do Contrato

7.22. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.22.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.22.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.22.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.22.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.22.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.22.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.22.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7.23. receber e dar encaminhamento imediato:

7.23.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

7.23.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7.23.4. A gestão do objeto licitado será exercida pela Gestora de contratos Aline Gomes Santana.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05(cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 8.2. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 8.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 8.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 8.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 8.6. Ao final de cada período/evento de faturamento:
- 8.6.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 8.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 8.8. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 8.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 8.10. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 8.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 8.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.13.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.13.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.13.4. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.13.5. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.13.6. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.17. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.18. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.19. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) O prazo de validade;
- II) A data da emissão;
- III) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) O período respectivo de execução do contrato;
- V) O valor a pagar; e
- VI) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.20. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.21. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.22. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.22.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.22.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.23. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.24. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.25. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.26. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.27. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.28. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.29. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.30. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.31. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.31.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.32. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.33. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 18/05//2026.

8.34. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.35. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.36. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.37. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.38. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.39. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.40. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

8.41. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.41.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.41.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.42. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum

aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.42.3. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.42.4. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

9.1. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SDG/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o contratado:

9.1.1. Não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.1.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.3. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.3.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.3.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.3.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.4. Multa:

9.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d” de 0,001% (um milésimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

9.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

9.4.2.1. O atraso superior a 30 dias (trinta) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da Contratação.

9.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da Contratação.

9.4.5. Compensatória, para infração descrita na alínea “b” de 2% (dois por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.

9.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para infrações descritas na alínea “d” de 0,5% (meio por cento) a 1% (um por cento) do valor da contratação.

9.4.7. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.

9.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.5. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.9.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.9.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.10.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.10.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.13.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, não podendo o valor unitário de cada item ser superior ao seu valor de referência, modo de disputa **ABERTO**, nos termos do art. 6º, inciso XLI, e do art. 34, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. A proposta comercial terá validade mínima de 90 dias.

Regime de Execução

10.3. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

10.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da

empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

10.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.21. Verificação da situação do fornecedor ou prestador de serviço selecionado no **Cadastro Informativo da Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas (Cadin-MG)**, no **Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com Administração Pública do Poder Executivo Estadual (Cafimp)** perante Fazenda Pública Estadual.

10.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Qualificação Técnica

10.25. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.25.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato (s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

10.25.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.25.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.25.4 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.26. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.27. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10.28. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.29. Comprovação de outorga da ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) mediante apresentação de cópia do Ato de Autorização, Contrato de Concessão ou publicação do Ato no Diário Oficial da União (DOU), celebrado entre a ANATEL e a empresa licitante, onde conste no objeto autorização para Serviço de Comunicação Multimídia (SCM).

10.30. Declaração de infraestrutura técnica compatível com a execução do objeto, incluindo pontos de presença (POP) e cobertura de rede de fibra óptica no território municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

10.31. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

10.36. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.34.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.34.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.34.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.34.5. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.34.6. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.34.2. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

10.34.2. Ata de fundação;

10.34.3. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

10.34.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

10.34.4. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

10.34.5. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

10.34.6. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

10.34.7. Última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$167.904,00 (cento e sessenta e sete mil e novecentos e quatro reais), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

Dotação: 01.02.01.10.302.0003.2004.3.3.90.40.00

Ficha: 034

Fonte:1.500.000.1002

Dotação: 01.20.01.10.304.0006.2027.3.3.90.39.00

Ficha: 142

Fonte:1.500.000.1002

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Ponte Nova (MG), 03 de junho de 2026.

Bruno Gomides Crivelaro

Setor de Compras

ANEXO I

Termo de Ciência (Modelo)

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos colaboradores da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade. No caso de substituição ou inclusão de colaboradores da CONTRATADA, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos colaboradores envolvidos na execução dos serviços contratados.

Identificação		
Objeto		
Contratada		CNPJ
Preposto		CPF
Gestor do Contrato		
Ciência		
Por este instrumento, os colaboradores abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da CONTRATANTE.		
Colaboradores da CONTRATADA		
Nome do colaborador	CPF	Assinatura

Local e data

Assinatura do responsável

ANEXO II

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

Pelo presente instrumento o **Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga – CISAMAPI**, sediado na Avenida Ernesto Trivellato, nº 120- Bairro Triângulo – Ponte Nova/MG, CNPJ nº 01.095.667/0001-88 doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º <nº do contrato>** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção; CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 – OBJETO

O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento, relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não. Referência: Art. 18, Inciso V, alínea "a" da IN SGD/ME nº 94/2022.

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6 – VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7 – PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 155 da Lei nº. 14.133/2021.

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9 – FORO

A CONTRATANTE elege o foro da **Cidade de Ponte Nova/MG**, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10 – ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	CONTRATANTE
<p>_____</p> <p><Nome></p> <p><Qualificação></p>	<p>_____</p> <p><Nome></p> <p>Matrícula: xxxxxxxx</p>
TESTEMUNHAS	
<p>_____</p> <p><Nome></p> <p><Qualificação></p>	<p>_____</p> <p><Nome></p> <p><Qualificação></p>

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 305D-F6D1-B958-CC09

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ BRUNO GOMIDES CRIVELARO (CPF 128.XXX.XXX-35) em 03/06/2026 14:41:23 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/305D-F6D1-B958-CC09>

Memorando Interno

Ponte Nova, 25 de maio de 2026.

Ao Setor de Contabilidade

Assunto: Solicitação de informação de disponibilidade orçamentária e financeira

Prezada Senhora,

Em atendimento à solicitação da Diretora Administrativa e Assistencial do CISAMAPI, encaminhamos a presente demanda para verificação da existência de dotação orçamentária, respectiva ficha e saldo financeiro disponível para atendimento da despesa referente à **Contratação de empresa para a prestação serviços continuados de outsourcing de impressão, com fornecimento em regime de comodato de máquina copiadora/digitalizadora/impressora (multifuncional e a laser), incluindo a prestação de serviços de assistência técnica/manutenção**, cujo valor estimado é de **R\$167.904,00** (cento e sessenta e sete mil e novecentos e quatro reais).

A presente solicitação tem por finalidade instruir o processo administrativo de contratação, em observância às disposições dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que tratam da geração de despesa e da necessidade de prévia indicação de disponibilidade orçamentária e financeira.

Diante do exposto, solicitamos a gentileza de informar a **dotação orçamentária correspondente, número da ficha, fonte de recursos e saldo disponível**, para que possamos dar regular prosseguimento aos trâmites administrativos.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Gabriel Gustavo Ferraz
Agente de Contratação



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E032-F0B4-426C-E19D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ GABRIEL GUSTAVO FERRAZ (CPF 068.XXX.XXX-92) em 26/05/2026 10:05:23 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/E032-F0B4-426C-E19D>

Memorando Interno

Data: 29 de maio de 2026
Para: Central de Compras
A/C: Gabriel Gustavo Ferraz
De: Renata Amaral de Freitas
Referente: Existência de Crédito Orçamentário

Em resposta à sua solicitação, informo que as dotações orçamentárias para a Contratação de empresa para a prestação serviços continuados de outsourcing de impressão, com fornecimento em regime de comodato de máquina copiadora/digitalizadora/impresora (multifuncional e a laser), incluindo a prestação de serviços de assistência técnica/manutenção, cujo o valor estimado será de **R\$ 167.904,00**. No caso de formalização de contrato, emissão de nota de empenho ou outro instrumento hábil, conforme previsto no art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021:

Exercício de 2026:

MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS E AMBULATORIAIS

Dotação: 01.02.01.10.302.0003.2004.3.3.90.40.00 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA

Ficha: 034

Fonte:1.500.000.1002

Saldo disponível: R\$ 90.655,77

PROGRAMA VISA-CIS

Dotação: 01.20.01.10.304.0006.2027.3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Ficha: 142

Fonte:1.500.000.1002

Saldo disponível: R\$ 65.549,80

As referidas despesas serão empenhadas no exercício financeiro, de acordo com verificação de disponibilidade orçamentária e financeira.

Vale ressaltar que no caso dos municípios consorciados, as despesas deverão ser empenhadas ou contratadas mediante utilização de dotação própria de cada município consorciado na época da efetivação das despesas.

Renata Amaral de Freitas
Contadora (MG-116771/O-5)



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: FC9D-40B1-43E9-C5CC

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ RENATA AMARAL DE FREITAS (CPF 097.XXX.XXX-32) em 29/05/2026 09:01:34 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/FC9D-40B1-43E9-C5CC>

Memorando Interno – Central de Compras

Ponte Nova, 03 de junho de 2026.

Ao Presidente/Autoridade Competente

Assunto: Solicitação de autorização para abertura de procedimento licitatório.

Senhor Presidente,

Encaminhamos para apreciação de Vossa Senhoria o processo administrativo abaixo identificado:

Objeto: Contratação de empresa para a prestação serviços continuados de outsourcing de impressão, com fornecimento em regime de comodato de máquina copiadora/digitalizadora/impressora (multifuncional e a laser), incluindo a prestação de serviços de assistência técnica/manutenção.

O processo encontra-se devidamente instruído com:

- Documento de Formalização da Demanda – DFD;
- Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- Termo de Referência / Projeto Básico;
- Pesquisa de preços;
- Indicação de dotação orçamentária e saldo financeiro;
- Parecer do Controle Interno (quando aplicável);

Diante do exposto, submetemos o processo à apreciação de Vossa Senhoria para autorização da abertura do procedimento licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Atenciosamente,

Gabriel Gustavo Ferraz
Agente de Contratação



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7595-BBA0-7B02-3E89

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ GABRIEL GUSTAVO FERRAZ (CPF 068.XXX.XXX-92) em 03/06/2026 14:56:32 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/7595-BBA0-7B02-3E89>

Memorando Interno

Ponte Nova, 03 de junho de 2026.

Para: Central de Compras

Assunto: Autorização para abertura de procedimento licitatório

Prezado Agente de Contratação,

Em atendimento à solicitação encaminhada pela Central de Compras, autorizo a abertura de procedimento licitatório referente ao:

Objeto: Contratação de empresa para a prestação serviços continuados de outsourcing de impressão, com fornecimento em regime de comodato de máquina copiadora/digitalizadora/impresora (multifuncional e a laser), incluindo a prestação de serviços de assistência técnica/manutenção.

A presente autorização visa dar prosseguimento às providências administrativas necessárias à realização do certame, observando-se as disposições previstas na Lei nº 14.133/2021, bem como demais normas aplicáveis à matéria.

Determino que, na condução do procedimento, sejam observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade, assegurando-se a regular instrução processual.

Atenciosamente,

Eder Elói Alves Pena
Presidente do CISAMAPI



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: DB6F-D543-82DC-FA86

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ EDER ELOI ALVES PENA (CPF 105.XXX.XXX-24) em 03/06/2026 15:10:17 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/DB6F-D543-82DC-FA86>



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga

MINUTA EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24/2026

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1.1. Procedimento licitatório de bens e/ou materiais e/ou serviços, conforme especificação sumária do objeto constante do [Anexo I CEE 01](#) (cláusula de condição específica do edital CEE), observado o detalhamento do objeto constante do termo de referência, Anexo II deste edital.

1.2. DADOS DE AUTUAÇÃO DO PROCESSO

1.2.1. Número do processo administrativo: [Anexo I – CEE 02](#).

1.2.2. Data autuação processo administrativo: [Anexo I – CEE 02](#)

1.2.3. Tipo de procedimento: Pregão

1.2.4. Número do tipo de procedimento: [Anexo I – CEE 02](#)

1.3. PADRONIZAÇÃO DO EDITAL

1.3.1. Em conformidade com o permissivo do inciso IV do *caput* do art. 19 e §1º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021 é adotada minuta padronizada de edital, previamente aprovada pelos órgãos de controle e jurídico do CISAMAPI.

1.3.2. Dado o enquadramento do objeto no conceito inserto no inciso XIII do *caput* do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, são estabelecidas no edital as normas padronizadas de caráter uniforme e geral aplicáveis ao certame e no Anexo I as especificidades do processo da licitação e do objeto – CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO EDITAL (CEE).

1.4. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.4.1. O objeto deste certame possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no Anexo II do edital, se enquadrando no conceito legal de bens e serviços comuns conforme inciso XIII do *caput* do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

1.5. NORMAS APLICÁVEIS

1.5.1. Lei nº 14.133/2021

1.5.2. Lei nº 11.107/2005

1.5.3. Decreto nº 6.007/2007

1.5.4. Estatuto e Contrato do consórcio público

1.5.5. Normas regulamentadoras da lei nº 14.133/2021 expedidas pelo consórcio disponíveis em: www.cisamapi.mg.gov.br/

1.5.6. Normas específicas aplicáveis ao objeto do certame constantes do Anexo II

1.6. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS

1.6.1. A motivação de atos expedidos e a fundamentação de decisões prolatadas no âmbito do processo administrativo a que se vincula o presente ato convocatório, deverão observar:

1.6.1.1. O princípio do formalismo moderado;

1.6.1.2. Os princípios Insertos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021;

1.6.1.3. As disposições constantes do decreto-lei nº 4.657/1942;

1.7. DISPONIBILIZAÇÃO EDITAL

1.7.1. O edital e seus anexos se encontram disponíveis para consulta no endereço eletrônico <https://cisamapi.mg.gov.br> e www.licitardigital.com.br

1.7.2. Os pedidos de esclarecimentos e informações e as impugnações e recursos deverão ser formalizadas conforme [Anexo I CEE 03](#)

1.8. INTIMAÇÕES E COMUNICAÇÕES DO PROCESSO

1.8.1. Eventuais comunicações e/ou intimações referentes ao andamento do presente instrumento convocatório serão formalizadas aos licitantes e demais interessados através de publicação no Diário Oficial do Consórcio disponível no endereço <https://www.cisamapi.mg.gov.br/index.php/diario-oficial>

1.9. LOCAL, DATA E HORÁRIO DA LICITAÇÃO

1.9.1. A licitação será realizada em meio eletrônico, observadas as condições de segurança, criptografia e autenticação em plataforma eletrônica indicada no [Anexo I CEE 04](#).

1.9.2. A sessão pública será aberta na data e horário indicados no [Anexo I CEE 05](#).

1.9.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do em sentido contrário.

1.9.4. A referência temporal será o horário oficial de Brasília/DF.

2. PARTICIPAÇÃO

2.1. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1.1. Respeitadas as condições normativas próprias e as constantes deste Edital, poderá participar desta licitação o interessado que promova o credenciamento na forma do item 04 deste edital, atenda aos requisitos de habilitação e qualificação constantes do edital e, ainda, de forma complementar, atenda as seguintes condições: 2.1.1.1. Seja pessoa jurídica legalmente estabelecida no País e possua objeto constante de contrato social ou ato constitutivo equivalente compatível com o objeto da licitação;

2.1.1.2. Consórcio, desde que previsto no [Anexo I – CEE 06](#).

2.1.1.3. Empresa estrangeira, desde que apresente decreto de autorização para funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir e, ainda, atenda às exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por Tradutor Público e

Intérprete Comercial, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

2.2. VEDAÇÕES

2.2.1. Não poderá participar direta ou indiretamente desta licitação o licitante enquadrado em qualquer das seguintes hipóteses:

2.2.1.1. Que esteja impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, na forma do art. 7º da Lei nº 10.520/02 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;

2.2.1.2. Que esteja impedido de licitar ou contratar com os Municípios consorciados e/ou com o Consórcio, nos termos do art. 87, *caput*, inciso III da Lei nº 8666/93 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;

2.2.1.3. Que tenha sido declarado inidôneo, nos termos do art. 87, *caput*, inciso IV da Lei nº 8666/93 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;

2.2.1.4. Que esteja impedido de licitar e contratar ou declarados inidôneos, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade ou de reabilitação devidamente comprovada nos termos do art. 163 da citada lei nº 14.133/2021.

2.2.1.5. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;

2.2.1.6. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;

2.2.1.7. Com decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, exceto se houver decisão judicial específica autorizando sua participação neste certame, e se comprovada a capacidade econômica de arcar com o cumprimento do objeto contratual.

2.2.1.8. Submisso a concurso de credores, em liquidação ou em dissolução;

2.2.1.9. Em que o ramo de atividade não seja pertinente ou compatível com o objeto desta licitação.

2.2.1.10. Nas hipóteses de vedação constantes do art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

2.2.1.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

2.2.1.12. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

2.2.2. Nenhum licitante poderá participar desta licitação com mais de uma proposta por lote.

2.2.3. As vedações de que tratam os itens 2.2.1.1 a 2.2.1.6 o item 2.7.4 será também aplicadas ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.2.4. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

2.2.5. As vedações somente serão consideradas por decisões administrativas e/ou judiciais definitivas das quais não exista recurso pendente de julgamento com a comprovação do trânsito em julgado.

2.3. PARTICIPAÇÃO DIFERENCIADA DE ME'S E EPP'S

2.3.1. A participação do presente certame em relação as ME's e EPP's ocorrerá de forma diferenciada conforme respectiva indicação:

2.3.1.1. No [Anexo I CEE 07](#) em relação ao desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional (art. 47 da LC 123/06) se indicado no referido item;

2.3.1.2. No [Anexo I CEE 08](#) em relação a participação ampla ou restrita de ME's e EPP's desde que previsto no referido item e na proporção/parcela ali indicada.

2.3.1.3. No [Anexo I CEE 09](#) quanto a obrigação de subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno se indicado no referido item.

2.4. DISPOSIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

2.4.1. A participação na presente licitação implica:

2.4.1.1. A aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

2.4.1.2. Autorização de tratamento de dados constantes das propostas apresentadas e dos documentos de habilitação e qualificação da empresa participante, inclusive os eventuais tratamentos de dados pessoais na forma do art. 7º, *caput*, inciso I da lei nº 13.709/2018 mediante divulgação em sítio eletrônico de transparência para fins de reprodução, na íntegra, de todo o processo de licitação instaurado e desenvolvido.

3. ENTE PÚBLICO DESTINATÁRIO DO CERTAME

3.1. O Ente Público responsável pelo planejamento e execução do certame é o CISAMAPI sendo que nos termos do art. 181 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. O objeto deste ato convocatório, nos termos do art. 181 da Lei nº 14.133/2021, atenderá, por delegação prevista no art. 13 da Lei nº 11.107/2005, os Municípios consorciados que se encontram indicados no [Anexo I CEE 11](#)

4. CREDENCIAMENTO

4.1. O pregão será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

4.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação no pregão regulado por este ato convocatório deverão dispor de chave de identificação ou "login" e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da plataforma eletrônica indicada no [Anexo I CEE 04](#)

4.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não

cabendo ao CISAMAPI, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

4.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao procedimento de pregão na forma eletrônica.

4.5. A participação se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

4.6. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

4.7. É de responsabilidade do licitante cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas/plataforma indicada no [Anexo I CEE 04](#) e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. Os licitantes deverão encaminhar proposta inicial até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente no sistema eletrônico referido no [Anexo I CEE 04](#), quando se encerrará a fase de recebimento de propostas.

5.2. O licitante deverá apresentar a proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos e/ou informações:

5.2.1. Valor unitário e total do item (sendo consideradas até 02 casas decimais após a vírgula, salvo se o Termo de Referência - Anexo II indicar número maior);

5.2.2. Marca dos produtos ofertados e respectivo modelo, quando cabíveis.

5.2.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência – Anexo II, indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.

5.2.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

5.3. As propostas deverão ter prazo de validade não inferior a 90 (noventa) dias a contar da data da abertura da licitação.

5.3.1. Se não constar o prazo de validade, entende-se 90 (noventa) dias.

5.4. A proposta final deverá manter inalteradas as características, bem como a marca e modelo indicados no item 5.2.

5.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Termo de Referência - Anexo II.

5.5.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de referência.

5.6. No momento do envio da proposta, o licitante deverá prestar, por meio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

- ✓ Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha participação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrência posterior.
- ✓ Declaro para fins do disposto no inciso VI do *caput* do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
- ✓ Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- ✓ Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º, e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- ✓ Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 15 da lei nº 14.133/2021.
- ✓ Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- ✓ Declaro que cumpro os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, se for o caso.
- ✓ Declaro que assumo o compromisso de guardar todos os documentos originais/autenticados, anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização, se for o caso, pelo prazo de 10 (dez) anos, e apresentá-los quando requeridos pelo CISAMAPI.
- ✓ Declaro que os documentos anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização, se for o caso, são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções legais em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal.
- ✓ Autorizo o tratamento de dados constantes das propostas apresentadas e dos documentos de habilitação e qualificação da empresa participante, inclusive os eventuais tratamentos de dados pessoais na forma do art. 7º, *caput*, inciso I da lei nº 13.709/2018 desde que seja efetivado mediante divulgação em sítio eletrônico de transparência para fins de reprodução, na íntegra, de todo o processo de licitação instaurado e desenvolvido.

- 5.7. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.9. As declarações mencionadas no item 5.6, e nos itens 5.7 e 5.8 conforme o caso, são condicionantes para a participação do certame.
- 5.10. Nos casos de emissão de declaração falsa, o licitante estará sujeito às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital, sem prejuízo das sanções de caráter penal.
- 5.11. Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo resultante de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
- 5.12. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades.
- 5.13. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.14. Não será admitida a subcontratação, salvo nos casos em que houver serviço agregado ao fornecimento do bem, limitados ao serviço, desde que previsto no [Anexo I – CEE 13](#) e, ainda, na hipótese do [Anexo I CEE 09](#).
- 5.15. Os licitantes deverão consignar o valor da proposta, conforme indicado no [Anexo I CEE 12](#), já consideradas inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.16. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.
- 5.17. É de inteira responsabilidade do licitante obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos de qualquer natureza relativos ao

objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.

5.17.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.17.2. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.17.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.18. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

5.19. A fase de habilitação poderá anteceder as fases de apresentação de propostas, lances caso indicado no [Anexo I CEE 14](#).

5.20. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item 5.1, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto ou retorno econômico.

5.20. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.21. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante (na hipótese de inversão fases – item 5.18), o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.22. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.22.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo consórcio ou de sua desconexão.

5.22.2. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.22.3. O licitante deverá comunicar imediatamente qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no [Anexo I CEE 04](#) e [Anexo I CEE 05](#).
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor respectivo constante do Anexo II Termo de Referência.
- 6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá observar o [Anexo I CEE 15](#).
- 6.13. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.14. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado indicado no [Anexo I CEE 16](#).
- 6.15. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.16. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez)** minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois)** minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.17. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **02 (dois)** minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga

6.18. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.19. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.20. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.21. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.22. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **15 (quinze)** minutos sendo que após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até **10 (dez)** minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.23. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **05 (cinco) minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.24. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.25. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até **02 (dois)** minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.26. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.27. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.28. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.27, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.29. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.30. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.31. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga

Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.32. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (dez)** minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 (vinte e quatro)** horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.33. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.34. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial.

6.34.1. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.35. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.36. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **05 (cinco)** minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.37. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.38. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.39. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.40. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.40.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.40.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.40.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga

- 6.40.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.41. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.41.1. Empresas estabelecidas no território do CISAMAPI integrado pela soma dos territórios dos Entes consorciados conforme disposto no [Anexo I CEE 17](#);
- 6.41.2. Em sequência, empresas estabelecidas no estado de Minas Gerais;
- 6.41.3. Em sequência empresas brasileiras;
- 6.41.4. Em sequência empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.41.5. E, por fim, em sequência empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.42. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.43. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.44. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.45. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório
- 6.46. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas)** horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.47. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.48. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. NEGOCIAÇÃO

- 7.1. Após o encerramento da etapa de lances e da aplicação do empate ficto, se for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, visando a que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento estabelecido, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.
- 7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8. DA ACEITABILIDADE E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Encerrada a fase de negociação, o pregoeiro procederá a consulta com a finalidade de verificar se o licitante classificado em primeiro lugar não incorre em nenhuma das hipóteses de vedação de participação do certame, conforme redação do item 2.2, especialmente quanto a realização de consulta consolidada do licitante pessoa jurídica disponibilizada pelo Tribunal de Contas da União – TCU quanto licitantes inidôneos (TCU); condenações cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade (CNJ); empresas inidôneas e suspensas (CEIS - CGU) e empresa punidas (CNEP- GCU) através do endereço eletrônico/URL: <https://certidoeshttps://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/apf.apps.tcu.gov.br/>

8.1.1. Na hipótese de a consulta indicar a existência de fato impeditivo à participação do certame, o licitante será convocado para manifestação pelo prazo mínimo de **05 (cinco)** minutos, e caso não seja apresentada justificativa que permita afastar o impedimento, o licitante será declarado desclassificado por falta de condição de requisito objetivo à participação.

8.2. Atendidas as condições de participação, na forma dos itens precedentes, o licitante classificado em primeiro lugar, por convocação e no prazo definido pelo pregoeiro de, no mínimo **02 (duas)** horas, deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao valor proposto, por meio eletrônico no endereço constante do [Anexo I CEE 04](#).

8.3. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

8.4. O pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal e terceirizados do CISAMAPI, para orientar sua decisão.

8.5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

8.6. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie expressamente à parcela ou à totalidade de remuneração.

8.7. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos deste Edital, será desclassificada aquela que:

8.7.1. Não atenda às exigências do ato convocatório da licitação, incluídas as especificações contidas no Anexo II – Termo de Referência e Anexo VII – Estudo Técnico Preliminar, desde que insanável.

8.7.2. Apresentar preços em desacordo com os critérios de aceitabilidade estabelecidos no [Anexo I – CEE 18](#).

8.7.3. Apresentar preços manifestamente inexequíveis não comprovando sua exequibilidade, observados os critérios indicados no [Anexo I – CEE 19](#).

8.8. Em caso de divergência entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

8.9. O consórcio concederá ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

- 8.10. O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante a sua demonstração;
- 8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, o pregoeiro poderá adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
- 8.11.1. Questionamentos junto ao licitante para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade.
- 8.11.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas.
- 8.11.3. Verificação de outros contratos que o licitante mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada.
- 8.11.4. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: Atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes.
- 8.11.5. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo licitante.
- 8.11.6. Estudos setoriais.
- 8.11.7. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para o fornecimento.
- 8.11.8. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.
- 8.12. Será considerada inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto desta concorrência.
- 8.13. Caso o Anexo II - Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.13.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas no Anexo II – Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.
- 8.13.4. Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado.
- 8.13.4.1. Seguir-se-á com a verificação da amostra e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Anexo II - Termo de Referência.
- 8.14. Será vencedor o licitante que atender a íntegra do Edital e ofertar o menor preço ou o maior desconto ou retorno econômico, considerando o critério de julgamento previsto no [Anexo I – CEE 18](#).
- 8.15. A classificação dos lances apresentados, a indicação da proposta vencedora e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata divulgada no

sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

9. HABILITAÇÃO

9.1. Após o aceite definitivo da proposta vencedora, no prazo mínimo de 02 (duas) horas definido pelo pregoeiro, o licitante será convocado a encaminhar eletronicamente, por meio do sistema em que foi realizada a disputa, os documentos de habilitação abaixo discriminados.

9.2. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:

9.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.3. Documentos Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, mediante apresentação do comprovante de inscrição ou outro documento hábil expedido pela respectiva fazenda pública que indique o número da inscrição.

9.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante;

9.3.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9.4. Documentos Relativos à Qualificação Técnica:

9.4.1. A comprovação de aptidão para o fornecimento do objeto se dará mediante apresentação da documentação constante do [Anexo I CEE 20](#), se indicado.

9.5. Documentos Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

9.6. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

9.7. Demais documentos constantes do [Anexo I CEE 21](#).

9.8. A entrega da documentação física original ou autenticada fica dispensada, podendo ser solicitada a qualquer momento em prazo estabelecido pelo pregoeiro, observada a sua guarda pelo agente de contratação pelo prazo de 10 (dez) anos.

9.9. A documentação física original ou autenticada, quando solicitada deverá ser encaminhada ao endereço indicado no [Anexo I – CEE 22](#).

9.10. Na falta de consignação do prazo de validade dos documentos, exceto item 9.2 e subitens, serão considerados válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua emissão.

9.11. Os documentos referentes à habilitação do licitante deverão estar válidos no dia de abertura da sessão pública.

9.12. Caso a data do julgamento da habilitação não coincidir com a da abertura da sessão, e não for possível ao pregoeiro verificar esta condição por meio de consulta a sites oficiais, o licitante será convocado a encaminhar no prazo de no mínimo **02 (duas)** horas, documento válido que comprove sua condição de habilitação na data da convocação, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

9.13. Quando da apreciação dos documentos para habilitação, o pregoeiro procederá ao que segue:

9.13.1. Se os documentos para habilitação não estiverem completos e corretos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital, o pregoeiro considerará o licitante inabilitado;

9.13.2. No caso de inabilitação do primeiro classificado, serão retomados os procedimentos, respeitada a ordem de classificação do licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, e assim sucessivamente, até que sejam atendidas as condições do Edital.

9.14. Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação e a assinar, quando for o caso, o contrato no prazo fixado pelo consórcio, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

10. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

10.1. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

10.1.1. Os esclarecimentos quanto ao edital poderão ser solicitados ao pregoeiro em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da licitação, conforme informado no [Anexo I – CEE 23](#).

10.1.2. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.1.2.1. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao pregoeiro nos endereços indicados no [Anexo I – CEE 24](#).

10.1.2.2. O licitante que apresentar impugnação deverá encaminhar suas razões fundamentadas ao pregoeiro, que responderá e submeterá à aprovação da autoridade competente.

10.1.2.3. A impugnação feita tempestivamente não impedirá o licitante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga

10.1.2.4. Acolhida a impugnação contra o instrumento convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, quando da resposta resultar alteração que interfira na elaboração da proposta.

10.1.3. Decairá do direito de impugnação ao Edital ou de solicitar esclarecimento o licitante ou interessando que não se manifestar no prazo e forma estabelecidos nos itens 10.1 e 10.2.

10.1.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada na forma do item 1.8 deste edital no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.1.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.1.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.2. RECURSOS

10.2.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021 e, de forma complementar, o regulamento expedido pelo CISAMAPI disponível no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5.

10.2.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.2.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.2.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

10.2.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

10.2.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.2.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema eletrônico/plataforma responsável pela realização do certame.

10.2.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.2.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.2.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, na forma do item 1.8 do edital, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.2.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.2.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.2.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico indicado no [Anexo I – CEE 25](#).

11. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

11.3. Os atos de adjudicação e homologação observarão a forma e procedimento estabelecidos nos regulamentos expedidos pelo CISAMAPI disponíveis no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5.

12. CONTRATO

12.1. O licitante vencedor terá o prazo de **05 (cinco)** dias úteis contados a partir da convocação para assinatura do contrato junto ao órgão de gestão de contratos do consórcio, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de não atendimento da demanda.

12.1.1. O prazo previsto poderá ser prorrogado, por justo motivo, a critério do CISAMAPI, mediante solicitação fundamentada do interessado.

12.2. A formalização de contrato observará a minuta consta de Anexo do edital, as disposições constantes neste item 12 e, por fim, o regulamento expedido pelo CISAMAPI disponível no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5.

13. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

13.1. A fiscalização e a gestão da execução do contrato competirá, respectivamente, ao fiscal e ao gestor de contrato indicados no Anexo II – Termo de Referência ou no termo de contrato a ser firmado.

13.2. A fiscalização e a gestão do contrato observará o regulamento específico fiscalização e de gestão de contratos expedidos pelo CISAMAPI disponível no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5 deste edital.

14. ENTREGA DO OBJETO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. A atividade de recebimento é condição prévia e essencial ao pagamento da contraprestação pelo CISAMAPI do fornecimento do objeto, representando a confirmação de que o objeto do contrato foi efetivamente executado em conformidade com os requisitos qualitativos, quantitativos, bem como o preço, a forma e prazo estipulados.

14.2. O recebimento será realizado com obediência às regras previstas no Anexo II – Termo de Referência, observadas as seguintes diretrizes:

14.3. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

14.4. O pagamento será realizado somente após a conclusão da fase de liquidação da despesa.

14.4.1. Na realização dos pagamentos deverão ser observadas as disposições dos arts. 141 a 146 da Lei nº 14.133/2021 e, de forma complementar, os regulamentos expedidos pelo CISAMAPI referentes à fiscalização e gestão de contratos e ao recebimento provisório e definitivo, conforme endereço eletrônico indicado no item 1.5.5.

14.4.2. São documentos para fins de liquidação e pagamento:

14.4.2.1. Nota fiscal;

14.4.2.2. Fatura de locação;

14.4.2.3. Recibo de pagamento autônomo;

14.4.2.4. Nota de liquidação e pagamento;

14.4.3. Os processos de pagamento devem ser instruídos com os documentos que habilitem a correspondente liquidação e pagamento.

14.4.4. Competirá ao gestor de contratos promover junto a autoridade administrativa competente a formalização da liquidação do empenho para fins de pagamento, devendo apurar:

14.4.4.1. A origem e o objeto do que se deve pagar;

14.4.4.2. A importância exata a pagar;

14.4.4.3. A quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.

14.4.4.4. A comprovação da regular prestação do objeto contratado.

15. REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

15.1. O reajustamento do contrato ocorrerá a cada período de 12 (doze) meses, adotando por referência a data de formalização da proposta.

15.2. O reajustamento adotará o índice indicado no [Anexo I – CEE 26](#), acumulado no período indicado no item anterior.

16. MATRIZ DE RISCOS

16.1. O contrato poderá identificar os riscos contratuais previstos e presumíveis e prever matriz de alocação de riscos, alocando-os entre contratante e contratado, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo CISAMAPI ou pelo contratado ou daqueles a serem compartilhados.

16.2. A alocação de riscos de que trata o item precedente considerará, em compatibilidade com as obrigações e os encargos atribuídos às partes no contrato, a natureza do risco, o beneficiário das prestações a que se vincula e a capacidade de cada parte para melhor gerenciá-lo.

16.3. Os riscos que tenham cobertura oferecida por seguradoras serão preferencialmente transferidos ao contratado.

16.4. A alocação dos riscos contratuais será quantificada para fins de projeção dos reflexos de seus custos no valor estimado da contratação.

16.5. A matriz de alocação de riscos definirá o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em relação a eventos supervenientes e deverá ser observada na solução de eventuais pleitos das partes.

16.6. Sempre que atendidas as condições do contrato e da matriz de alocação de riscos, será considerado mantido o equilíbrio econômico-financeiro, renunciando as partes aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio relacionados aos riscos assumidos, exceto no que se refere:

16.6.1. Às alterações unilaterais determinadas pela Administração.

16.6.2. Ao aumento ou à redução, por legislação superveniente, dos tributos diretamente pagos pelo contratado em decorrência do contrato.

16.7. São aplicáveis a alocação de riscos as normas e regulamentos expedidos pelo CISAMAPI disponíveis no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5.

17. GARANTIAS

17.1. A formalização de garantia observará o disposto nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021 e, de forma complementar, o regulamento expedido pelo CISAMAPI constante de endereço eletrônico/URL indicada no item 1.5.5.

17.2. A critério do CISAMAPI, poderá ser exigida garantia, mediante indicação no [Anexo I – CEE 27](#).

17.3. Serão admitidas as seguintes modalidades de garantia:

17.3.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

17.3.2. Seguro-garantia;

17.3.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

17.4. A garantia observará os seguintes percentuais calculados sobre o valor do contrato:

17.4.1. Até 5% (cinco por cento) nas contratações de serviços e fornecimentos;

17.4.2. Até 10% (dez por cento) nas contratações em que exista justificativa decorrente de complexidade técnica e dos riscos envolvidos conforme indicação constante da matriz de riscos;

17.5. O **CISAMAPI** poderá exigir a prestação de garantia adicional como condição para o pagamento antecipado.

17.5.1. O valor da garantia oferecida corresponderá, em regra, à integralidade do valor previsto como pagamento antecipado na hipótese do item 17.4.

17.6. O valor da garantia poderá ser reduzido com base na matriz de riscos do contrato.

18. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Nos termos dos arts. 155 a 162 da Lei nº 14.133/2021, serão aplicadas as sanções administrativas nas seguintes hipóteses:

18.1.1. Advertência, aplicável ao responsável que der causa à inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

18.1.2. Impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicável ao responsável que:

18.1.2.1. Incurrir na inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CISAMAPI, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.1.2.2. Incurrir na inexecução total do contrato;

18.1.2.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

18.1.2.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

18.1.2.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.2.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

18.1.3. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar, aplicável ao responsável que:

18.1.3.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

18.1.3.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

18.1.3.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.1.3.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.3.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013¹;

¹ Lei nº 12.846/2013:

[...]

Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada; II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados; IV - no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento

licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga

18.1.3.6. Nas infrações administrativas indicadas no subitem 18.1.2 e subitens que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

18.1.4. Multa, a ser aplicada ao responsável que der causa a infrações administrativas será calculada observando o valor mínimo de 0,5% (meio por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor estimado para a licitação, da ata registrada ou do contrato licitado ou celebrado no caso de contratação direta na hipótese do responsável que der causa a infrações administrativas puníveis com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade indicadas neste edital, observada a cumulação de aplicação de sanções prevista no §7º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

18.1.4.1. Sem prejuízo de aplicação do disposto no item 18.1.4, será aplicável a penalidade de multa:

18.1.4.1.1. Igual ou superior a 0,5% (meio por cento) e igual ou inferior a 15% (quinze por cento) para as seguintes infrações administrativas:

18.1.4.1.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

18.1.4.1.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

18.1.4.1.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.4.1.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.4.1.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

18.1.4.1.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

§ 1º Considera-se administração pública estrangeira os órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, equiparam-se à administração pública estrangeira as organizações públicas internacionais.

§ 3º Considera-se agente público estrangeiro, para os fins desta Lei, quem, ainda que transitariamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública em órgãos, entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.

18.1.4.1.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

18.1.4.1.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.4.1.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.4.1.2. Superior a 15% (quinze por cento) e inferior ou igual a 30% (trinta por cento) para as seguintes infrações administrativas:

18.1.4.1.2.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

18.1.4.1.2.2. Fraudar a licitação.

18.1.4.1.2.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.4.1.2.3.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.

18.1.4.1.2.3.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento.

18.1.4.1.2.3.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

18.1.4.1.2.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

18.1.4.1.2.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

18.2. A sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do CISAMAPI pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

18.3. A sanção administrativa de inidoneidade para licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os Entes públicos da federação pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

18.4. Se o valor aplicado pela sanção, somado às indenizações cabíveis, ultrapassar o valor de pagamento eventualmente devido pelo CISAMAPI ao contratado, será promovida de forma cumulativa:

18.4.1. A compensação da sanção e eventuais indenizações no valor pendente de pagamento ao contratado;

18.4.2. Eventual diferença não compensada no item anterior seja descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.5. A aplicação das sanções administrativas previstas neste ato convocatório não exclui, nem afasta, a obrigação de reparação de integral de eventual dano causado ao CISAMAPI.

18.6. A dosimetria das sanções administrativas e o respectivo processo administrativo de apuração e eventual responsabilização mediante aplicação de sanção administrativa observará o regulamento próprio expedido constante de endereço eletrônico no sítio oficial do CISAMAPI indicado no item 1.5.5

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga

19.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do CISAMAPI, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação e aos demais princípios indicados no item 1.6 deste edital.

19.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o CISAMAPI não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, somente se iniciando ou encerrando os prazos em dias de expediente no CISAMAPI.

19.5. Na contagem dos prazos, na hipótese de publicação do ato em mais de um meio, será considerado como parâmetro para a contagem de início do prazo a última publicação realizada.

19.6. É facultado ao pregoeiro ou a autoridade competente, em qualquer fase do processo, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

19.7. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para fornecimento de produtos, decorrentes desta

19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.10. O agente de contratação, nos processos de licitação em que a modalidade seja o pregão, adotará a indicação/nomenclatura de "PREGOEIRO".

19.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e na forma indicada no [Anexo I – CEE 25](#).

20. ANEXOS

20.1. Anexo I – Condições Específicas do Edital - CEE

20.2. Anexo II – Termo de Referência

20.3. Anexo III – Mapa de Riscos

20.4. Anexo IV – Minuta de Contrato

20.5. Anexo V – Minuta da Proposta

20.6. Anexo VI – Estudo Técnico Preliminar

Ponte Nova, 08 de junho de 2026.

Gabriel Gustavo Ferraz
Agente de Contratação



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga

ANEXO I CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO EDITAL (CEE)

Cláusula da Condição Específica do Edital (CEE)	Referência	Condição Específica do Edital
CEE 01	Descrição do objeto	Contratação de empresa para a prestação serviços continuados de outsourcing de impressão, com fornecimento em regime de comodato de máquina copiadora/digitalizadora/impresora (multifuncional e a laser), incluindo a prestação de serviços de assistência técnica/manutenção.
CEE 02	Dados de atuação do processo	Número do processo administrativo: 24/2026 Data autuação processo administrativo: 03/06/2026 Número do tipo de procedimento: Pregão Eletrônico 15/2026
CEE 03	Pedidos de esclarecimentos, informações, impugnações e recursos	Pedidos de esclarecimentos e informações diretamente pela plataforma de licitações www.licitardigital.com.br Impugnações e recursos: www.licitardigital.com.br
CEE 04	Plataforma eletrônica de realização do procedimento	URL da plataforma de disputa: www.licitardigital.com.br
CEE 05	Data e horário sessão pública	Data: ███/2026 Horário: 08h30min
CEE 06	Empresas participando na forma de consórcio	Não será permitida participação de Consórcio:
CEE 07	Desenvolvimento econômico e social local e regional – art. 47 da LC 123/06	Contratação restrita local e/ou regional Não se aplica



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga

CEE 08	Participação ampla e restrita – art. 48, I da LC 123/06	Participação restrita a ME's e/ou EPP's: Se aplica.
CEE 09	Subcontratação de ME's e EPP's – art. 48, II da LC 123/06	Obrigação de subcontratação de ME's e EPP's Não se aplica
CEE 10	Entes Públicos Participantes	Nos termos do art. 86, caput, da Lei nº 14.133/2021 NÃO HÁ Entes públicos participantes.
CEE 11	Entes Públicos Consorciados	Se aplica o art. 181 da Lei nº 14.133/2021 visando o atendimento dos seguintes Municípios consorciados: Abre Campo, Acaiaca, Alvinópolis, Amparo do Serra, Barra Longa, Diogo de Vasconcelos, Dom Silvério, Guaraciaba, Jequeri, Mariana, Oratórios, Piedade de Ponte Nova, Ponte Nova, Raul Soares, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Santo Antônio do Gramma, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Sem Peixe, Sericita, Urucânia.
CEE 12	Formato/descrição da proposta	Menor Preço por item
CEE 13	Subcontratação	Não será admitida a subcontratação do objeto licitado
CEE 14	Inversão fases – Habilitação precedendo apresentação de propostas e lances	Não será aplicada a inversão de fases
CEE 15	Intervalo mínimo de lance	R\$0,01 (um centavo)
CEE 16	Modo de disputa	Aberto / Fechado
CEE 17	Território Consórcio	O Território do Consórcio é formado pela soma dos territórios dos seguintes Entes consorciados:



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga

		Abre Campo, Acaiaca, Alvinópolis, Amparo do Serra, Barra Longa, Diogo de Vasconcelos, Dom Silvério, Guaraciaba, Jequeri, Mariana, Oratórios, Piedade de Ponte Nova, Ponte Nova, Raul Soares, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Santo Antônio do Grama, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Sem Peixe, Sericita, Urucânia.
CEE 18	Critérios de aceitabilidade de preços	Valor máximo de R\$167.904,00 (cento e sessenta e sete mil e novecentos e quatro reais), conforme consta no Anexo II - Termo de Referência.
CEE 19	Critérios de exequibilidade	A exequibilidade será apurada conforme consta no Anexo II – Termo de Referência
CEE 20	Qualificação Técnica	A comprovação de aptidão deverá ser efetivada mediante apresentação de documentação complementar na forma, descrição e quantidade indicados no Anexo II – Termo de Referência;
CEE 21	Qualificação econômica-financeira	A comprovação de qualificação econômico-financeira deverá ser efetivada mediante apresentação dos seguintes documentos, conforme o Anexo II – Termo de Referência: <ul style="list-style-type: none">• Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
CEE 22	Documentação original ou autenticada	Caso seja necessário, a documentação original ou autenticada deverá ser encaminhada ao seguinte endereço, constando no envelope externo os seguintes dados: ENDEREÇO DE ENCAMINHAMENTO: Av. Ernesto Trivellato, nº 120, Bairro Triângulo, Ponte Nova – MG. ENVELOPE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO/PROPOSTA NÚMERO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, MODALIDADE E NÚMERO DA MODALIDADE RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE CNPJ OU DOCUMENTO EQUIVALENTE
CEE 23	Esclarecimentos	As solicitações de esclarecimentos exclusivamente de forma eletrônica e deverão ser encaminhadas pela plataforma : www.licitardigital.com.br



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga

CEE 24	Impugnações	As impugnações ao edital deverão ser encaminhadas da seguinte forma: Eletrônica, pela plataforma : www.licitardigital.com.br A impugnação eletrônica deverá conter assinatura que possa identificar o signatário, observado o disposto na Lei nº 14.630/2020. Presencial mediante protocolo no endereço e horário: Av. Ernesto Trivellato, nº 120, Bairro Triângulo, Ponte Nova – MG.
CEE 25	Vista dos autos	A vista dos autos será eletrônica, mediante baixa/download dos arquivos no endereço eletrônico/ URL: https://cisamapi.mg.gov.br
CEE 26	Índice de reajustamento	Será adotado o índice de reajuste de preço INPC – Índice Nacional de Preços
CEE 27	Garantia	Não será exigida garantia



Consórcio Intermunicipal de Saúde
da Microrregião do Vale do Piranga

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para a prestação serviços continuados de outsourcing de impressão, com fornecimento em regime de comodato de máquina copiadora/digitalizadora/impressora (multifuncional e a laser), incluindo a prestação de serviços de assistência técnica/manutenção na Unidade Assistencial do CISAMAPI em Ponte Nova- MG e no polo na cidade de Rio Casca- MG, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	QUANT . DE EQUIP.	QUANT. PÁGINA MENSAL	VALOR UNIT. PÁGINA	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL PARA 12 MESES
01	26930	Outsourcing de impressão - sem franquia - faturamento por páginas impressas, impressão policromática, sem papel, impressora indicada para impressão de exames médicos	03	4.200	R\$1,18	R\$ 4.956,00	R\$ 59.472,00
02	26891	Outsourcing de impressão - sem franquia - faturamento por páginas impressas - impressão monocromática sem papel, para impressão em geral dos setores administrativos	07	18.000	R\$0,15	R\$ 2.700,00	R\$ 32.400,00
03	26891	Outsourcing de impressão - sem franquia-faturamento por páginas impressas, impressão monocromática em geral para os consultórios médicos.	04	42.240	R\$0,15	R\$ 6.336,00	R\$ 76.032,00
Valor total estimado (12 meses)							R\$167.904,00

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O objeto desta contratação é caracterizado como serviço comum de tecnologia da informação e comunicação (TIC).

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme necessidade e interesse da administração, conforme art. 105 da Lei 14.133/2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.1. Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e em razão do valor estimado dos itens serem inferiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), somente poderão participar deste lote pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação e que se enquadrem no conceito legal de microempresa e empresa de pequeno porte.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.2. A presente contratação tem como objetivo suprir as necessidades de impressão, digitalização e reprografia de documentos e laudos de exames, espera-se com a solução a ser adquirida, a disponibilização ininterrupta do serviço de impressão, bem como qualidade dos materiais a serem utilizados e melhoria das rotinas administrativas e assistencial de todos os usuários nos setores visando manter o atendimento nas ações e serviços setoriais atendendo de forma mais ampla, ágil e distribuída as suas demandas organizacionais, com o menor risco possível de descontinuidade dos serviços.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio:

4.1. A pretensão contratual se pauta na necessidade efetiva contratação de empresa para a prestação serviços continuados de outsourcing de impressão, com fornecimento em regime de comodato de máquina copiadora/digitalizadora/impressora (multifuncional e laser), incluindo a prestação de serviços de assistência técnica/manutenção na unidade assistencial do CISAMAPI em Ponte NovaMG e no polo na cidade de Rio Casca-MG

4.2. A empresa proponente deverá incluir obrigatoriamente na sua proposta comercial, a (s) marca (s) e o (s) modelo (s) dos equipamentos instalados, com intuito de conferir se o equipamento ofertado atende as especificações exigidas. As impressoras interligadas diretamente nos equipamentos médicos tem que ser compatível com o sistema operacional de cada equipamento.

4.3. Na hipótese em que o equipamento não atender as especificações, ou as especificações forem inferiores as solicitadas e ou o equipamento médico não reconhece a impressora, a proposta será desclassificada;

4.4. As especificações dos produtos ofertados poderão ser superiores às especificações exigidas deste que atendem a necessidade do CISAMAPI, como por exemplo seja compatível com o sistema operacional dos equipamentos médicos.



Requisitos de Capacitação

4.5. Serão previstos treinamentos dos usuários em seus postos de trabalho e o fornecimento, instalação e “customização” de software de gerenciamento e contabilização.

Requisitos Legais

4.6. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

Requisitos de Suporte e Manutenção

4.7. A empresa deverá prestar os serviços de assistência técnica e manutenção (preventiva e corretiva), incluindo peças, instalações de softwares, manutenção de suprimentos originais (toner, revelador, cilindro, etc);

4.8. Deverá ser disponibilizado ao menos um (01) toner para cada impressoras monocromáticas e 1 kit completo para cada impressora policromática reserva por máquina, para troca imediata em caso de esgotado o toner ou em caso de defeito no mesmo;

4.9. Todo custo relativo as manutenções, incluindo peças e partes é de responsabilidade da contratada

Requisitos Temporais

4.10. Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

4.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.12. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.13. Para a resolução de quaisquer problemas apresentados pelos equipamentos e devidamente solicitados, a contratada obedecerá a seguinte tabela:

Tabela de hora útil

Visita técnica	24 horas
Resolução dos problemas após visita técnica	24 horas
Fornecimento de toner	72 horas

4.14. O prazo é contado a partir do registro da ocorrência e se encerra na reativação do equipamento comprovada por um profissional do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRO REGIÃO DO VALE DO PIRANGA -CISAMAPI.



4.15. No caso de tempo de recuperação do equipamento ser maior que aqueles previstos na tabela acima, a Contratada providenciará a substituição temporária do equipamento.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.16. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e

4.8.2. A CONTRATADA deverá prestar, de imediato, todos os esclarecimentos solicitados pela fiscalização do CISAMAPI no que diz respeito ao cumprimento dos itens deste documento.

4.8.3. Somente os técnicos da empresa, ou pessoa a quem ela autorizar por escrito, poderão executar os serviços e suporte técnico.

4.8.4. Informar prontamente à CONTRATANTE sobre fatos e/ou situações relacionadas à prestação dos serviços contratados que representem risco ao êxito da contratação ou o cumprimento de prazos exigidos, além de responsabilizar-se pelo conteúdo e veracidade das informações prestadas-sob pena de incorrer em situações de dolo ou omissão.

4.8.5. Zelar pelo cumprimento de leis e normas relativas à segurança e medicina do trabalho durante a execução de quaisquer serviços de sua responsabilidade nas instalações da CONTRATANTE. Assim como cumprir as normas da CONTRATANTE aplicáveis em suas instalações funcionais, inclusive regras de acesso e controles de segurança.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.17. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.9.2. Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água.

4.9.3. Maior eficiência na utilização de recursos energéticos.

4.9.4. Administrar situações emergências de acidentes com eficácia, mitigando os impactos ao meio ambiente.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.18. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.19. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

Requisitos de Projetos e de Implementação

4.20. À contratada caberá o planejamento e execução do processo de implantação da solução proposta, devendo o planejamento ser apresentado para aprovação e liberação de execução.

4.21. A implementação da solução constará de:

4.19.1. Instalação dos equipamentos e customização das configurações;

4.19.2. Identificação dos equipamentos;

4.19.3. Implantação dos *softwares* de gerenciamento e contabilização dos equipamentos;

4.19.4. Instalação do software Daiko para o equipamento colorido. A3

4.19.5. Customização de relatórios;

4.19.6. Treinamento de equipe de funcionários do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA-CISAMAPI.

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.22. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

Requisitos de Experiência Profissional

4.23. Os serviços de assistência técnica, suporte e garantia deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços;

Requisitos de Formação da Equipe

4.24. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.25. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.26. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.27. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.28. Características técnicas dos equipamentos (mínimo):

SEDE DO CISAMAPI EM PONTE NOVA/MG AVENIDA ERNESTO TRIVELLATO, 120, BAIRRO TRIÂNGULO – PONTE NOVA/MG – CEP: 35430-141				
EQUIPAMENTO	ITEM	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	QUANT. EQUIP. INSTALADOS	QUANT. EQUIP. BACKUP
Tipo 01	01	As impressoras para impressão de exames médicos, policromáticas deverão possuir as seguintes especificações mínimas: Equipamento novo: Impressora deverá ser indicada para impressão de exames médicos de alta resolução. Tecnologia de impressão laser ou digital led de 04 cores (CMYK); Resolução de Impressão: 600 X 600 dpi / 1200 X 600 dpi Velocidade de impressão mínima: 30 ppm modo colorido e 35ppm mono ou velocidade superior Conectividade mínima: USB 2.0 (High Speed), Paralela, 100BASE-TX/10BASE-T ou similar Protocolos mínimos	02	01

		<p>suportados: TCP/IP, NetBEUI, NetWare, EtherTalk Ciclo de trabalho mínimo: Recomendado: Até 10.000 páginas/mês - Máximo: 100.000 páginas/mês Memória de 256 MB – mínimo Processador 500 MHZ – mínimo Linguagem de impressão: PCL® 6, PCL 5c; PostScript® 3™; Windows Vista XPS; PDF Direct Print vl.7ou compatível Voltagem: 115/127 volts ou bivolt Sistema operacional compatível com os equipamentos médicos do CISAMAPI.</p> <p>E uma das impressoras policromáticas deverá ter as seguintes especificações mínimas , considerando a necessidade específica do equipamento de raio x (DRX- Compass) do CISAMAPI</p>		
Tipo 02	01	<p>Equipamento novo, de primeiro uso</p> <ul style="list-style-type: none"> • Impressora, copiadora e scanner colorida. • Hi-Speed USB 2.0, Ethernet 10/100/1000 Base TX. • 42 páginas por minuto. • Linguagens de impressão: PDF, PCL 6 e Post Script nível 3 • Processador 1,5 ghz. • Memória padrão de 4 gb. • Resolução de impressão 1200 x 1200. • 02 gavetas de 500 folhas. • Tamanho de papel até A3 • O equipamento deve ser compatível e vir acompanhado de driver de instalação para ambiente operacional Windows, Mac e Linux; • Equipamento deverá ser instado com software Daiko para impressão de serviços de diagnóstico de imagem 	01	-
Tipo 03	02	<p>As impressoras multifuncionais monocromáticas deverão possuir as seguintes especificações mínimas: Equipamento novo, de primeiro uso Equipamento do tipo multifuncional: impressão, cópia e digitalização Capacidade de impressão mensal suportado (págs. /mês): 40.000 (igual ou superior) Alimentador automático de originais Tamanho de papel suportado para impressão: A4, Carta, Ofício, Executivo, Envelope 4 Tamanho do vidro do scanner: mínimo ofício Sistemas Operacionais compatíveis: Linux, Windows Função cópia: Sim Função Scanner de Rede Colorido: Sim Formato de arquivo scanner colorido: PDF,</p>	06	01

		BMP, JPEG (no mínimo) Alimentador automático de original do scanner, com sistema de digitalização frente e verso Impressão Frente e Verso (duplex) Automático: Sim Velocidade de Impressão: 40 ppm (igual ou superior Resolução de Impressão: 600x 600 dpi (igual ou superior Tecnologia de Impressão: Laser monocromática Conectividade: Rede Ethernet, USB 2.0 PDL/Emulação: PCL5e, PCL6, PostScript3, PDF V1.4, TIFF / JPG (mínimo) Alimentação: 115/127 volts ou bivolt Impressão direta no Pen Drive		
Tipo 03	03	A impressora monocromática deverá possuir as seguintes especificações mínimas: Equipamento novo, de primeiro uso Equipamento do tipo impressora Tamanho de papel suportado para impressão: A4, Carta, Ofício, Executivo, Envelope Função: impressão Impressão Frente e Verso (duplex) automático: Sim Tecnologia de Impressão: Laser monocromática Impressão de 33 ppm (A4) e 35ppm (Carta), conexão USB, Ethernet e WiFi, memória de 256MB, velocidade do processador de até 350 MHz, ciclo mensal de impressão de até 80.000 folhas, conectividade NFC VOLTAGEM: 110-127V Quantidade de equipamentos que serão instalados/ utilizadas: 04 unidade	04	-
POLO DO CISAMAPI RIO CASCA/MG RUA RAIMUNDO CORREA, 115, BAIRRO DAS GRAÇAS – RIO CASCA/MG – CEP: 35.370-000				
EQUIPAMENTO	ITEM	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	QUANT. EQUIP. INSTALADOS	QUANT. EQUIP. BACKUP
03	02	As impressoras multifuncionais monocromáticas deverão possuir as seguintes especificações mínimas: As impressoras multifuncionais monocromáticas deverão possuir as seguintes especificações mínimas: Equipamento novo, de primeiro uso Equipamento do tipo multifuncional: impressão, cópia e digitalização Capacidade de impressão mensal suportado (págs. /mês): 40.000 (igual ou superior) Alimentador automático de originais Tamanho de papel suportado para impressão: A4, Carta, Ofício, Executivo, Envelope 4 Tamanho do vidro do scanner: mínimo ofício Sistemas Operacionais compatíveis: Linux, Windows Função cópia: Sim Função Scanner	01	-

	de Rede Colorido: Sim Formato de arquivo scanner colorido: PDF, BMP, JPEG (no mínimo) Alimentador automático de original do scanner, com sistema de digitalização frente e verso Impressão Frente e Verso (duplex) Automático: Sim Velocidade de Impressão: 40 ppm (igual ou superior Resolução de Impressão: 600x 600 dpi (igual ou superior Tecnologia de Impressão: Laser monocromática Conectividade: Rede Ethernet, USB 2.0 PDL/Emulação: PCL5e, PCL6, PostScript3, PDF V1.4, TIFF / JPG (mínimo) Alimentação: 115/127 volts ou bivolt Impressão direta no Pen Drive		
--	---	--	--

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.29. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.30. A Contratada se obriga a tratar como informações sigilosas e privadas do CISAMAPI quaisquer informações, dados, controle de uso e relatórios relacionados à prestação dos serviços, não podendo revelá-los ou facilitar informações de terceiros.

4.31. A Contratada se compromete a tomar providências, quando de sua competência, para reduzir ou solucionar as causas relacionadas aos incidentes e/ou problemas de segurança da informação, quando identificados que são de sua responsabilidade.

4.32. A Contratante se compromete em relação aos serviços comunicar imediatamente e oficialmente à Contratada sob incidentes, falhas, problemas e/ou riscos relacionados à segurança das informações e dados envolvendo os serviços contratados.

Vistoria

4.33. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Sustentabilidade

4.34. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis_2025.pdf/view

Subcontratação

4.35. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.36. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

4.37. A empresa deverá preencher sua proposta, observando o valor fixado pela administração, que contempla todos os custos diretos e indiretos para cumprimento do objeto.

4.38. Não será admitida nenhuma cobrança adicional pelos serviços prestados.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. Receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos, cuja criação ou alteração seja, objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

5.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9. Fazer a transição contratual, quando for o caso.

5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

5.3.1. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

5.3.3. Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

5.3.4. As formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

5.3.5. Definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

5.3.6. Definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

5.3.7. A definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

5.3.8. As regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo contratado; e

5.3.9. As regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 do art. 17 da Instrução Normativa SGS/ME nº 94, de 2022, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias após o envio da ordem de serviço.

Local e horário da prestação dos serviços

6.2. As impressoras deverão ser instaladas nos seguintes endereços:

6.2.1. **Unidade do CISAMAPI em Ponte Nova - MG** - Avenida Ernesto Trivellato- 120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG.

6.2.2. **Polo do CISAMAPI em Rio Casca - MG** - Praça Raimundo Correa, 115, Bairro das Graças -Rio Casca - MG

6.3. Os serviços serão prestados nos seguintes horários:

6.3.1. O horário de funcionamento do CISAMAPI é de 07:00h às 17:00h, de segunda a sexta-feira. Também neste período deverá a contratada colocar à disposição serviço de *helpdesk* para os usuários.

Materiais a serem disponibilizados

6.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

6.4.2. O fornecimento de **peças** e **insumos** deverá ser garantido durante a duração do contrato e as prorrogações/aditivos por ventura acertado.

Formas de transferência de conhecimento

6.5. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.6. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Mecanismos formais de comunicação

6.7. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- 6.7.1. Ordem de Serviço;
- 6.7.2. Ata de Reunião;
- 6.7.3. Ofício;
- 6.7.4. Sistema de abertura de chamados;
- 6.7.5. E-mails
- 6.7.6. Memorando
- 6.7.7. WhatsApp

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.8. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.9. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e

Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos **ANEXOS I e II** deste Termo.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

7.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

7.6. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período.

7.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Reunião Inicial

7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.10. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.10.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.10.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.10.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.10.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.10.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Rotinas de Fiscalização

7.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.13. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.14. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

7.19. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.21. A fiscalização do objeto será exercida pelos fiscais nomeados: Gabriel dos Santos da Cruz e Michele de Oliveira Damásio.

Gestor do Contrato

7.22. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.22.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.22.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.22.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.22.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.22.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.22.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.22.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7.23. receber e dar encaminhamento imediato:

7.23.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

7.23.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7.23.4. A gestão do objeto licitado será exercida pela Gestora de contratos Aline Gomes Santana.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05(cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 8.2. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 8.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 8.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 8.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 8.6. Ao final de cada período/evento de faturamento:
 - 8.6.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 8.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 8.8. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 8.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 8.10. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 8.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 8.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.13.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.13.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.13.4. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.13.5. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.13.6. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.17. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.18. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.19. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) O prazo de validade;
- II) A data da emissão;
- III) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) O período respectivo de execução do contrato;
- V) O valor a pagar; e
- VI) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.20. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.21. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.22. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.22.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.22.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.23. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.24. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.25. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.26. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.27. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.28. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.29. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.30. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.31. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.31.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.32. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.33. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 18/05/2026.

8.34. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.35. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.36. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.37. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.38. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.39. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.40. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

8.41. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.41.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.41.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.42. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum

aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.42.3. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.42.4. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

9.1. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SDG/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o contratado:

9.1.1. Não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.1.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.3. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.3.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.3.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.3.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.4. Multa:

9.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d” de 0,001% (um milésimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

9.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

9.4.2.1. O atraso superior a 30 dias (trinta) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da Contratação.

9.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da Contratação.

9.4.5. Compensatória, para infração descrita na alínea “b” de 2% (dois por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.

9.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para infrações descritas na alínea “d” de 0,5% (meio por cento) a 1% (um por cento) do valor da contratação.

9.4.7. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.

9.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.5. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.9.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.9.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.10.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.10.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.13.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, não podendo o valor unitário de cada item ser superior ao seu valor de referência, modo de disputa **ABERTO**, nos termos do art. 6º, inciso XLI, e do art. 34, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. A proposta comercial terá validade mínima de 90 dias.

Regime de Execução

10.3. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

10.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da

empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

10.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.21. Verificação da situação do fornecedor ou prestador de serviço selecionado no **Cadastro Informativo da Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas (Cadin-MG)**, no **Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com Administração Pública do Poder Executivo Estadual (Cafimp)** perante Fazenda Pública Estadual.

10.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Qualificação Técnica

10.25. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.25.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato (s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

10.25.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.25.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.25.4 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.26. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.27. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10.28. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.29. Comprovação de outorga da ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) mediante apresentação de cópia do Ato de Autorização, Contrato de Concessão ou publicação do Ato no Diário Oficial da União (DOU), celebrado entre a ANATEL e a empresa licitante, onde conste no objeto autorização para Serviço de Comunicação Multimídia (SCM).

10.30. Declaração de infraestrutura técnica compatível com a execução do objeto, incluindo pontos de presença (POP) e cobertura de rede de fibra óptica no território municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

10.31. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

10.36. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.34.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.34.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.34.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.34.5. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.34.6. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.34.2. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

10.34.2. Ata de fundação;

10.34.3. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

10.34.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

10.34.4. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

10.34.5. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

10.34.6. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

10.34.7. Última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$167.904,00 (cento e sessenta e sete mil e novecentos e quatro reais), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

Dotação: 01.02.01.10.302.0003.2004.3.3.90.40.00

Ficha: 034

Fonte:1.500.000.1002

Dotação: 01.20.01.10.304.0006.2027.3.3.90.39.00

Ficha: 142

Fonte:1.500.000.1002

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Ponte Nova (MG), 03 de junho de 2026.

Bruno Gomides Crivelaro

Setor de Compras

ANEXO I

Termo de Ciência (Modelo)

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos colaboradores da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade. No caso de substituição ou inclusão de colaboradores da CONTRATADA, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos colaboradores envolvidos na execução dos serviços contratados.

Identificação		
Objeto		
Contratada		CNPJ
Preposto		CPF
Gestor do Contrato		
Ciência		
Por este instrumento, os colaboradores abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da CONTRATANTE.		
Colaboradores da CONTRATADA		
Nome do colaborador	CPF	Assinatura

Local e data

Assinatura do responsável

ANEXO II

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

Pelo presente instrumento o **Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga – CISAMAPI**, sediado na Avenida Ernesto Trivellato, nº 120- Bairro Triângulo – Ponte Nova/MG, CNPJ nº 01.095.667/0001-88 doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º <nº do contrato>** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção; CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 – OBJETO

O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento, relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não. Referência: Art. 18, Inciso V, alínea "a" da IN SGD/ME nº 94/2022.

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6 – VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretirável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7 – PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 155 da Lei nº. 14.133/2021.

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9 – FORO

A CONTRATANTE elege o foro da **Cidade de Ponte Nova/MG**, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10 – ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	CONTRATANTE
<p>_____</p> <p><Nome></p> <p><Qualificação></p>	<p>_____</p> <p><Nome></p> <p>Matrícula: xxxxxxxx</p>
TESTEMUNHAS	
<p>_____</p> <p><Nome></p> <p><Qualificação></p>	<p>_____</p> <p><Nome></p> <p><Qualificação></p>

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 305D-F6D1-B958-CC09

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ BRUNO GOMIDES CRIVELARO (CPF 128.XXX.XXX-35) em 03/06/2026 14:41:23 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/305D-F6D1-B958-CC09>



Consórcio Intermunicipal de Saúde
da Microrregião do Vale do Piranga

ANEXO III – MAPA DE RISCOS

MAPA DE RISCOS

Risco 01		
Risco:	Não aprovação do Estudo Técnico ou do Termo de Referência deficientes ou inconsistentes.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Médio	
Fase do processo de contratação:	Planejamento da contratação	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Especificação com inconsistências técnicas.	
	Elaboração do ETP com ausência de itens normativamente previstos.	
	Requisitos técnicos não atendidos.	
Ações preventivas/Setor responsável	Uso de modelos instrumentais técnicos preestabelecidos pelos órgãos competentes.	Equipe de Planejamento da Contratação.
	Levantamento de mercado no intuito de prospectar e analisar soluções para a pretensão contratual, que atendam aos critérios de vantajosidade para a Administração, sob aspectos da conveniência, economicidade e eficiência.	Equipe de Planejamento da Contratação
	Para a presente pretensão contratual, é fundamental a realização de pesquisa de preços com as devidas descrições técnicas pre estabelecidas.	Equipe de Planejamento da Contratação.
	Pesquisa de contratos semelhantes no âmbito da Administração Pública.	Equipe de Planejamento da Contratação.

Ações de contingência/Setor responsável:	Realizar as adequações necessárias no Estudo Técnico e no Termo de Referência no menor espaço de tempo possível.	Equipe de Planejamento da Contratação.
	Reexame de documentos durante o planejamento da contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação.
	Em caso de processo deserto, readequações serão necessárias no ETP e Termo de referência	Equipe de Planejamento da Contratação.
Risco 02		
Risco:	Licitação mal sucedida e locação não concluída	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Médio	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Planejamento da contratação	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Possibilidade de impugnações do edital na fase de seleção do fornecedor ou o certame restar deserto ou fracassado	
	Impossibilidade de contratação da solução	
Ações preventivas/Setor responsável	Fazer o orçamento que represente a real situação do mercado para evitar custos acima ou abaixo do preço de mercado	Equipe de Planejamento da Contratação.
Ações de contingência/Setor responsável:	Realizar um novo processo de planejamento da contratação e nova licitação.	Equipe de Planejamento da Contratação.
Risco 03		
Risco:	O certame licitatório restar deserto, caso nenhuma empresa se interesse por sua execução ou fracassado, caso nenhuma das propostas apresentadas estejam dentro dos parâmetros estimados pela Administração.	
Possibilidade:	Média	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Baixo	

Fase do processo de contratação:	Seleção do fornecedor	
Alocação do Risco:	Locatorio	
Danos:	Necessidade da republicação da licitação	
	Atrasos para início e, conseqüentemente, ficaremos com pendência de impressões nas Unidades do CISAMAPI.	
Ações preventivas/Setor responsável	Correto planejamento das exigências para a contratação	Setor de Licitações/Agente de Contratação
Ações de contingência/Setor responsável:	Verificar junto as empresas do ramo de atividade quais seriam os motivos do desinteresse, caso da licitação deserta ou revisão dos valores estimados no caso de licitação fracassada para uma possível repetição do certame	Setor de Licitações/Setor Demandante
Risco 04		
Risco:	A empresa vencedora do certame quando convocada, não assinar a ata de registro de preço e/ou o termo de contrato	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Alto	

Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Formalização contratual	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Atrasos para início e, conseqüentemente, ficaremos com pendência de de impressões nas Unidades do CISAMAPI..	
Ações preventivas/Setor responsável	Prever, dentre as cláusulas do Termo de Referência, sanções que contemplem esta situação, inclusive quanto ao Art. 72 da Lei 14133/2021	Setor Demandante
	Observar o prazo de validade da proposta apresentada na fase de licitação e enviar o contrato para assinatura dentro do prazo de vigência da proposta	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos

Ações de contingência/Setor responsável:	Nos termos dos §§ 2º e 4º do Art. 90 da Lei 14133/2021, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da ata de registro de preços e/ou contrato	Setor de Licitações/Coordenação de planejamento e dedireção e gestão de contratos administrativos
	Aplicar as sanções previstas na contratação, § 5º, Art. 90	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos
Risco 06		
Risco:	Atrasos na assinatura do contrato/Ata de Registro de Prteço ou na entrega das garantias contratuais	
Possibilidade:	Média	
Impacto:	Baixo	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Execução contratual	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Atrasos para início e, conseqüentemente, descontinuidade nos serviços de impressão.	
Ações preventivas/Setor responsável	Prever, dentre as cláusulas do Termo de Referência, sanções que contemplem esta situação	Setor Demandante
	Observar os prazos previstos para entrega do contrato assinado e das garantias contratuais, notificando a contratada caso seja verificada a ocorrência de atrasos	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos
Ações de contingência/Setor responsável:	Aplicar as sanções previstas na contratação, § 5º, Art. 90	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos
Risco 07		
Risco:	Rescisão ou anulação do contrato, por culpa da Contratada	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Baixo	

Fase do processo de contratação:	Execução contratual	
Alocação do Risco:	Contratada	
Danos:	Alteração dos custos inicialmente previstos	
	Necessidade de realização de nova licitação ou de contratação de remanescente	
Ações preventivas/Setor responsável	Prever, dentre as cláusulas do Termo de Referência, sanções que contemplem esta situação	Setor Demandante
Ações de contingência/Setor responsável:	Instaurar processo para aplicação das penalidades à Contratada	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos
	Realizar novo processo de licitação	Setor Demandante/Diretoria de Administração e Assistencial

DEFINIÇÕES:

Probabilidade: chance de algo acontecer, não importando se definida, medida ou determinada objetiva ou subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente, ou se descrita utilizando-se termos gerais ou matemáticos.

Impacto: resultado de um evento que afeta os objetivos.

Nível de Risco: magnitude de um risco ou combinação de riscos, expressa em termos da combinação das consequências e de suas probabilidades

Ponte Nova, 12 de maio de 2026.

Viviane Cordeiro de Oliveira
Diretora Administrativa e Assistencial



Consórcio Intermunicipal de Saúde
da Microrregião do Vale do Piranga

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO



CONTRATO ADMINISTRATIVO

Contrato nº _____/2026
Processo Administrativo nº ____/2026

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA - CISAMAPI**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº 01.095.667/0001-88, sediado a Av. Ernesto Trivellato, nº 120, Bairro Triângulo, Município de Ponte Nova, Estado de Minas Gerais, CEP: 35.430-141, neste ato representado pelo Presidente em exercício o Sr. **EDER ELOI ALVES PENA**, brasileiro, funcionário público, residente e domiciliado na cidade de Sem-Peixe à Rua Jose Ribeiro Ferreira, n.º S/Nº, Bairro Centro, portador da Carteira de Identidade N.º 16396472 e inscrito no CPF sob o N.º 105.447.386-24, denominado CONTRATANTE e **[RAZÃO SOCIAL DO CONTRATADO]**, inscrito no CNPJ nº **[NÚMERO CNPJ]**, com endereço **[ENDEREÇO COMPLETO]**, representado por **[NOME COMPLETO, CPF E CARGO EXERCIDO NA EMPRESA]**, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente de processo administrativo de contratação nº **[NÚMERO DO PROCESSO]**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. O objeto do presente instrumento é o _____, nas condições estabelecidas Termo de Referência anexo ao edital e na proposta final ajustada do contratado anexo, observada a especificação a seguir indicada.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência anexo ao edital e a proposta final ajustada que embasou a contratação e eventuais anexos;

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de até 12 (doze) meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2022, prorrogável nos termos do art. 107 Lei nº 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual será o de regime indireto.

3.2. A gestão do contrato competirá ao servidor (a)___.

3.3. A fiscalização do contrato competirá ao servidor (a)___.

3.4. Os prazos e condições de conclusão, entrega constam do termo de referência, anexo a este Contrato.

3.5. MAPA DE RISCO disposto no anexo V:

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....), observados os valores unitários e total por item abaixo indicados:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de objeto efetivamente executados, apurados na periodicidade mensal;

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de transferência eletrônica em conta bancária de titularidade da contratada, a ser indicada no documento fiscal ou por outro meio formal.

5.2.1.1 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a transferência eletrônica de pagamento.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento do objeto mediante ateste por parte do fiscal do contrato e do gestor de contrato.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do valor a ser pago, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contratante;
- c) o período respectivo de execução do contrato;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.5.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.5.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

- 6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da formalização da proposta.
- 6.2. Após o interregno de um ano, e desde que formalmente solicitado pelo contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INCP, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade
- 6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência ou Projeto Básico;
- 7.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- 7.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados

eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao objeto executado, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, conforme cronograma físico-financeiro;

7.7. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato e pelas demais infrações administrativas sujeitas à fiscalização do Contratante;

7.8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste (Lei nº 14.133/2021, art. 123, caput).

7.10. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.

7.11. Não praticar atos de ingerência na administração do Contratado, tais como:

7.11.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratado, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

7.11.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar no Contratado

7.11.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores do Contratado, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

7.11.4. Considerar os trabalhadores do Contratado como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

7.12. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

7.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

7.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

7.15. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por

qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto:

8.2. Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

8.3. A empresa deverá prestar os serviços de assistência técnica e manutenção (preventiva e corretiva), incluindo peças, instalações de softwares, manutenção de suprimentos originais (toner, revelador, cilindro, etc).

8.4. Deverá ser disponibilizado ao menos um (01) toner para cada impressoras monocromáticas e 1 kit completo para cada impressora policromática reserva por máquina, para troca imediata em caso de esgotado o toner ou em caso de defeito no mesmo;

8.5. Todo custo relativo as manutenções, incluindo peças e partes é de responsabilidade da contratada.

8.6. As impressoras deverão ser instaladas nos seguintes endereços;

8.6.1. Unidade do CISAMAPI em Ponte Nova - MG - Avenida Ernesto Trivellato- 120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG.

8.6.2. Polo do CISAMAPI em Rio Casca - MG - Praça Raimundo Correa, 115, Bairro das Graças -Rio Casca – MG.

8.7. Os serviços serão prestados nos seguintes horários:

8.7.1. O horário de funcionamento do CISAMAPI é de 07:00h às 17:00h, de segunda a sexta-feira. Também neste período deverá a contratada colocar à disposição serviço de helpdesk para os usuários.

8.8. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

8.8.1. O fornecimento de peças e insumos deverá ser garantido durante a duração do contrato e as prorrogações/aditivos por ventura acertado.

8.9. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato.

- 8.10. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 8.11. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual.
- 8.12. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou os serviços pela contratante.
- 8.13. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão.
- 8.14. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.
- 8.15. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC.
- 8.16. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento solução de TIC durante a execução do contrato.
- 8.17. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 8.19. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta.
- 8.20. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/2021).
- 8.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 8.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
- 8.23. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de

confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

8.24. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

8.25. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

9. CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Nos termos dos arts. 155 a 162 da Lei nº 14.133/2021, serão aplicadas as sanções administrativas nas seguintes hipóteses:

11.1.1. Advertência, aplicável ao responsável que der causa à inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.1.2. Impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicável ao responsável que:

11.1.2.1. Incurrir na inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CISAMAPI, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.2.2. Incurrir na inexecução total do contrato;

11.1.2.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.2.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.2.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.2.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.3. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar, aplicável ao responsável que:

11.1.3.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.3.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.3.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.3.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.3.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013¹;

11.1.3.6. Nas infrações administrativas indicadas no subitem 18.1.2 e subitens que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

11.1.4. Multa, a ser aplicada ao responsável que der causa a infrações administrativas será calculada observando o valor mínimo de 0,5% (meio por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor estimado para a licitação, da ata registrada ou do contrato licitado ou celebrado no caso de contratação direta na hipótese do responsável que der causa a infrações administrativas puníveis com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e

¹ Lei nº 12.846/2013:

[...]

Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV - no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

§ 1º Considera-se administração pública estrangeira os órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, equiparam-se à administração pública estrangeira as organizações públicas internacionais.

§ 3º Considera-se agente público estrangeiro, para os fins desta Lei, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública em órgãos, entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.

declaração de inidoneidade indicadas neste edital, observada a cumulação de aplicação de sanções prevista no §7º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

11.1.4.1. Sem prejuízo de aplicação do disposto no item 11.1.4, será aplicável a penalidade de multa:

11.1.4.1.1. Igual ou superior a 0,5% (meio por cento) e igual ou inferior a 15% (quinze por cento) para as seguintes infrações administrativas:

11.1.4.1.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.4.1.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.4.1.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.4.1.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.4.1.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.4.1.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

11.1.4.1.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.4.1.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4.1.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4.1.2. Superior a 15% (quinze por cento) e inferior ou igual a 30% (trinta por cento) para as seguintes infrações administrativas:

11.1.4.1.2.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

11.1.4.1.2.2. Fraudar a licitação.

11.1.4.1.2.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.4.1.2.3.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.

11.1.4.1.2.3.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento.

11.1.4.1.2.3.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.4.1.2.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

11.1.4.1.2.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

11.2. A sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do CISAMAPI pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

11.3. A sanção administrativa de inidoneidade para licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os Entes públicos da federação pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

11.4. Se o valor aplicado pela sanção, somado às indenizações cabíveis, ultrapassar o valor de pagamento eventualmente devido pelo CISAMAPI ao contratado, será promovida de forma cumulativa:

11.4.1. A compensação da sanção e eventuais indenizações no valor pendente de pagamento ao contratado;

11.4.2. Eventual diferença não compensada no item anterior seja descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.5. A aplicação das sanções administrativas previstas neste ato convocatório não exclui, nem afasta, a obrigação de reparação de integral de eventual dano causado ao CISAMAPI.

11.6. A dosimetria das sanções administrativas e o respectivo processo administrativo de apuração e eventual responsabilização mediante aplicação de sanção administrativa observará o regulamento próprio expedido constante de endereço eletrônico no sítio oficial do CISAMAPI.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 Ressalvada a hipótese de prorrogação contratual prevista no item 2.1, o contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes, sem prejuízo de aplicação das penalidades indicadas na cláusula décima primeira.

12.1 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; E

12.3.3 Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação:

Ficha:



Fonte: xxxxxxxxxxxx

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13.3. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento no Diário Oficial do Município nos termos e condições previstas no art. 94 c/c o art. 176, ambos da Lei nº 14.133/21.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

16.1. É eleito o Foro da Comarca de Ponte Nova – MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Ponte Nova, de..... de 20.....

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Consórcio Intermunicipal de Saúde
da Microrregião do Vale do Piranga

ANEXO V – MINUTA DA PROPOSTA



MINUTA DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação serviços continuados de outsourcing de impressão, com fornecimento em regime de comodato de máquina copiadora/digitalizadora/impressora (multifuncional e a laser), incluindo a prestação de serviços de assistência técnica/manutenção.

Razão social:

CNPJ:

Endereço completo:

E-mail:

Telefone/Fax:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	Valor UND	TOTAL
Valor total				

ESTA PROPOSTA TEM VALIDADE DE 90 (NOVENTA) DIAS.

LOCAL E DATA: _____

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE
DO LICITANTE



Consórcio Intermunicipal de Saúde
da Microrregião do Vale do Piranga

ANEXO VI - ETP

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ETP:

Autoridade responsável pela demanda: **VIVIANE CORDEIRO DE OLIVEIRA**

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa para a prestação serviços continuados de outsourcing de impressão, com fornecimento em regime de comodato de máquina copiadora/digitalizadora/impressora (multifuncional e a laser), incluindo a prestação de serviços de assistência técnica/manutenção na Unidade Assistencial do CISAMAPI em Ponte Nova- MG e no polo na cidade de Rio Casca- MG .

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da IN 40/2020) A presente contratação tem como objetivo suprir as necessidades de impressão, digitalização e reprografia de documentos e laudos de exames, espera-se com a solução a ser adquirida, a disponibilização ininterrupta do serviço de impressão, bem como qualidade dos materiais a serem utilizados e melhoria das rotinas administrativas e assistencial de todos os usuários nos setores visando manter o atendimento nas ações e serviços setoriais atendendo de forma mais ampla, ágil e distribuída as suas demandas organizacionais, com o menor risco possível de descontinuidade dos serviços.

Atualmente, o CISAMAPI possui o Processo Licitatório nº 043-2024 vigente, cuja execução permanece vinculada exclusivamente à Ata de Registro de Preços, sem a formalização do respectivo contrato administrativo ou instrumento equivalente. Dessa forma, o saldo disponível na Ata mostrou-se insuficiente para atender à demanda mensal do CISAMAPI..

Considerando essa situação o CISAMAPI tem a necessidade de realiza-se um novo processo licitatório.

4. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO A INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

O CISAMAPI, no presente momento, não possui plano de contratação anual vigente para o exercício de 2026.

O planejamento para a pretensão contratual se dará conforme as necessidades do CISAMAPI, conforme o histórico dos atuais contratos firmados com este objeto.

5. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO O ETP

Lei Federal Nº 14.133/2021.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A pretensão contratual se pauta na necessidade efetiva contratação de empresa para a prestação serviços continuados de outsourcing de impressão, com fornecimento em regime de comodato de máquina copiadora/digitalizadora/impressora (multifuncional e laser), incluindo a prestação de serviços de assistência técnica/manutenção na unidade assistencial do CISAMAPI em Ponte Nova- MG e no polo na cidade de Rio Casca-MG:



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga

A empresa deverá prestar os serviços de assistência técnica e manutenção (preventiva e corretiva), incluindo peças, instalações de softwares, manutenção de suprimentos originais (toner, revelador, cilindro, etc);

Deverá ser disponibilizado ao menos um (01) toner para cada impressoras monocromáticas e 1 kit completo para cada impressoras policromáticas reserva por máquina, para troca imediata em caso de esgotado o toner ou em caso de defeito no mesmo;

Todo custo relativo as manutenções, incluindo peças e partes é de responsabilidade da contratada

A empresa proponente deverá incluir obrigatoriamente na sua proposta comercial, a (s) marca (s) e o (s) modelo (s) dos equipamentos instalados, com intuito de conferir se o equipamento ofertado atende as especificações exigidas.

As impressoras interligadas diretamente nos equipamentos médicos tem que ser compatível com o sistema operacional de cada equipamento.

Na hipótese em que o equipamento não atender as especificações, ou as especificações forem inferiores as solicitadas e ou o equipamento médico não reconhece a impressora, a proposta será desclassificada;

As especificações dos produtos ofertados poderão ser superiores às especificações exigidas deste que atendem a necessidade do CISAMAPI , como por exemplo seja compatível com o sistema operacional dos equipamentos médicos.

Os preços estimados da contratação foi retirado da ATA DE REGISTRO vigente do processo licitatório nº 043-2024 com este mesmo objeto.

Os quantitativos de cada item foram estimados levando em consideração a estimativa de impressão para 12 meses, sendo considerado apenas para elaboração da proposta e não deve ser confundido com impressão mínima mensal .

O Contrato terá validade de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura

A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário

O critério de julgamento adotado deverá ser o menor preço por item.

Locais de instalações dos equipamentos de impressora serão na Unidade Assistencial de Ponte Nova localizado na Avenida Ernesto Trivelato,120 Bairro Triângulo em Ponte Nova e no Polo do CISAMAPI em Rio Casca localizado na Rua Raimundo Correa,115 Bairro das Graças em Rio Casca-MG.

À contratada caberá o planejamento e execução do processo de implantação da solução proposta, devendo o planejamento ser apresentado para aprovação e liberação de execução.

A implementação da solução constará de:

- Instalação dos equipamentos e customização das configurações;
- Identificação dos equipamentos;
- Implantação dos *softwares* de gerenciamento e contabilização dos equipamentos;
- Instalação do software Daiko para o equipamento colorido.A3
- Customização de relatórios;



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga

Treinamento de equipe de funcionários do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA-CISAMAPI.

Característica técnicas dos equipamentos (mínimo):

Equipamento tipo 01 – Item 01 – Considerando que serão três impressoras policromáticas. As impressoras para impressão de exames médicos, policromáticas deverão possuir as seguintes especificações mínimas :

Equipamento novo:

Impressora deverá ser indicada para impressão de exames médicos de alta resolução .

Tecnologia de impressão laser ou digital led de 04 cores (CMYK);

Resolução de Impressão: 600 X 600 dpi / 1200 X 600 dpi

Velocidade de impressão mínima: 30 ppm modo colorido e 35ppm mono ou velocidade superior

Conectividade mínima: USB 2.0 (High Speed), Paralela, 100BASE-TX/10BASE-T ou similar

Protocolos mínimos suportados: TCP/IP, NetBEUI, NetWare, EtherTalk

Ciclo de trabalho mínimo: Recomendado: Até 10.000 páginas/mês - Máximo: 100.000 páginas/mês

Memória de 256 MB – mínimo

Processador 500 MHZ – mínimo

Linguagem de impressão: PCL® 6, PCL 5c; PostScript® 3™; Windows Vista XPS; PDF Direct

Print vl.7ou compatível

Voltagem: 115/127 volts ou bivolt

Sistema operacional compatível com os equipamentos médicos do CISAMAPI .

Quantidade de equipamentos que serão instalados/utilizadas: 02 unidades

Quantidades de equipamentos backup: 01 unidade

E uma das impressoras policromáticas deverá ter as seguintes especificações mínimas , considerando a necessidade específica do equipamento de raio x (DRX- Compass) do CISAMAPI

Equipamento tipo 02 – Item 01 Equipamento novo, de primeiro uso

- Impressora, copiadora e scanner colorida.
- Hi-Speed USB 2.0, Ethernet 10/100/1000 Base TX.
- 42 páginas por minuto.
- Linguagens de impressão: PDF, PCL 6 e Post Script nível 3
- Processador 1,5 ghz.
- Memória padrão de 4 gb.
- Resolução de impressão 1200 x 1200.
- 02 gavetas de 500 folhas.
- Tamanho de papel até A3
- O equipamento deve ser compatível e vir acompanhado de driver de instalação para ambiente operacional Windows, Mac e Linux;
 - Equipamento devera ser instado com software **Daiko** para impressão de serviços de diagnostico de imagem

Quantidade de equipamento que será instalado/utilizado: 01 unidade

Equipamento tipo 03 – Item 02 - As impressoras multifuncionais monocromáticas deverão possuir as seguintes especificações mínimas:

Equipamento novo, de primeiro uso

Equipamento do tipo multifuncional: impressão, cópia e digitalização

Capacidade de impressão mensal suportado (págs. /mês): 40.000 (igual ou superior)

Alimentador automático de originais

Tamanho de papel suportado para impressão: A4, Carta, Ofício, Executivo, Envelope



Tamanho do vidro do scanner: mínimo escritório
Sistemas Operacionais compatíveis: Linux, Windows
Função cópia: Sim
Função Scanner de Rede Colorido: Sim
Formato de arquivo scanner colorido: PDF, BMP, JPEG (no mínimo)
Alimentador automático de original do scanner, com sistema de digitalização frente e verso
Impressão Frente e Verso (duplex) Automático: Sim
Velocidade de Impressão: 40 ppm (igual ou superior)
Resolução de Impressão: 600x 600 dpi (igual ou superior)
Tecnologia de Impressão: Laser monocromática
Conectividade: Rede Ethernet, USB 2.0
PDL/Emulação: PCL5e, PCL6, PostScript3, PDF V1.4, TIFF / JPG (mínimo)
Alimentação: 115/127 volts ou bivolt
Impressão direta no Pen Drive
Quantidade de equipamentos que serão instalados/utilizadas: 07 unidades
Quantidades de equipamentos backup: 01 unidade
Obs: serão 06 impressoras para ser entregue e instalada na Unidade Assistencial em Ponte Nova e 01 impressora para ser entregue e instalada no Polo do CISAMAPI em Rio Casca

Equipamento tipo 03 – Item 03 - A impressora monocromática deverá possuir as seguintes especificações mínimas:

Equipamento novo, de primeiro uso
Equipamento do tipo impressora
Tamanho de papel suportado para impressão: A4, Carta, Ofício, Executivo, Envelope
Função: impressão
Impressão Frente e Verso (duplex) automático: Sim
Tecnologia de Impressão: Laser monocromática
Impressão de 33 ppm (A4) e 35ppm (Carta), conexão USB, Ethernet e WiFi, memória de 256MB, velocidade do processador de até 350 MHz, ciclo mensal de impressão de até 80.000 folhas, conectividade NFC VOLTAGEM: 110-127V
Quantidade de equipamentos que serão instalados/utilizadas: 04 unidade

Requisitos Gerais de Contratação

O fornecimento de **peças e insumos** deverá ser garantido durante a duração do contrato e as prorrogações/aditivos por ventura acertado.

Serão previstos treinamentos dos usuários em seus postos de trabalho e o fornecimento, instalação e “customização” de software de gerenciamento e contabilização.

A contratada será responsável pela garantia de fornecimento de todas as peças e componentes do equipamento ofertado, inclusive aqueles entendidos como kit de manutenção, fusores, roletes, rolos, etc.

A solicitação de insumos e pedidos de manutenção será feita através de site próprio, telefone fixo ou email mantido pela própria contratada e que permita a emissão de relatórios gerenciais para acompanhamento e controle.

Para a resolução de quaisquer problemas apresentados pelos equipamentos e devidamente solicitados, a contratada obedecerá a seguinte tabela:

Tabela de hora útil

visita técnica	24 horas
Resolução dos problemas após visita técnica	24 horas
Fornecimento de toner	72 horas

O prazo é contado a partir do registro da ocorrência e se encerra na reativação do equipamento comprovada por um profissional do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRO REGIÃO DO VALE DO PIRANGA -CISAMAPI. No caso de tempo de recuperação do equipamento ser maior que aqueles previstos na tabela acima, a Contratada providenciará a substituição temporária do equipamento.

O horário de funcionamento do CISAMAPI é de 07:00h às 17:00h, de segunda a sexta-feira. Também neste período deverá a contratada colocar à disposição serviço de *helpdesk* para os usuários.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Segue abaixo as estimativas de quantidades de páginas impressas por impressão monocromática e policromática :

TEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO/CATMAT	QUANT. DE EQUIPAMENTO S	QUANT. PÁGINAS MENSAL	VALOR UNT. PAGINA	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL PARA 12 MESES
1	Outsourcing de impressão - sem franquia - faturamento por páginas impressas, impressão policromática, sem papel, impressora indicada para impressão de exames médicos CATMAT 26930	03	4.200	R\$ 1,00	R\$ 4.200	R\$ 50.400,00
2	Outsourcing de impressão - sem franquia - faturamento por páginas impressas - impressão monocromática sem papel, para impressão em geral para os setores administrativos CATMAT 26891	07	18.000	R\$ 0,0940	R\$ 1.692,00	R\$ 20.304,00
03	Outsourcing de impressão - sem franquia-faturamento por paginas impressas, - impressão monocromática em geral para os consultórios médicos.	04	42.240	R\$ 0,0940	R\$ 3.970,56	R\$ 47.646,72

Total geral para 12 meses	R\$ 118.350,7 2
----------------------------------	--------------------------------

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Diante da necessidade do objeto deste estudo, foi realizado levantamento de mercado no intuito de prospectar e analisar soluções para a pretensão contratual, que atendam aos critérios de vantajosidade para a Administração, sob aspectos da conveniência, economicidade e eficiência.

O Mercado nos apresenta algumas soluções, tais como:

1. Aquisição

Aquisição de impressoras multifuncionais monocromática e policromática.

No modelo de aquisição de impressoras, a Administração Pública adquire o equipamento e assume todos os custos dele decorrentes, tais como, manutenção corretiva, manutenção preventiva, aquisição de todas as peças que porventura danificarem.

Esta solução é adotada em situações específicas como, por exemplo, quando a locação não se mostra uma opção viável, isto é, o custo para aquisição e manutenções e compras de peças for menor do que a locação.

2- locação de impressoras com franquia mínima

O modelo de locação de impressoras com franquia mínima, é aquela em que o Poder Público consente em que as impressões são determinada por quantidade mínima para o faturamento da contratada, isso ocorre muitas das vezes em repartições públicas que tem pouco volume de impressões, ou seja, paga-se para a contratada um valor fixo por mês a depender da franquia mínima, ou se ultrapassar a franquia paga-se pelo excedente impresso.

3 Locação de impressoras

O modelo de locação de impressoras por página, ou seja por utilização de páginas impressas.

MODALIDADE SEM FRANQUIA - FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO COM COBRANÇA APENAS POR PÁGINA IMPRESSA

A modalidade sem franquia consiste na prestação de todos os serviços que caracterizam o **outsourcing** de impressão como fornecimento dos equipamentos, prestação dos serviços de suporte, manutenção e reposição de insumos, mas utilizando como modelo de pagamento a página impressa.

A modalidade sem franquia com pagamento apenas por página impressa apresenta as seguintes vantagens:

- a) Única modalidade em que se paga exatamente pelas impressões produzidas durante a execução;
- b) Opção que pode ser viável quando há um alto volume de impressões mensais, com baixa sazonalidade entre os meses (volume constante durante os meses do contrato);
- c) Suporte, insumos e peças ficam por conta da contratada; e
- d) Maior facilidade de gestão das páginas impressas, quando comparado com a modalidade franquia + excedente.

Analisando as possíveis soluções chegamos a conclusão de que a opção n.º 01 torna – se inviável, pois a aquisição de impressoras novas não seria viável , devido o grande volume de impressões, as impressoras em curto prazo terá manutenção corretiva com reparação de peças, a experiência do CISAMAPI com este tipo de contratação é negativa , devido o CISAMAPI não ter conseguindo montar processo licitatório de todas as peças que possa vim necessitar e outro fato que as impressoras são atualizadas e as antigas ficam absoleto onde não encontra-se no mercado peças para as devidas trocas.

A opção 02 também é inviável para a administração publica pois onde tem terminado franquias muitas das vezes paga-se por serviço não realizado e de forma indireta traz questionamentos de despesas não realizadas.

A opção 03 é mais viável considerando que a administração publica terá despesas somente pelo serviço executados, como as impressões efetivamente realizadas, e também pelo volume é vantajoso para o CISAMAPI .

Levando em conta que as recepções de atendimentos do CISAMAPI e as salas de exames tem um grande volume de impressões e com a implantação de prontuário eletrônico, a **MODALIDADE SEM FRANQUIA - FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO COM COBRANÇA APENAS POR PÁGINA IMPRESSA** é a mais viável , econômica e eficiente para o CISAMAPI.

Considerando a pesquisa de mercado quanto locação de impressoras monocromáticas e policromáticas , a análise da contratação vigente no CISAMAPI, constatou – se que a melhor solução para atender a demanda posta, é a contratação de locação de impressoras por paginas impressas.

A escolha do tipo de solução se baseou em contratações anteriores que a administração realizou e levou em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, além também de práticas da administração e do mercado e considerando com o menor risco possível de descontinuidade dos serviços .

O julgamento se dará pelo menor preço por item, conforme art. 34 da Lei Federal nº 14.133/2021. No julgamento, o Pregoeiro deverá considerar o menor dispêndio para Administração, atendido os parâmetros mínimos de qualidade dos produtos.

A proposta comercial terá validade mínima de 90 dias.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DE CONTRATAÇÃO

TE M	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO/CATMA T	QUANT. DE EQUIPAMENTO S	QUANT. PÁGINA S MENSA L	VALOR UNIT. PAGINA	VALOR MENSA L	VALOR TOTAL PARA 12 MESES
1	Outsourcing de impressão - sem franquias - faturamento por páginas impressas, impressão policromática, sem papel, impressora indicada para impressão de exames médicos	03	4200	R\$ 1,00	R\$ 4.200	R\$ 50.400,00

	CATMAT 26930					
2	Outsourcing de impressão - sem franquia - faturamento por páginas impressas - impressão monocromática sem papel, para impressão em geral para os setores administrativos CATMAT 26891	07	18.000	R\$ 0,0940	R\$ 1.692,00	R\$ 20.304,00
3	Outsourcing de impressão - sem franquia-faturamento por páginas impressas, - impressão monocromática em geral para os consultórios médicos	04	42.240	R\$ 0,0940	R\$ 3970,56	R\$ 47.646,72
Total geral para 12 meses						R\$ 118.350,72

O valor unitário acima mencionado é referente a Ata de Registro de Preço vigente com este mesmo objeto, de qualquer forma peça que seja feita uma ampla pesquisa de mercado, para apuração do melhor valor para a administração.

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A contratação pretendida tem caráter continuado e essencial, pois é fundamental a prestação de serviços ao usuário do SUS, de fato imprime as fichas de atendimentos nas recepções e também imprime os resultados de exames com os respectivos laudos e diagnósticos e receitas médicas. Com essa contratação a previsão de descontinuidade dos serviços é baixa.

Este processo será realizado na modalidade pregão, na forma eletrônica, devidamente, selecionado como fornecedor de cada item aquele que apresentar proposta de MENOR PREÇO, não podendo o valor unitário de cada item ser superior ao seu valor de referência, modo de disputa ABERTO/FECHADO, nos termos do art. 6º, inciso XLI, e do art. 34, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que atendidas às exigências e disposições das especificações técnicas apresentadas neste Estudo. Intervalo mínimo de lances será de 0,01 (um centavo).

11. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art.40, da Lei nº 14.133/2021, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos

recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

É economicamente viável o parcelamento da solução, uma vez que os itens são divisíveis, não há prejuízo para a solução, amplia a competitividade, gerando maior economia para a Administração.

12. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Deve-se, portanto, alinhar a serviços continuados de outsourcing de impressão, com fornecimento em regime de comodato de máquina copiadora/digitalizadora/impressora (multifuncional e laser), incluindo a prestação de serviços de assistência técnica/manutenção na Unidade Assistencial do CISAMAPI em Ponte Nova- MG e no polo na cidade de Rio Casca- MG . outorga da necessidade inerente a todos os aspectos consagrados no entendimento de medico aos usuários rede SUS. Espera-se, portanto, que os usuários em tratamentos diversos, possam ser atendidos em sua integralidade pela Administração Pública dos Entes consorciados com o serviços continuado de impressões de fichas de atendimentos ,laudos de exames médicos, receitas medicas e outros .. Entende-se ainda, que os resultados mostrarão que as impressões são necessárias e não poderá em momento algum ser suspensas

13. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

A contratação não demandará qualquer alteração no ambiente do Órgão, físicas ou tecnológicas, logísticas ou de providências pertinentes para o bom andamento da contratualização.

Reunião entre as partes relacionadas – contratada e contratante – buscando pontuar e averiguar as determinações previstas no processo contratual.

14. INTERDEPENDÊNCIA COM OUTRAS CONTRATAÇÕES

Não existem quaisquer outros tipos de contratação correlata a esta em trâmite ou em execução no departamento demandante.

15. IMPACTOS AMBIENTAIS

Informamos que não haverá, de forma direta, o uso de recursos naturais. Sendo assim, não serão adotados critérios de sustentabilidade para a presente contratação. Desse modo, não se vislumbram possíveis impactos ambientais decorrentes da pretensão contratual, em consequência, não se vislumbra a necessidade de respectivas medidas de tratamento ou mitigadoras buscando sanar riscos ambientais existentes.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Considerando as análises ora empreendidas no presente Estudo Preliminar da contratação e demais informações, consideramos viável, tanto nos aspectos técnicos quanto econômicos, a realização da contratação pretendida.

Ponte Nova, 12 de Maio de 2026.



Consórcio Intermunicipal de Saúde
da Microrregião do Vale do Piranga

VIVIANE CORDEIRO DE OLIVEIRA
Diretora Administrativa e Assistencial

Memorando Interno

Ponte Nova, 08 de junho 2026.

À Assessoria Jurídica

Assunto: Solicitação de parecer jurídico

Prezada Senhora,

Encaminhamos para análise jurídica o processo administrativo abaixo identificado:

Processo Administrativo nº 24/2026.

Pregão Eletrônico nº 15/2026.

Objeto: Contratação de empresa para a prestação serviços continuados de outsourcing de impressão, com fornecimento em regime de comodato de máquina copiadora/digitalizadora/impressora (multifuncional e a laser), incluindo a prestação de serviços de assistência técnica/manutenção. Solicitamos a emissão de parecer jurídico quanto à legalidade e regularidade do procedimento, especialmente quanto:

- à modalidade de contratação adotada;
- à minuta do edital ou instrumento convocatório;
- à minuta contratual (quando aplicável).

A análise jurídica visa atender ao disposto no art. 53 da Lei nº 14.133/2021.

Atenciosamente,

Gabriel Gustavo Ferraz
Agente de Contratação



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 451E-A247-C67C-12BE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ GABRIEL GUSTAVO FERRAZ (CPF 068.XXX.XXX-92) em 08/06/2026 13:41:54 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/451E-A247-C67C-12BE>